

CULTURA POLÍTICA E ELEMENTOS DE ANÁLISE
DA POLÍTICA VENEZUELANA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

INSTITUTO RIO BRANCO

Diretor-Geral Embaixador Georges Lamazière

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

RÔMULO FIGUEIRA NEVES

Cultura Política e Elementos de Análise da Política Venezuelana



Brasília, 2010

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Capa:

Fernand Léger, Sem Título.
Bronze, 36 x 32 cm - Doado ao Ministério das Relações
Exteriores pelo Ministro Sérgio Telles em nome de Paul
Haim - Livro Palácio Itamaraty.

Equipe Técnica:

Maria Marta Cezar Lopes
Cintia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Fabio Fonseca Rodrigues
Júlia Lima Thomaz de Godoy
Juliana Corrêa de Freitas

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2010

N427c Neves, Rômulo Figueira. Cultura política e
elementos de análise da política venezuelana /
Rômulo Figueira Neves.--Brasília : FUNAG, 2010
152 p.

ISBN: 978.85.7631.192-8

Tese (mestrado) - Instituto Rio Branco.
Orientadora: Maria Angélica Brasil Gonçalves Madeira.

1. Cultura política - Conceito. 2. Cultura política-
Venezuela. 3. História política-Venezuela. I. Título.

CDU: 32(09)(87)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme
Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem o auxílio de diversas pessoas que, das mais diferentes formas, contribuíram para sua elaboração e confecção. Gostaria de agradecer ao Embaixador Fernando Reis, Diretor do Instituto Rio Branco, e ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Secretário-Geral das Relações Exteriores, pelo apoio às atividades no Instituto Rio Branco; ao Embaixador João Carlos de Souza-Gomes, Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela, em 2007, pela oportunidade de conhecer in loco a realidade venezuelana; aos Embaixadores Marco Antonio Diniz Brandão e Gladys Facó, pelo apoio durante a confecção do trabalho já em Brasília. Aos professores do Instituto Rio Branco, pelo auxílio na busca do conhecimento, especialmente à professora Maria Angélica Brasil Gonçalves Madeira, minha orientadora. Aos colegas da turma 2005-2007, pelo compartilhamento das aspirações, questionamento e tensões durante a realização do PROFA-I, especialmente à secretária Camila Serrano Giunchetti, pelo profícuo diálogo sobre o tema com este autor, e ao secretário Ricardo Morais Barros, que dividiu comigo a experiência venezuelana. Aos colegas da Embaixada do Brasil na Venezuela, especialmente os secretários Audo Faleiro, Cláudia Maciel e Leandro Estevão, que compartilharam comigo seus conhecimentos sobre o país. Ao Embaixador Carlos Henrique Cardim, pelo estímulo à escolha do tema.

À colega Irene Vida Gala e aos professores Eurico Cursino dos Santos e Henrique Carlos de Oliveira Castro, pelas dicas conceituais.

Gostaria também de agradecer aos funcionários da Secretaria do Instituto Rio Branco, especialmente à Luzia Pandolfi e ao Antonio Troncha Filho, e aos funcionários das bibliotecas do Instituto Rio Branco e da Biblioteca Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, do Ministério das Relações Exteriores, especialmente à Elizabeth de Mattos. Estendo os agradecimentos aos funcionários da biblioteca da Universidad Simon Bolívar, especialmente à Gabriella de Stefano, e da Biblioteca Central da Universidad Central de Venezuela, sem a ajuda dos quais eu não teria conseguido entrar em contato com tão rico material sobre o país, bem como os funcionários das livrarias Altamira, Celarg e Suma, em Caracas. Agradeço ainda ao senhor Aluizio Alves, pelo auxílio com a bibliografia.

Gostaria de agradecer ainda aos amigos e colegas Viviane Sabbag, Paulo Guapindaia, João Alfredo do Anjos, Juliano Maia, Alex Alves, Luiz Gustavo Marques, Sérgio Mendes, Michelle Soares e Cristiano Carneiro, pela cooperação durante a confecção da dissertação em Brasília. Por fim, gostaria de agradecer, de maneira especial, à Ana Cláudia Milhomem Freitas, pela paciência e dedicação ao longo da redação deste trabalho.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AD - Acción Democrática (partido político)
ALBA - Alternativa Bolivariana para las Américas
CAN - Comunidade Andina de Nações
CANTV - Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela
CD - Coordinadora Democrática de Acción Cívica (grupo político)
Copei - Comité de Organización Política Electoral Independiente (partido político)
CPS - Comité de Protección Social
CVP - Corporación Venezolana del Petróleo
EBR - Exército Bolivariano Revolucionário
FARC - Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia
Fedecámaras - Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela
FND - Frente Nacional Democrática (partido político - década de 1960)
FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão
INE - Instituto Nacional de Estadística
INTI - Instituto Nacional de Tierras
IPRI - Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais
MAS - Movimiento al Socialismo (partido político)
MBR-200 - Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 (grupo/partido político)

MEP - Movimiento Electoral del Pueblo (partido político - década de 1960)
Mercosul - Mercado Comum do Sul
MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionária (partido político - década de 1960)
MVR - Movimiento Quinta República (partido político)
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCV - Partido Comunista de Venezuela
PDN - Partido Democrático Nacional (década de 1940)
PdVSA - Petróleos de Venezuela Sociedade Anónima
Petroven - Petróleos de Venezuela (antecessora da PdVSA)
PL - Partido Liberal (século XIX)
Podemos - Partido pela Democracia Social
PPT - Pátria Para Todos (partido político)
PRIN - Partido Revolucionário de Integração Nacionalista (década de 1960)
PRN - Partido Revolucionário Nacionalista (década de 1960)
PROFA-I - Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas
PRV - Partido da Revolução Bolivariana
RCTV - Rádio Caracas Televisión
PSUV - Partido Socialista Unido de Venezuela
SIP - Sociedade Interamericana de Prensa
UCV - Universidad Central de Venezuela
ULA - Universidad de Los Andes
USB - Universidad Simón Bolívar
UCAB - Universidad Católica Andrés Bello
URD - Unión Republicana Democrática (partido político, década de 1940)
Vale TV - Valores Educativos Televisión
VTV - Venezuelana de Televisión
WTI - West Texas Intermediate (categoria referência de petróleo)

Sumário

Introdução, 11

Capítulo I - O Conceito de Cultura Política e Notas Metodológicas, 21

I.1 - Síntese do conceito de cultura política, 27

I.2 - Notas Metodológicas, 28

Capítulo II - História Política da Venezuela, 31

II.1 - O processo de independência, 32

II.2 - A República dos Próceres da Independência, 35

II.3 - O período do caudilhismo, 38

II.4 - O domínio dos andinos, 40

II.5 - O ensaio democrático e a reação conservadora, 44

II.6 - O período democrático, 46

II.7 - O petróleo, 52

II.8 - Epílogo da história política, 60

Capítulo III - Chávez e a Venezuela atual, 65

III.1 - A crise institucional, 66

III.2 - A consolidação do poder, 69

III.3 - As Missões, 73

III.4 - As Estatizações e os planos de Chávez para a indústria do petróleo, 86

- III.5 - Chávez e a mídia, 89
- III.6 - A atuação da Venezuela no cenário internacional e o papel do Brasil, 92
- III.7 - Desafios da Venezuela no início do Século XXI, 96

Capítulo IV - Elementos da Cultura Política da Venezuela, 99

- IV.1 - A Baixa Produtividade, 99
 - IV.1.1 - Alternativas teóricas, 103
 - IV.1.2 - The Dutch disease e the oil curse, 106
- IV.2 - O militarismo, 111
- IV.3 - O culto a Bolívar, 116
- IV.4 - A radicalização dos discursos, 120

Conclusões, 129

Bibliografia, 133

Introdução

Cheguei à Venezuela, para realizar o estágio de final do curso de formação (PROFA-I) e para finalizar a pesquisa e a redação deste trabalho, no dia 04 de fevereiro de 2007, aniversário de 15 anos da tentativa do golpe de 1992, liderada pelo então tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías. Houve desfiles militares, faixas e cartazes espalhados pelas ruas e muita propaganda oficial no rádio e na televisão enaltecendo o levante. A considerar que o golpe não obteve êxito e que se tratava de uma rebelião contra a ordem legal estabelecida, pude, a partir deste evento, começar a entender aquilo com o que tinha contato indireto no Brasil, via bibliografia e material de imprensa: a extrema polarização e a guerra de informação que caracterizam a política da Venezuela, neste momento e, como pude perceber na elaboração deste trabalho, na maior parte da história da nação venezuelana.

Durante minha estada no país, pude ainda presenciar o aniversário de outro importante evento para a história política contemporânea da Venezuela: o de cinco anos da tentativa de golpe de 11 de abril de 2002 e da retomada do poder pelo agora Presidente Hugo Chávez, no dia 13 de abril daquele mesmo ano. Novamente, assisti a uma enxurrada de propaganda nas diversas emissoras estatais de televisão, com a contrapartida “cívica” das redes privadas, em geral de oposição a Chávez, com a apresentação do hino nacional venezuelano em diversas ocasiões durante a programação.

Esses dois eventos, as tentativas de golpe de 1992 e de 2002, entre tantos outros momentos de polarização, agressividade e hostilidade, e as campanhas de informação em torno de todos eles, se inserem perfeitamente no quadro da política venezuelana no período que vai de 1989, ano do *Caracazo* – convulsão social provocada pela estagnação econômica e pela falência do pacto político entre os dois principais partidos do país na segunda metade do século XX – até o momento atual, que poderia ser caracterizado como um período de busca por novas alternativas de poder e de projeto de país. Neste período, Hugo Chávez apareceu no cenário político e se firmou como o grande líder da Venezuela. Iniciado seu terceiro mandato como presidente (venceu as eleições de 03 de dezembro de 2006, com 63% dos votos), o projeto bolivariano socialista – projeto que conseguiu aglutinar o maior número de apoiadores – começa a tomar forma mais precisa. A agressividade e a radicalização desses últimos 20 anos, no entanto, são apenas a retomada de traços de um histórico político mais longo, que começa com as guerras de independência.

Muito haveria para se investigar sobre os rumos da atual política venezuelana, e alguns trabalhos estão sendo produzidos neste sentido, inclusive por membros do Itamaraty, mas esta dissertação buscará apresentar uma leitura o menos pontual possível, debatendo o processo de ascensão de Hugo Chávez à liderança política nesse país e suas possíveis implicações, a partir da apresentação de contexto político-histórico-cultural mais amplo, buscando trazer à tona uma leitura da cultura política da Venezuela amparada em fatores menos simplistas do que a oposição entre um projeto socialista e um projeto liberal de nação. Essa leitura não prescinde nem se sobrepõe às interpretações correntes do processo de gestação do chavismo, a saber: aquelas que buscam explicações para a atual fase da política venezuelana na influência que a profunda crise econômica da década de 1980 teve nas instituições políticas, a grave crise financeira, o aumento acentuado do déficit público e a consequente tentativa de recomposição das receitas governamentais a partir de 1985, e o esgotamento do *Pacto de Punto Fijo*, as quais também serão apresentadas neste trabalho, para fins de contextualização.

Esses acontecimentos políticos e econômicos que precederam a chamada Quinta República – autodenominação chavista para a atual fase da política venezuelana – explicam em grande parte a ascensão de Chávez ao poder, e existem obras de monta na Venezuela que analisam esses fatores. Este trabalho, no entanto, busca analisar elementos essenciais da cultura política da

Venezuela, que funcionariam mais como as condições nas quais a situação conjuntural do fim da década de 1980 pôde gerar a atual conformação política venezuelana.

O conceito de cultura política será discutido em capítulo à parte e é algo relativamente recente, mas a avaliação de que cultura e política estão relacionadas de alguma forma é algo consensual, com uma extensa tradição na história do pensamento social, remontando a John Locke, Tocqueville e Weber. Atualmente os estudos das influências que a cultura exerce sobre o âmbito político assumem desenhos os mais diversos, variando desde estudos econométricos de base estatística até os ensaios culturais; de avaliações de que traços culturais constituem-se em uma variante causal, por exemplo, da pobreza de algumas sociedades até avaliações de que tal problema só será resolvido quando as propostas de resolução levarem em consideração as características culturais das sociedades¹. A repercussão de tais estudos cresceu bastante durante a segunda metade do século XX, atingindo o âmbito das discussões globais sobre a governabilidade mundial, como foi o caso do Seminário *Culture Counts*, do Banco Mundial, organizado em 1999.

Na proposta deste trabalho, o estudo da cultura política da Venezuela será realizado por meio da análise de quatro elementos componentes da sociedade venezuelana que, por este diagnóstico, geram uma estrutura coletiva não apenas de valoração da realidade, mas, e principalmente, como elemento de dotação de sentido – seja baseado em verdades ou mitos – para as experiências e o comportamento dos membros da sociedade venezuelana e para o direcionamento de suas ações. Esses elementos podem resistir a aparecer no discurso manifesto algumas vezes, mas defendo neste trabalho que eles são a base de sustentação do processo cognitivo da sociedade venezuelana no que diz respeito aos acontecimentos políticos. Tais elementos se influenciam mutuamente, sem necessariamente apresentarem relações de causa e efeito estáveis. Nessa leitura, ora um, ora outro elemento pesa mais para a produção dos eventos; ora um dos elementos se apresenta como causa, ora como efeito, de uma cadeia de acontecimentos complexos que desembocam na opção coletiva pelo projeto bolivariano. Do mesmo modo, tais elementos produzem efeitos em cascata, que, muitas vezes, são tomados como o fenômeno em si, invisibilizando essas estruturas mais profundas de

¹ Harrison, L. & Huntington S. *Culture Matters. How Values Shape Human Progress*. New York: Basic Books, 2000.

significação. Trata-se aqui da tentativa de construção de uma análise compreensiva, na formulação weberiana, da sociedade venezuelana contemporânea e de sua política, da cultura política venezuelana e das diversas contradições existentes internamente entre as características levantadas neste trabalho e, também, entre as diversas subculturas políticas existentes.

O primeiro elemento dessa tentativa de compreensão é a baixa produtividade difundida na sociedade venezuelana, seja da atividade econômica privada em geral – indústria, agropecuária, serviços – seja da burocracia estatal. Esse diagnóstico não implica dizer que todos os setores da economia venezuelana têm baixa produtividade, já que a indústria petrolífera venezuelana é muito produtiva, tampouco que todos os agentes tenham baixa produtividade – há nichos de excelência em várias áreas –, mas que a média geral de produtividade é muito baixa. Como defenderei no decorrer deste trabalho, essa característica orienta, em muitos aspectos, a escolha das opções tanto no aspecto econômico quanto no político e auxilia no direcionamento das escolhas coletivas. Em certa medida podemos identificar uma cultura do “privilégio”, da qual tentarei explicitar alguns elementos, bem como buscar suas raízes, entre outras, no que podemos chamar de “maldição do petróleo”. Mais do que um levantamento quantitativo de dados, o tratamento dessa questão visa a explicitar e compreender aspectos subjetivos dessa característica, que se expressa não apenas em uma equação matemática sobre o valor agregado por hora de trabalho, mas na vida cotidiana das pessoas, em suas relações sociais, seja no âmbito profissional ou pessoal, e no modo como constroem seus símbolos e significados, como enxergam a política e o Estado.

O segundo eixo de explicação diz respeito ao espaço dos militares na vida política do país. É verdade que a Venezuela foi considerada, por muitos autores, durante 40 anos – entre 1958 e 1998 –, um exemplo para as instáveis democracias sul-americanas, conseguindo ficar imune às ditaduras militares que se implantaram na região nas décadas de 1960 e 1970. Entretanto, se as ditaduras militares não tiveram espaço no país nesse período, foram os únicos anos da história política da Venezuela que não foram protagonizados pelos militares. Desde o período da independência, passando por todo o conturbado século XIX, e até 1958, os militares ditaram as regras no país, seja pela avaliação de Simón Bolívar de que a os militares encarnavam os melhores valores republicanos para erigir a nova nação que se formava – mesmo porque, ao final da guerra de Independência, o poder de fato estava nas

mãos dos militares combatentes e não havia muitos civis ilustrados suficientemente para tomar as rédeas da nação e impor valores democráticos sobre os interesses dos líderes militares dominantes à época—, seja pelos sucessivos golpes militares e ditaduras que marcaram a história da Venezuela durante todo o século XIX e a primeira metade do século XX. Paecismo, guzmancismo, gomecismo e perez-jimenismo são algumas das marcas indeléveis da passagem pela história venezuelana de poderosos generais pelo comando do país. Além disso, no período “democrático”, prosperou, se é que se arrefeceu verdadeiramente em algum momento, dentro das Forças Armadas, a ideia de que os militares deveriam assumir de alguma forma um papel mais ativo na política do país. Um indício de como a questão é importante no seio da sociedade venezuelana é a quantidade de material existente que debate a questão do controle civil sobre o aparato militar. Além disso, a exemplo das aspirações tenentistas no Brasil no início do século XX, no período democrático, formaram-se guerrilhas de esquerda, inclusive algumas cujos líderes tiveram e têm papel ativo dentro do governo Chávez.

O terceiro elemento de análise de cultura política venezuelana diz respeito à veneração da figura de Simón Bolívar. A figura do “libertador” é cultuada no país de maneira intensa e representa, além do herói nacional, uma figura mítica, repositório de várias qualidades desejáveis para um cidadão e, principalmente, para um governante. Coragem e nacionalismo são apenas as mais aparentes, mas a gama de qualidades vai além daquele conjunto de bravura e glória; Bolívar é visto também como a encarnação da união da nação — e da América do Sul —, da combinação perfeita das virtudes de estadista e de cidadão. Esse culto iniciou-se como manifestação popular, e seu poder simbólico segue muito forte entre a população em geral, mas tornou-se claramente um elemento de legitimação de muitos discursos políticos. A recuperação da ideia de líderes como “reencarnação” de Bolívar não é algo raro na Venezuela. O atual processo político retoma essa característica fundamental da sociedade venezuelana, elevando a um grau ainda mais elevado sua força e sua utilização, agora incluindo no nome oficial do país a menção ao líder da independência: República Bolivariana da Venezuela. Vale chamar atenção aqui que Simón Bolívar nasceu em Caracas, mas, mesmo sua atuação política tendo sido decisiva em vários países da América do Sul, em nenhum deles, o culto à sua figura é tão forte quanto na Venezuela.

O quarto elemento de análise é, na verdade, uma conjunção de fatores historicamente engendrados, mas pode ser considerado isoladamente como

um aspecto a ser analisado na cultura política venezuelana. Trata-se da radicalização dos discursos políticos na Venezuela. Essa radicalização é, em verdade, a expressão das clivagens que perpassam a sociedade venezuelana, especialmente a extrema desigualdade social. Esse quadro, entretanto, pode ter raízes mais antigas, a começar do período de formação do Estado venezuelano e das guerras de independência. A consequência mais aparente dessa radicalização é o processo de luta pelo poder dentro do país: o diagnóstico é o de que os diversos grupos políticos têm projetos de país excludentes, que não apenas se contrapõem dentro das regras do jogo político, mas almejam o desaparecimento dos outros grupos ou, na melhor das hipóteses, não leva minimamente os interesses do grupo opositor em consideração na proposição dos projetos políticos. Além da desigualdade social, que contrapõe o interesse político de diferentes estratos sociais, há, em menor grau, é verdade, outras clivagens que contribuem para essa radicalização dos discursos políticos, servindo de complemento ou desencadeador de hostilidades e ataques, como a relação entre civis e militares, entre os caraqueños e os venezuelanos do interior – principalmente os habitantes das regiões produtoras de petróleo ou da região de Táchira (por conta da origem de diversos líderes políticos militares provenientes dessa região que controlaram o governo venezuelano por cerca de 40 anos, no início do século XX) –, entre os *criollos* mais claros e os *criollos* mais escuros (é bastante difícil estabelecer uma oposição clara entre “brancos” e “indígenas” ou entre “brancos” e “negros” na sociedade venezuelana dada a profunda miscigenação da população), ou entre os moradores, em Caracas, dos *cerros* e *barrios* e os moradores de Altamira, Chacao.

Antes de se aprofundar especificamente de cada um desses elementos, é necessário tratar de três aspectos fundamentais para a contextualização dessa análise. Primeiramente é necessário apresentar os pressupostos teóricos que fundamentarão o trabalho, bem como explicar os instrumentos metodológicos utilizados na presente análise. Dessa forma, o primeiro capítulo compor-se-á da explicitação do conceito de Cultura Política, bem como da apresentação da metodologia empregada. Posteriormente, no segundo capítulo, será apresentada uma síntese da história política da Venezuela, com os eventos politicamente mais relevantes desde a Independência. A ampla abrangência temporal dessa síntese explica-se pelo escopo desse trabalho, visto que o objetivo é elaborar uma análise de aspectos bastante arraigados na cultura política venezuelana, com precedentes históricos de longa duração. O terceiro

capítulo será composto por uma análise da atual situação política da Venezuela, com apresentação das principais características socioeconômicas, porém com ênfase nos aspectos sociais e políticos que podem direcionar as estratégias de governo de Hugo Chávez. Trata-se de uma tentativa de colocar em perspectiva a atual realidade venezuelana. O objetivo desse capítulo é apresentar elementos que permitam uma análise menos polarizada do governo Chávez, que não demonizem o atual presidente, tampouco que o tomem como uma “ressurreição” do libertador, como um salvador da pátria venezuelana, como se tornou comum, dada a polêmica em torno de sua figura. A ênfase nessa parte do trabalho será nos aspectos estruturais da Venezuela atual e nas políticas de larga escala do governo, além de eventos que tenham papel de indicadores de tendências. Também nessa parte do trabalho, apresento uma breve descrição da política externa venezuelana, dedicando especial atenção ao lugar que o Brasil ocupa e pode vir a ocupar nas preocupações externas da Venezuela. Após esses capítulos iniciais, prossegurei com a discussão dos quatro elementos de análise da cultura política venezuelana propostos e, posteriormente, seguir-se-á uma tentativa de conclusão e síntese de todo o material trabalhado ao longo das próximas páginas.

Tão útil, porém, quanto apresentar o que este trabalho pretende ser é apresentar o que o trabalho não pretende. Primeiramente busquei evitar produzir um maço básico da Venezuela. Apesar da necessidade de contextualizar as informações e de apresentar uma espécie de fotografia da Venezuela atual para a apresentação da análise dos elementos de cultura política em si, selecionei um conjunto de dados significativos para a compreensão da proposta do trabalho, muito mais do que um relatório padronizado, ou um conjunto de telegramas. A parte do trabalho referente a tal contextualização tem o objetivo de oferecer ao leitor uma compreensão básica da história e da organização do país.

Também tentei escapar ao máximo da tentação de produzir um documento demasiadamente ensaístico e subjetivista, buscando fundamentar as análises na bibliografia existente e em dados. Esse risco pareceu bastante alto no início da pesquisa, quando se estavam definindo os elementos prioritários de análise, a partir das diversas viagens que realizei pelo país, da análise do material de imprensa de análise política, com o qual pude trabalhar em minha passagem pela Venezuela. A seleção dos aspectos a serem estudados foi feita inicialmente a partir da observação *in loco* da vida política venezuelana,

dos costumes locais e dos temas das conversas informais, ao mesmo tempo em que se desenvolvia uma pesquisa bibliográfica sobre aspectos da cultura política venezuelana, que, na medida em que o tempo passava, demonstrou serem acertadas tais escolhas, dada a farta literatura tratando dos temas selecionados, que pôde embasar crítica e teoricamente aquelas observações antropológicas iniciais.

Outro risco que procurei evitar foi apresentar uma avaliação pontual do governo Chávez, já que não se trata aqui de avaliar uma ou outra política de Chávez, tampouco de apresentar uma avaliação do homem político. Pelo contrário, o objetivo do trabalho é identificar aqueles aspectos da cultura venezuelana que possibilitaram a ascensão de Chávez. Isso não significa que os aspectos pessoais do homem de Estado não sejam elementos importantíssimos para qualquer avaliação da trajetória de lideranças políticas, como asseveram, por exemplo, Jean-Baptiste Duroselle e Pierre Renouvin², que resgatam a importância da análise do papel do estadista no desenrolar dos fatos políticos, sem se limitarem a meros determinismos bibliográficos, além de John Elster³, que defende uma abordagem que atente para os desejos e demandas do indivíduo na formatação da sociedade – o chamado individualismo metodológico –, e de Norbert Elias⁴, que enxerga uma complementaridade necessária no estudo da sociedade e do indivíduo – a sociogênese e a psicogênese. Ocorre, no entanto, que este trabalho não se pretende uma análise da figura de Chávez, e sim da estrutura de longo prazo da política venezuelana. Isso leva diretamente ao fato de que este trabalho não é, e nem pretende ser, uma proposta de leitura definitiva do fenômeno político venezuelano. Como citado acima, muitos outros aspectos, além dos aqui apresentados, são significativos para uma compreensão ampla da Venezuela e de seu atual quadro político, porém o corte metodológico e conceitual propõe uma das abordagens possíveis, a saber: a da análise da cultura política da Venezuela.

Faz-se necessário, por fim, justificar porque algumas características bastante marcantes da sociedade venezuelana não entraram no conjunto do

² Renouvin, P. & Duroselle, J. B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

³ Elster, J. Marxism, functionalism and game theory: the case for methodological individualism. In: *Theory and Society* (Dordrecht, The Netherlands), Martinus Nijhoff Publishers, vol. 11, 1982, pp. 453-482.

⁴ Elias, N. *O Processo Civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

que chamamos aqui de eixos, ou elementos de análise. Podem fazer parte desse conjunto de fatores excluídos: o catolicismo, religião de 96% dos venezuelanos e base de um dos principais partidos do período democrático, o Copei (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente); o personalismo na política, com a profusão de “salvadores” e caudilhos e a recondução de diversos líderes carismáticos ao poder por diversas vezes; o nacionalismo, muitas vezes expresso em certo antiamericanismo; e as identidades étnicas, presentes em vários discursos políticos, principalmente no período atual.

Primeiramente, esses fatores serão analisados em algum momento no contexto do presente trabalho, mas não figuram, na opinião deste autor, como fundamentos primários da cultura política venezuelana. Não são fatores de formação do pensamento político venezuelano; essas características podem ser entendidas muito mais como aspectos laterais (no caso do catolicismo), ou mesmo consequências de outros fatores (no caso do personalismo) ou ainda expressão exterior da combinação dos elementos selecionados neste trabalho (no caso do antiamericanismo como resultado da interação da radicalização dos discursos político internos com o culto à figura do herói da independência – Simón Bolívar).

Além disso, esses aspectos também não são aspectos singulares da Venezuela, aparecendo também em diversos outros países, às vezes até com mais força do que na Venezuela (o catolicismo certamente é um fator de compreensão da cultura política do Chile e da Espanha; por exemplo, do mesmo modo como a Teologia da Libertação foi um movimento que atingiu popularidade na comunidade política de diversos países da América Latina, de maneira mais incisivo do que na Venezuela). A questão étnica, por exemplo, é muito mais significativa na Bolívia e no Equador do que na Venezuela. Funciona na sociedade venezuelana, entretanto, como alegoria abstrata de outras oposições existentes na sociedade. Também pode ser levantada a objeção contrária: a de que os elementos selecionados neste trabalho também aparecem como fundamento da cultura política de outros países. Podemos apontar o fato de que em quase todos os países da América do Sul – com exceção de alguns poucos – há uma sensação de baixa produtividade média como característica generalizada da sociedade. Minha avaliação, entretanto, é que os fatores levantados exercem um papel específico na cultura política venezuelana e são essenciais para a conformação do pensamento político venezuelano – a baixa produtividade apontada neste trabalho, por exemplo,

se coaduna com uma realidade específica que é a abundância de petróleo, além da desigualdade social extrema, o que gera uma situação bastante específica do contexto venezuelano; o culto a Bolívar combinado com o militarismo produz opiniões a respeito do autoritarismo diferentes das encontradas em outros países da região; o militarismo adquire em um ambiente polarizado conotações diferentes, por exemplo, daquela verificada nos Estados Unidos, onde 0,5% da população total, ou 1 a cada 200 cidadãos, é militar.

Capítulo I - O Conceito de Cultura Política e Notas Metodológicas

A produção do conhecimento na área de ciências humanas enfrenta sempre uma questão inicial: a definição do escopo da investigação; o fato de este trabalho apresentar a leitura da cultura política específica de um Estado nacional é, em si, uma escolha metodológica e carrega consigo um paradigma: o da validade do conceito de Estado-nação. Há diversos autores que sugerem que as ciências humanas devem superar esse conceito em suas investigações⁵, para poderem compreender as tendências mundiais do desenvolvimento social. Em verdade, esse tipo de abordagem já foi bastante utilizado em obras que buscaram compreender a sociedade latino-americana como um agregado mais ou menos coeso⁶. Há, entretanto, diversos cortes possíveis e o conhecimento social pode agrupar diferentes níveis de análise, até mesmo pequenos grupos, como os estudados na área de antropologia urbana. A opção aqui pelo conceito de Estado-nação deve-se ao fato de que não apenas os pesquisadores o consideram um conceito teórico válido, como também as populações ainda não são cosmopolitas a ponto de colocarem, em sua grande maioria, outros interesses e identidades acima da identidade nacional. Existem exceções tanto em algumas regiões (o processo de formação da União

⁵ Como o sociólogo alemão Ulrich Beck, em *World Risk Society* (1998) e em *Cosmopolitan Vision* (2006).

⁶ Entre outros Eduardo Galeano, em *Veias abertas da América Latina* (1970) e Darcy Ribeiro, em *Antropologia da Civilização* (1975).

Europeia baseia-se fortemente na superação do conceito tradicional de Estado-nação) como em relação a determinados temas (os mais marcantes são as questões de classe e, atualmente, a questão ambiental), mas mesmo em relação a essas exceções, o conceito permanece resistente a mudanças profundas e segue válido, tanto no âmbito concreto quanto no âmbito teórico.

Especificamente sobre o conceito de cultura política, autores clássicos como Locke, Montesquieu, Tocqueville e Weber já haviam, em séculos anteriores, estabelecido relações entre traços culturais, tradições e valores coletivos com as condutas políticas de uma sociedade em um dado momento, mas foi a partir da década de 1950 que o termo cultura política foi cunhado, no âmbito da sociologia behaviorista nos Estados Unidos⁷, como tentativa de explicar as conexões existentes entre as a base psicológica da conduta dos indivíduos e sua referência à realidade coletiva de uma comunidade política.⁸ Essa primeira utilização do termo conduzia ao estudo da relação entre a história de um sistema político e as biografias dos membros daquele sistema, exigindo uma investigação tanto nos acontecimentos políticos quanto nas experiências individuais, e exigia uma abordagem combinada fortemente entre sociologia e psicologia, com o levantamento de dados próximos daquele realizado nas ciências naturais.

A abordagem psico-sociológica também foi a base do trabalho-referência para o conceito de cultura política: *The Civic Culture*, de 1963, de Gabriel Almond e Sidney Verba⁹, que tentou estabelecer uma relação entre um conjunto de comportamentos com a democracia. Essa abordagem baseou-se de forma determinante no desenvolvimento das técnicas quantitativas de pesquisa em ciências humanas disponíveis a partir daquele momento – o que possibilitou a esses pesquisadores resultados mais expressivos do que aqueles produzidos pelos behavioristas da década anterior – e utilizou modelos estatísticos para estabelecer nexos causais entre as diversas variáveis elaboradas. A ideia inicial do trabalho era comparar as democracias dos Estados Unidos e da Inglaterra – possuidores de uma “cultura cívica” – com os regimes da Itália e da Alemanha (marcados pela experiência do

⁷ O principal trabalho nessa linha é *The Political System*, de David Easton, que contém o manifesto mais famoso do movimento, que incluía entre suas bases programáticas a produção de uma ciência política mais “científica”. In: Easton, D. *The Political System: An Inquiry into the State of Political Science*. New York: Alfred A. Knopf, 1953.

⁸ Dowse, R. & Hughes, J. A. *Political Sociology*. New York: John Wiley & Sons, 1972.

⁹ Almond, G.A. & Verba, S. *The Civic Culture political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

totalitarismo) e do México, tomado como exemplo de regime tradicionalista e arcaico. O objetivo era traçar um paralelo entre o desenvolvimento socioeconômico e certas características e comportamentos políticos tendentes à democracia, incorporando nas análises da política da sociedade de massas contemporânea uma abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto do ponto de vista das elites quanto da população dessas sociedades. Dessa forma, o trabalho possibilitou uma aproximação entre as dimensões micro e macro da política.

Esses autores apresentam a seguinte tipologia de cultura política: a) a paroquial, quando quase não há orientações especificamente políticas entre a população, como ocorre nas sociedades tribais, ou quando há baixa diferenciação de papéis. Nesse tipo de cultura, o tema política não se constitui em fundamento de construção de significados; b) a cultura política de súdito, quando a frequência de orientações ao sistema político é alta, especialmente aos aspectos administrativos ou a produtos oriundos do sistema político, porém, há baixo conhecimento sobre as instituições que canalizam as demandas sociais e ainda menos sobre a própria capacidade pessoal de atuar. Nesse tipo de cultura política, o súdito mantém uma relação, fundamentalmente passiva, de receptor das ações do sistema político; e c) a cultura política participante, na qual os integrantes da sociedade tendem a estar explicitamente orientados ao sistema político, suas estruturas e processos políticos e administrativos, exercendo um papel politicamente ativo, ainda que sua avaliação do sistema não seja sempre favorável. Essa tipologia serviu a Almond e Verba para caracterizar a democracia como o regime provável nas sociedades onde predominasse a cultura política participante, a “cultura cívica”. Os próprios autores reconhecem tratar-se de uma tipologia ideal, cujos tipos aparecem intrincadas na realidade das diversas sociedades. Daí o reconhecimento da existência de subculturas políticas: nichos de predominância de um tipo de cultura política inseridos em um ambiente onde predomina outro tipo.

As principais críticas ao trabalho de Almond e Verba atacavam a abordagem excessivamente estática da cultura política, como algo que não se alteraria no tempo – os países onde a cultura cívica não fosse dominante nunca poderiam desenvolver instituições democráticas no futuro –, e a excessiva valoração do modelo anglo-saxão em detrimento dos outros modelos, adotando uma postura evolucionista, tornando a cultura cívica um modelo normativo, sem abertura para outras alternativas, nas quais os influxos econômicos, sociais concretos gerassem outras combinações de fatores.

A abordagem proposta por Almond e Verba, entretanto, tornou-se dominante após a publicação de *The Civic Culture* e, apenas na década de 1980, apareceram novas propostas para o tratamento do tema. Nesse intervalo, os grupos de pesquisa das universidades norte-americanas produziram uma quantidade enorme de trabalhos de cunho quantitativo cruzando dados e levantando possibilidades de variáveis e relações causais entre os mais diferentes tipos de manifestações e comportamentos. Esse período é marcado também pelas novas abordagens do conceito de cultura, especialmente de Clifford Geertz. Em seu trabalho *The Interpretation of Cultures*, de 1973, Geertz reconhece a relação íntima que sua concepção de cultura, ou seja, o conjunto de símbolos e práticas que expressam os vários significados que os homens dão às suas experiências, tem com o campo político, como uma das arenas por excelência nas quais os homens partilham significados coletivos. Geertz reconhece que estabelecer como essa relação ocorre é bastante difícil, mas aponta alguns caminhos, principalmente por meio da ênfase no aspecto coletivo, e, portanto, que gera compartilhamento de significados, dos fenômenos políticos.¹⁰

Geertz, no entanto, não trabalhava com o conceito de cultura política *stricto sensu*, como proposto por Almond e Verba. As principais propostas de abordagem do conceito de cultura política que apareceram para se contraporem ao modelo desses autores foram:

a) a abordagem heurística, proposta por Lucian Pye, que considera a cultura política como uma construção hipotética da pauta de orientações que distingue um sistema político, sendo necessário comparar posteriormente os resultados alcançados na pesquisa e na definição de cultura política de determinada sociedade com a realidade empiricamente observável. A proposta de Lucian Pye não exatamente se contrapôs à proposta de Almond e Verba – eles passaram a organizar obras em conjunto, interessados na divulgação do conceito de cultura política –, mas já abria espaço para uma abordagem menos normativa do conceito; e

b) a abordagem compreensiva, fruto de uma retomada do conceito agora em outros termos, sem desvalorizar o levantamento de dados quantitativos, mas também levando em conta uma análise apoiada em outras vertentes, em outros tipos de instrumental teórico. Essa nova abordagem inclui na definição

¹⁰ Geertz, C. *The Interpretation of Cultures*. London: Basic Books, 1973.

de cultura política elementos de avaliação da atitude dos indivíduos, assim como seus comportamentos tanto explícitos quanto implícitos, ou seja, não mensuráveis pelas técnicas quantitativas tradicionais. Busca apreender, assim, traços do fenômeno coletivo, resultado da interação dinâmica e complexa que se produz na estrutura social entre indivíduos, grupos e instituições, que se expressa em sistemas estruturais de valores e crenças sobre, entre outras, as relações de poder.¹¹ Essa abordagem, que será utilizada neste trabalho, certamente ainda não encontrou seu modelo definitivo – com uma variedade bastante grande de propostas de modelos de análise entre os pesquisadores que trabalham com essa perspectiva –, porém, e talvez exatamente por isso, ainda permita uma combinação de diversas fontes e instrumentos, não se limitando à proposição de equações matemáticas explicativas das relações entre variáveis.¹² Vale ressaltar que a abordagem compreensiva não é a mais recente, visto que houve tentativas posteriores de tratar o conceito de cultura política, por exemplo, com instrumentos do paradigma pós-moderno¹³, mas não optei pela abordagem mais recente e sim pela que considere mais apropriada ao escopo do trabalho.

Ainda sobre o desenvolvimento do conceito de cultura política vale chamar atenção para dois fatores. O primeiro, a respeito da confusão que ocorreu em diversos momentos do desenvolvimento da análise desse conceito, aproximando-o do conceito de ideologia, tomando-o como a expressão concreta que adquire a ideologia dominante nos aspectos cotidianos da vida política de uma sociedade. Esse diagnóstico deixa de considerar que os aspectos subjetivos de uma determinada sociedade não são ditados apenas pela geração de símbolos pelo estrato dominante. Há, é certo, a apropriação de muitos aspectos dispersos da cultura política por formadores de opinião e propagandistas, mas trata-se de um conjunto de valores cujo controle de maneira absoluta é impossível de ser exercido por qualquer grupo. Muitos desses fatores manifestam-se de forma espontânea e fora dos ditames dos produtores dos discursos oficiais e dominantes. Existe uma clara distinção

¹¹ Benedicto, J. La Construcción de los universos políticos de los ciudadanos. In: Vários autores, *Sociedad y Política. Temas de Sociología Política*. Madrid: Alianza, 1995.

¹² Reisinger, W. M. The Renaissance of a rubric: Political Culture as Concept and Theory. In: *International Journal of Public Opinion Research*, vol. 7: pp. 328-352, 1995.

¹³ Como no livro editado por John Gibbins, *Contemporary Political Culture. Politics in a Postmodern Age*. (London: Sage, 1989).

entre o conceito de cultura política e de ideologia: esta última é um conjunto coerente, controlado, elaborado e racionalizado, e aquela é um conjunto de aspectos cognitivos implícitos, sutis, inconscientes e, muitas vezes, incoerentes entre si. Dessa forma, é possível que haja uma ideologia dominante, mas é muito difícil haver um conjunto coeso, universal e uniforme, ainda que numa sociedade pequena, de cultura política; pelo contrário, é mais provável que haja uma gama de subculturas políticas, ainda que compartilhem certos traços comuns. A identificação desses traços comuns e mais duradouros na sociedade venezuelana constitui o objeto do presente trabalho.

O segundo ponto que é necessário levantar sobre o desenvolvimento do conceito de cultura política é que ele esteve ligado desde seu aparecimento com o conceito de democracia. Os primeiros trabalhos tinham o objetivo declarado de entender porque algumas sociedades conseguiam desenvolver a democracia e outras não. Além disso, esses trabalhos continham uma avaliação do que deveria ser valorizado positivamente naquele conjunto de crenças, valores e características encontradas nas diversas culturas políticas. Em sua maioria eram trabalhos de política comparada, contrapondo modelos políticos exitosos com modelos considerados arcaicos e ultrapassados. Com o desenvolvimento do conceito, pôde haver uma liberação para o estudo de certa forma imparcial das diversas culturas políticas, tratando os resultados das investigações mais como instrumentos de compreensão do que uma sociedade é do que modelos em direção ao que ela deveria ser. É nesse contexto que este trabalho é produzido: não há a intenção de comparar as características apontadas no estudo da cultura política da Venezuela com modelos *a priori*.

No Brasil, o conceito de cultura política encontrou no Professor José Álvaro Moisés seu maior divulgador, pois utilizou o conceito para desenvolver suas análises sobre a sociedade brasileira. Em sua abordagem do conceito, Moisés dá ênfase ao poder explicativo do conceito para o entendimento das condições nas quais um regime político se consolida, ganha continuidade no tempo e adquire ou não estabilidade. Em sua avaliação, não se trata de uma variável explicativa isolada, não bastando para produzir mudanças nos regimes políticos, por exemplo, mas é indispensável para a construção social e manutenção desse novo regime no tempo.¹⁴ Apesar de bastante difundidos

¹⁴ Moisés, J. A. Democratização e cultura política. In: Moisés, J. A. *Os Brasileiros e a Democracia*. Ática, 1995, pp. 82-104.

no Brasil, não utilizarei diretamente os trabalhos de Álvaro Moisés, pois tratam com detalhe especificamente do caso brasileiro. Além disso, para a parte teórica geral, utilizei os conceitos recolhidos diretamente dos autores proponentes.

I.1 - Síntese do conceito de cultura política

O conceito de cultura política segue sofrendo revisões conceituais e sendo o pivô de debates entre cientistas políticos e sociólogos interessados em uma definição precisa e definitiva do conceito. Para nosso intento – adotando a abordagem compreensiva – podemos sintetizá-lo como um conjunto de atitudes, crenças, valores e sentimentos assumidos ou latentes, presentes de maneira generalizada na sociedade, que dão ordem e possibilitam a construção de significados para um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento, a orientação para a ação, as atitudes e as opiniões de seus atores¹⁵, resultado tanto de processos originários de socialização, ou seja, o repertório cultural prévio no qual o indivíduo se insere – e ao qual adere afetiva e cognitivamente –, como da experiência política desses indivíduos ao longo de sua vida.

O compartilhamento em maior ou menor grau dos elementos da cultura política de uma sociedade pelos seus indivíduos é capaz de assegurar a continuidade no tempo da coesão dessa sociedade, muitas vezes a despeito da existência de conflitos societários fundamentais entre os cidadãos. Alterações nas organizações políticas acabam por significar mudanças de pouca monta nos fundamentos dessa sociedade, visto que fatores muito mais profundos conformam sua identidade político-social – venezuelano, argentino, brasileiro, europeu, gaúcho, carioca, norte-americano. Processos de alteração da cultura política são lentos e longos, e requerem, se forem expressamente delineados, a geração de instituições – concretas ou abstratas – capazes de processar a complexa pluralidade de interesses, identidades e objetivos que mobilizam os atores sociais, isto é, de alterar o modo como os indivíduos dotam de significado os eventos políticos, de alterar algo mais estável do que as estruturas concretas das instituições políticas oficiais: as estruturas das mentalidades.

¹⁵ Kuschnir, K. & Carneiro, L. P. As Dimensões subjetivas da política. In: *Estudos Historicos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, p. 227-50, 1999.

Essas considerações nos compõem, quase obrigatoriamente, a adotar uma metodologia de pesquisa combinada, trabalhando com instrumentos diversos, como a observação antropológica, levantamento histórico e análise de dados com instrumental da sociologia e da economia, como explicitado no próximo ponto.

Trata-se, dessa maneira, de um conceito multidisciplinar, que envolve a combinação das perspectivas histórica sociológica, antropológica, econômica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos, tomando como objeto de análise fatores, dados e fontes diferenciadas. É necessário considerar tanto possíveis indicadores quantitativos (como os estudos iniciais que trataram do conceito de cultura política), mas também, e principalmente, as condutas, normas e valores manifestados ou indicados pelos indivíduos, bem como a relação destes com o contexto institucional e histórico em que são formados. Ou seja, é preciso entender as relações fundamentais entre a estrutura institucional historicamente constituída e os fatores da cultura política, crenças e características básicas da sociedade.

I.2 - Notas Metodológicas

Apesar das novas abordagens do conceito de cultura política, especialmente a abordagem compreensiva, a maioria dos trabalhos que utilizam o conceito ainda são baseados em *surveys*, pesquisas de levantamento de dados a partir de entrevistas com a população, que são compiladas e formam uma base de dados tratada estatisticamente. A produção de *surveys* nacionais que tratam de questões de cultura política, valores e atitudes, como apresentado aqui, existe desde 1963, mas, para os países da América Latina, a quantidade de pesquisas não é tão grande em comparação com outras regiões do mundo. Um bom exemplo de análises de *surveys* nacionais na região, a partir do conceito de cultura política, foi o trabalho de John Booth e Patrícia Richard, publicado inicialmente em 1998, no qual procuram superar a carência de um olhar mais específico sobre a região, estudando com base em *surveys* realizados em seis países da América Central, a relação entre aspectos de cultura política e a violência política¹⁶. O banco de dados mais relevante para o estudo da cultura política na América Latina, no entanto, é o do

¹⁶ Booth, J. & Richard, P. A Formação do Capital Social na América Central: violência política, repressão, dor e perda. In: *Opinião Pública* (Campinas), Ano 7, nº1, maio/2001.

Latinobarômetro, com sede no Chile, que contém compilações de *surveys* desde 1995. Existem, porém, limitações nesses bancos de dados, por exemplo, o fato de o Latinobarômetro não utilizar amostras probabilísticas nacionais (exceto as da América Central) e seguir o padrão de perguntas original do Eurobarômetro (que tem séries de *surveys* desde 1973), o que dificulta a produção de análises mais apropriadas às questões e características políticas específicas da região.

Existem dados da América Latina também na pesquisa global *World Values Survey*¹⁷. Trata-se de uma pesquisa em andamento, dirigida por um grupo de pesquisa com sede na Suécia, com *surveys* em 62 países tratando de cultura política e mudanças políticas. A pesquisa, iniciada em 1981, em 14 países da Europa, não trata especificamente de países da América Latina. Dessa forma, apesar de ser um questionário amplo (mais de 400 variáveis) e de já haver uma quantidade considerável de dados (em 2005 foi realizada a quarta onda global de questionários), as conclusões e generalizações tratam de grandes tendências regionais e mundiais, não sendo possível extrair das publicações dessa pesquisa, até agora, nenhuma avaliação específica sobre a região, muito menos sobre a Venezuela, que entrou no rol dos países pesquisados em 1995, contando até agora com apenas duas ondas de dados tabuladas. Nas tabelas e gráficos disponíveis, Brasil e Venezuela, por exemplo, estão bastante próximos em vários aspectos, pouco contribuindo assim para uma análise diferenciada. Esse material, divulgado livremente na Internet,¹⁸ quando finalizada a tabulação dos dados de 2005 (inconclusa até este momento), constituirá excelente material de pesquisa para entender as transformações correntes no atual momento da política venezuelana, mas não oferece atualmente muitas possibilidades de análise na linha proposta por este trabalho. Ao longo da exposição serão utilizados alguns poucos dados dessa pesquisa, mas de maneira lateral, como ilustração de outras fontes.

Além da carência de dados do tipo *survey* sobre a América Latina e sobre a Venezuela, a interpretação desse tipo de dado ainda é problemática. Ademais da necessidade de instrumental estatístico apropriado, há que se levar em conta tanto a representatividade da amostra e do período escolhido – no caso da Venezuela bastante curto – como a formulação dos questionários, que podem

¹⁷ Inglehart, R. & Baker, W. Modernization, Cultural Change and the Persistence of Traditional Values. In: *American Sociological Review*, nº 65, pp. 19–51, 2000. World Values Survey Association, *European and World Values Surveys Four-Wave Integrated Data File, 1981-2004*.

¹⁸ No endereço <http://www.worldvaluessurvey.org/>.

apontar para questionamentos totalmente diversos dos objetivos deste trabalho. Por esse motivo, entre outros, a opção metodológica foi pela abordagem compreensiva do conceito de cultura política. Nesse sentido, além da necessidade de um levantamento histórico, para possibilitar a contextualização e a identificação do repertório prévio de valores e experiências existente em determinada sociedade, uma abordagem do conceito de cultura política pela via compreensiva acaba exigindo a aplicação sobre o ambiente da política de métodos antropológicos de pesquisa, que privilegiam a esfera dos valores e da percepção e avaliação subjetiva dos indivíduos a respeito dos fenômenos políticos e que compreendem que a noção de poder não está relacionada apenas às instituições explicitamente políticas. Essa antropologia da política, no entanto, pressupõe – porque se trata de uma investigação sobre um recorte social bastante amplo – uma generalização mais abrangente do que nos estudos de orientação tipicamente antropológicos. Ao mesmo tempo em que essa abordagem permite uma combinação dinâmica dos fatores de análise, permite incluir a dimensão da subjetividade entre as variáveis de análise.

A partir dessa avaliação, a pesquisa pôde ser planejada para a produção de uma análise do tipo compreensiva. Para cada etapa do trabalho, foi utilizado um instrumento apropriado. Para o levantamento histórico foi utilizada pesquisa bibliográfica pertinente, cotejando diferentes fontes. Um segundo tratamento dos dados históricos foi necessário para a seleção dos fatos mais relevantes para os pontos de análise selecionados. Para a definição do marco teórico e da metodologia, foi realizada pesquisa bibliográfica extensa sobre o conceito de cultura política. Para o levantamento dos pontos de análise, foram combinadas várias técnicas de pesquisa antropológica, como visitas *in loco* nas diversas regiões da Venezuela, e da capital Caracas, para recolhimento de impressões; conversas informais com os mais variados tipos sociais, desde autoridades, passando pelos venezuelanos próximos, até os moradores das localidades visitadas; acompanhamento atento dos meios de comunicação venezuelanos – jornais, revistas, rádio e televisão – na tentativa de identificar traços em comum e padrões na comunicação de massa, que poderiam indicar alguns valores comuns; e pesquisa bibliográfica pertinente. Nesse sentido, o trabalho no setor político da Embaixada do Brasil em Caracas foi crucial, visto que pude entrar em contato com as análises do ambiente político venezuelano tanto dos interlocutores da Embaixada, quanto dos meios de comunicação e dos colegas mais antigos.

Capítulo II - História Política da Venezuela

A história política da Venezuela confunde-se com a história política da América hispânica. Não apenas pelo passado colonial comum, mas também por compartilhar com os países vizinhos o processo de independência liderado pela elite *criolla* (descendentes de espanhóis nascidos na América). Com a Colômbia, antigo Vice-reino de Nova Granada, inclusive, formou uma única nação entre 1819 e 1829, quando a Venezuela rompeu a união desfazendo a República da Grã-Colômbia.

Tanto Cristóvão Colombo quanto Américo Vespúcio estiveram no território hoje pertencente à Venezuela, e o último teria dado o nome à região, em referência à semelhança que as palafitas dos índios da região de Maracaibo teria com os pequenos palácios de Veneza. De 1498 até a década de 1520, os espanhóis extraíam pérolas no litoral venezuelano, e o primeiro estabelecimento permanente no continente foi um entreposto em Cumaná, próximo à ilha de Margarita, apenas em 1523. A primeira cidade fundada na Venezuela foi Coro, atual capital do estado de Falcón, no litoral noroeste do país, próximo ao Lago de Maracaibo, em 1527. Dessa data até 1547, entretanto, a região ficou sob o domínio da Companhia Alemã dos Welser, que organizou expedições no território em busca de pedras preciosas. De 1547, já de volta ao domínio espanhol, a 1717, a Venezuela foi administrada por governadores que representavam diretamente a autoridade real, respondendo à jurisdição da Audiência de Santo Domingo (atualmente capital

da República Dominicana), responsável pela administração das colônias espanholas na América Central, Antilhas e Caribe, Flórida e a parte setentrional da América do Sul.

Até o final do século XVI, havia cerca de 20 núcleos de povoamento na Venezuela, a maioria no litoral e alguns poucos no Andes. A porção oeste do território, em direção ao Lago Maracaibo foi sendo ocupada lentamente por missões católicas.

Em 1717, a Venezuela passou a fazer parte do Vice-reino de Nova Granada, com sede em Santa Fé (atual Bogotá), com exceção do período de 1723 a 1739, quando vigeu o regime anterior. Nesse período foi criada a Real e Pontifícia Universidade de Caracas (1721), atual Universidade Central da Venezuela (UCV), e a Companhia Guipuzcoana de Caracas (1728), que detinha o monopólio da venda do cacau – primeiro produto de exportação da região até o século XIX – à metrópole, e tinha como missão reprimir o tráfico de escravos, que tinha como principal centro a ilha de Curaçao, e as incursões estrangeiras ao território venezuelano. Os interesses da companhia contrariavam, no entanto, os dos produtores venezuelanos, que forçaram sua dissolução na década de 1780.

Em 1777, a Venezuela foi elevada à categoria de Capitania-Geral, separada totalmente de Nova Granada, com capital e sede judiciária (Audiência) em Caracas, que fora criada em 1567, na região anteriormente dominada pelos índios Caracas. Como em quase toda a América hispânica, o período colonial na Venezuela é marcado pelo escravismo e pela produção agrícola para exportação, principalmente o cacau. O grau de miscigenação entre os brancos descendentes de espanhóis, indígenas e negros nesse período foi bastante alto.

II.1 - O processo de independência

Algumas leituras interpretam a revolução dos negros e mestiços da cidade de Coro, em 1795, como o movimento precursor da independência, mas a primeira tentativa concreta de rebelião independentista ocorreu em 1797, sob a liderança do militar Manuel Gual, entre La Guaira, cidade litorânea próxima a Caracas, e Caracas. Em 1806, também houve uma tentativa de levante, organizada nos Estados Unidos e liderada pelo militar Francisco de Miranda, que havia participado da Revolução Francesa e foi um dos principais aliados de Bolívar nos primeiros anos do processo de independência.

Frustrada a tentativa, partiu em exílio para a Europa. Foi em 1810, entretanto, que o movimento de independência da Venezuela, finalizado apenas em 1829, iniciou-se de fato. Nesse ano, com a justificativa oficial de salvaguardar os direitos do rei espanhol Fernando VII, preso na França dois anos antes por Napoleão, os *criollos* de Caracas depuseram os representantes espanhóis e estabeleceram uma junta governativa local formada por Cristóbal Mendoza, Juan de Escalona e Baltasar Padrón. Unindo-se aos representantes de outras partes do país, no entanto, a junta governativa declarou a independência em julho de 1811. Francisco de Miranda, que retornara à América, chamado por Simón Bolívar, assumiu o comando da Venezuela. Um ano depois, no entanto, as tropas reais organizaram uma ofensiva e venceram as forças revolucionárias, atingidas por um terremoto que afetou as povoações independentistas, retomando o controle da colônia. Miranda foi enviado preso à Espanha, depois de assinar a capitulação, enquanto Bolívar recebeu salvo-conduto para Curaçao.

No ano seguinte, Bolívar organizou outra ofensiva, dessa vez iniciada em Nova Granada, conquistando novamente Caracas, mas foi vencido em 1814, levando os líderes revoltosos novamente ao exílio. Em 1816, nova campanha, agora com colaboração do presidente haitiano Alejandro Pétion, que forneceu soldados às tropas de Bolívar com a condição de que a escravidão fosse abolida na Venezuela caso a independência fosse conquistada, e do general José Antonio Páez, caudilho da região dos Llanos, na faixa central do país.

Foram muitas batalhas entre 1816 a 1819, até a batalha de Boyacá, quando as forças rebeldes conquistaram definitivamente a capital de Nova Granada. Durante todo o ano de 1819, Bolívar foi presidente da Venezuela, até dezembro, quando os exércitos de Nova Granada e da Venezuela se unificaram, reunindo as duas ex-colônias sob o nome de república da Grã-Colômbia, com capital em Bogotá, também sob a presidência de Bolívar. A região de Maracaibo ainda ficou sob o domínio espanhol até 1821, quando as forças rebeldes derrotaram os exércitos de Pablo Morillo na batalha de Carabobo. Em 1822, o Equador ainda se juntou à Grã-Colômbia, mas as guerras para a consolidação da independência duraram até 1823.

Bolívar participou ainda da vitória das forças independentistas no Peru, em 1824, e da Bolívia, em 1825 (Peru e Bolívia não se uniram à Grã-Colômbia). Em sua ausência do país, ele havia nomeado o general José Antonio Páez, que viria a dominar a vida política na Venezuela até 1863, como chefe militar civil da Venezuela, mas o general passou a dar apoio ao movimento

separatista interno, que decretou, em 1829, o abandono da Grã-Colômbia pela Venezuela (o Equador separou-se em 1830). Para conter as pressões pela dissolução da Grã-Colômbia, Bolívar se havia auto-proclamado presidente vitalício, em agosto de 1828, e aboliu a vice-presidência. Em setembro do mesmo ano, escapou de uma tentativa de assassinato, que se tornou conhecida como “conspiração setembrina”. Inicialmente, pretendeu perdoar os autores do atentado, mas acabou decidindo por submetê-los ao julgamento de uma corte marcial, que os condenou à morte. Apesar de sobreviver ao atentado, Bolívar foi fortemente afetado pela experiência. Os problemas políticos persistiram e sua saúde piorou em decorrência de uma tuberculose. Esses fatores contribuíram para ele decidir renunciar à presidência, o que ocorreu em abril de 1830. Após a renúncia, Bolívar pretendia deixar o país e exilar-se, provavelmente na França, no entanto, acabou morrendo de tuberculose, em dezembro de 1830, antes de embarcar, em Santa Marta, na Colômbia, sete meses após o desfacelamento da Grã-Colômbia, com a saída do Equador. Em 1831, um congresso constituinte proclamou a independência da Venezuela e elegeu Páez presidente. A Constituição do novo Estado criava um regime centralista, restringia o voto aos proprietários de terras e restabelecia a escravidão, extinta por Bolívar quando da formação da Grã-Colômbia.

O período que vai de 1810 a 1829 marcou não apenas a conquista da independência da Venezuela, mas também um declínio acentuado da atividade produtiva e do nível de vida da população, por conta das guerras entre as forças reais e os rebeldes. Alexander von Humboldt, em sua passagem pela Venezuela, entre 1799 e 1800, por exemplo, espantou-se com a fartura existente no país – em sua avaliação os venezuelanos consumiam quatro vezes mais carne do que um cidadão parisiense da época.¹⁹ Ao final do período, a situação havia piorado muito: o rebanho venezuelano havia caído de 1 milhão para 500.000 cabeças, elevando fortemente o preço da carne. Caiu, também pela metade, a produção de café e de cacau, com o recrutamento de camponeses para as guerras, com pestes que atingiram as plantações no período e com o aumento do custo dos empréstimos. O preço internacional do café entre 1830 e 1850 caiu 50%. A renda nacional decresceu. Além disso, o país perdeu 20% da população nas guerras.²⁰

¹⁹ Ortiz, R. G. *La Historia Política de Venezuela: De Cipriano Castro a Perez Jiménez*. Caracas: Imprenta Universitária, 1960.

²⁰ Pérez-Vila, M. La crisis 1830-45. Izard, M. et al. *Política y Economía en Venezuela (1810-1976)*. Caracas: Fundación John Boulton, 1976.

É nesse período de convulsão que começam a aparecer algumas das características mais marcantes da sociedade venezuelana. Em primeiro lugar os líderes independentistas vencedores, educados nas fileiras militares, assumem o poder político no país tanto porque detinham de fato o poder após as vitórias militares, quanto porque alguns dos líderes intelectuais do processo de independência, que poderiam ajudar a compor outra divisão do poder no novo Estado, como Miguel José Sanz, Coto Paúl, Vicente Salias e Francisco Miranda, não sobrevivem até o fim do processo²¹. No período pós-independência, a situação socioeconômica da Venezuela era frágil e governos fortes eram vistos com simpatia para a recuperação da estabilidade política. Bolívar, por sua vez, ficou isolado na tentativa de promover o que chamava de virtude política e virtude moral entre as lideranças políticas, sobrou-lhe a virtude armada.²² Além disso, é nesse momento que se estabelecem as grandes rivalidades entre os chefes políticos pelo controle dos recursos do Estado nascente, que desembocará posteriormente na Guerra Federal entre 1859 e 1863.

II.2 - A República dos Próceres da Independência

O período que vai de 1831 a 1859, em algumas linhas interpretativas até 1863, ficou conhecido como a república dos próceres da independência, pois envolveu muitos dos líderes das lutas pela independência, como José Antonio Páez, André Narvarte, José Maria Carreño e Carlos Soublette. Após a separação da Grã-Colômbia, o general José Antonio Páez assumiu a presidência da Venezuela e dominou a vida política do país por algumas décadas. Governou durante dois períodos constitucionais (1831-1835 e 1839-1844), exerceu forte liderança sobre os presidentes que passaram pelo poder e instaurou uma ditadura, de 1861 a 1863, durante as convulsões da Guerra Federal. Com exceção do período de 1848 (quando teve de se exilar) a 1858, Páez foi a figura central da política da Venezuela do período da república dos próceres, e sua liderança ficou conhecida como paecismo. Seu primeiro governo representou para a Venezuela uma fase de estabilidade, na qual se

²¹ Straka, T. Nuestras Primeras Necesidades. In: Toribio, J.C.P. & Talavera M.E. (coord.) *La Cultura Política del Venezolano - I Coloquio Historia y Sociedad*. Baruta: Ed. Equinoccio, 2005. pp. 35-62.

²² Caballero, M. et alli. De la antimonarquía patriótica a la virtud armada: la formación de la teoría política del Libertador. In: *Episteme. Revista del Instituto de Filosofía*. Nº 5-6, 1986, pp.9-40.

reconstruiu a economia, enfraquecida pelos muitos anos de guerra. Prosperaram então as culturas de cacau e café, base do comércio exterior do país.

Em 1834, o médico civil José Mario Vargas vence as eleições presidenciais, assumindo em 1835. Alguns meses depois, no entanto, é deposto pela Revolução das Reformas. Nesse levante opõem-se civilistas, apoiadores de Vargas, e militaristas, encabeçadas pelo militar Santiago Mariño, que assume a presidência após o golpe. Além da oposição entre civis e militares, a disputa é entre dois grupos da elite venezuelana pelo poder estatal. Ainda em 1835, os revoltosos são expulsos de Caracas pelo exército liderado pelo ex-presidente José Antonio Páez, e Vargas é reconduzido à presidência. As batalhas entre governistas e revoltoso só terminam, no entanto, em março do ano seguinte, mas em abril, enfrentando forte oposição no Congresso, Vargas renuncia à presidência em nome do vice-presidente, o civil Andrés Narvarte, que governa até o ano seguinte, sendo substituído pelo general José María Carreño e, logo depois pelo general Carlos Soublette, eleito vice-presidente em novo escrutínio do colégio eleitoral, e que se encontrava na Espanha negociando o tratado de independência. Em 1839, termina o período do mandato que teria cabido a José Mário Vargas, tendo passado pela presidência cinco pessoas, dos quais três militares.²³

O general José Antonio Páez volta à presidência nas eleições indiretas de 1839 e governa por todo o período previsto até 1843, mas, a partir de 1840, passa a sofrer oposição, principalmente do Partido Liberal, fundado por Antonio Leocádio Guzmán naquele ano. O PL tinha em sua base social a burguesia média progressista das cidades, que reivindicava a extensão do direito ao voto e a abolição da escravatura. Leocádio Guzmán criou um jornal, *El Venezolano*, que se converteu em porta-voz das aspirações liberais. A crise econômica que se produziu no período, motivada pela queda dos preços do café e do cacau no mercado internacional, favoreceu o crescimento da oposição aos governos conservadores.

Mesmo com o aumento da ferocidade da oposição a seu governo, o candidato preferido de Páez, o general Carlos Soublette, venceu as eleições presidenciais de 1843 no colégio eleitoral. O predomínio do poder de José Antonio Páez era tão grande que todos os candidatos das eleições de 1843

²³ Gantaume, C. R. *Narvarte, um presidente totalmente olvidado*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1993.

eram seus aliados e compuseram o novo governo eleito: o vice-presidente de seu mandato anterior, Santos Michelena, disputou as eleições, e, depois da derrota, foi nomeado Embaixador da Venezuela na Inglaterra; o outro candidato, Diego Bautista Urbaneja Stuardy, havia sido vice-presidente no primeiro mandato de Páez e foi eleito posteriormente, no mesmo colégio eleitoral, vice-presidente de Soublette. O círculo do poder era bastante próximo e as eleições eram uma disputa entre aliados.

Já em 1846, a oposição se havia organizado um pouco mais e saiu vitorioso o general José Tadeo Monagas, que, embora conservador, buscou o apoio dos liberais contra a maioria conservadora do Congresso. Monagas havia participado em 1835 do levante contra o presidente eleito José Mario Vargas. O ex-presidente José Antonio Páez organizou um levante tentando impedir a posse de Monagas, mas foi derrotado e obrigado a exilar-se em 1848. José Tadeo Monagas assumiu em 1847 e governou até 1851, quando assumiu a presidência, também eleito no colégio eleitoral, seu irmão, e igualmente general, José Gregório Monagas. Este governou até 1855, dando lugar novamente ao irmão José Tadeo, até 1858. Os dois revezaram-se no poder entre 1847 e 1858 e estabeleceram um regime ditatorial e populista que limitava a liberdade de ação do Congresso. As reformas postuladas pelos liberais, em sua maior parte, não foram adotadas: as leis que aboliam a escravidão, estendiam o direito de voto, baniam a pena de morte e limitavam as taxas de juros foram aprovadas, mas não foram implementadas. Em 1857, José Tadeo Monagas tentou impor uma nova Constituição ao país, que estendia o mandato presidencial de quatro para seis anos e eliminava todas as restrições à reeleição. Liberais e conservadores se uniram, porém, contra ele e conseguiram destitui-lo do poder em março de 1858. O civil Pedro Gual Escandon é nomeado presidente, mas, já no início de 1859, é destituído por um golpe militar liderado pelos liberais e se inicia a Guerra Federalista (se considerado o período até 1863) ou Guerras Federalistas (se considerado o período até 1870, quando finalmente é estabilizada a situação política na Venezuela). Em 1869, em meio aos conflitos, o filho do ex-presidente José Tadeo Monagas, deposto em 1858, José Ruperto Monagas, também militar, assumiria a presidência até 1870.²⁴

Entre 1858 e 1863, com o vácuo de poder, conservadores centralistas disputaram violentamente o poder com os liberais federalistas. A demanda

²⁴ Gómez, C. A. *José Tadeo Monagas*. Caracas: Biblioteca Biográfica Venezolana, Ed. Arte, Caracas, 2006.

expressa dos liberais, liderados por Juan Crisóstomo Falcón, Ezequiel Zamora e Antonio Guzmán Blanco, era a alteração da Constituição, para dar mais autonomia às províncias, porém, as lutas se desenvolveram muito mais no sentido de uma disputa de poder entre setores da elite para o controle do Estado. Entre 1858 e 1861, passaram pela presidência três pessoas: o conservador Pedro Gual Escandon, nomeado após a renúncia de José Tadeo Monagas, por alguns meses, substituído pelo general liberal Julián Castro, após golpe dos liberais em 1859. No mesmo ano, Castro é destituído e o poder volta às mãos de Pedro Gual, que, por sua vez é destituído, ainda em 1859, dando lugar, até 1861, ao conservador moderado Manuel Felipe Tovar, que havia sido vice-presidente de Julián Castro. Não apenas liberais e conservadores estão em disputa pelo poder, como também há, nas duas correntes, disputas internas e acertos com representantes do grupo opositor, já que os líderes liberais mais radicais como Zamora (que morre durante uma batalha, em 1860) e Falcón não apóiam Julián Castro, que recebera apoio do conservador moderado Tovar. Zamora, por sua vez, havia feito parte do governo de Antonio Páez. Os acertos intraelite prosseguem durante o governo de Tovar, e Pedro Gual, que havia sido destituído, é eleito vice-presidente de Tovar. Em 1861, a situação prossegue tensa e, após renúncia de Tovar, Pedro Gual, como presidente interino, nomeia o ex-presidente José Antonio Páez chefe do Exército, pavimentando sua volta ao poder, que se concretizaria em setembro daquele ano, restaurando a hegemonia conservadora até 1863. A ditadura instaurada por Páez só é finalizada com o triunfo das forças federalistas, lideradas pelo general Guzmán Blanco.

Durante todo o período da Guerra Federalista, o jogo de alianças e ataques foi bastante complexo, com alterações de momento dentro dos dois grupos, o que gerou diversos subgrupos internos e de composição. Houve muitos acertos entre membros de grupos rivais, mas os ataques e as imposituras de exílio foram uma constante do período, bem como as cassações e perseguições.²⁵

II.3 - O período do caudilhismo

O tratado que estabeleceu a paz entre os grupos contendores, o Tratado de Coche, foi assinado em 1863 no local onde hoje funciona o Quartel General

²⁵ Alvarado, L. *Historia de la Revolución Federal en Venezuela*. Caracas: Oficina Central de Información, 1975.

das Forças Armadas da Venezuela, o Forte Tiúna, na porção sul da cidade de Caracas. Com o fracionamento das forças conservadoras, o general Antonio Páez aceitou a trégua com Guzmán Blanco. Pelo tratado, além do cessar-fogo, foi convocada uma Assembleia Nacional, foi proibido o recrutamento de novos soldados pelas facções anteriormente em guerra e formado uma brigada pública. Páez também acertou a nomeação de Juan Falcón como presidente e Guzmán Blanco como vice. Com a Constituição de 1864, foram incorporadas as ideias federalistas, mas o governo de Falcón não foi bem-sucedido e ele perdeu espaço na liderança dos liberais. Em 1868, as hostilidades foram retomadas e recomeçou a guerra civil, da qual saiu vencedora, em 1870, a facção liberal do general Antonio Guzmán Blanco – filho do fundador do Partido Liberal, Leocádio Guzmán. Nesse intervalo, assumiram o governo provisoriamente os generais Manuel Ezequiel Bruzual e José Ruperto Monagas e o civil Guillermo Tell Villegas.

Ao final da guerra civil, em 1870, Guzmán Blanco foi designado presidente pelo colégio eleitoral convocado por seu pai. Governou de 1870 a 1877, de 1879 a 1884 e, novamente, no chamado período da aclamação, de 1886 a 1888, quando foi, finalmente, deposto. Durante seu mandato houve algumas evoluções em direção à democracia, com a realização de eleições regionais e um processo de modernização da economia, com a transformação do café em pilar da economia nacional. Entre 1877 e 1879, o intervalo entre o primeiro e o segundo governos de Guzmán Blanco, governaram os generais Francisco Linares Alcántara e José Gregorio Varela. Entre 1884 e 1886, no intervalo entre o segundo e terceiro períodos de Guzmán Blanco, quem assume, sob os auspícios de Blanco, é o general Joaquín Crespo, que será o detentor do poder também no período entre 1892 e 1898. No período que vai de 1870 a 1888, a Venezuela experimenta certa estabilidade, mas sob o prego de um regime bastante centralizador, apesar de Guzmán Blanco ter liderado as forças liberais durante a Guerra Federal.

Em 1888, Guzmán Blanco foi deposto e assumiu o poder o general Hermógeno López, até a realização de eleições no colégio eleitoral e no conselho federal. Ainda em 1888, foi eleito o civil Juan Pablo Rojas Paúl, que governou até 1890. Seu sucessor, o também civil Raimundo Andueza Palacio, governou até 1892, mas tentou estender o período do mandato por meio de uma alteração na Constituição. A oposição de adversários e aliados de seu próprio grupo político o obrigou a deixar o governo. Assumiu interinamente, por alguns meses de 1892, o presidente do conselho federal, o civil Guillermo

Tell Villegas, que já havia assumido interinamente a presidência nos últimos momentos da guerra civil entre conservadores e federalistas, em 1869.

O caudilhismo prosseguiu com a ascensão definitiva de Joaquín Crespo ao poder em 1892. Crespo havia liderado a “Revolução Legalista”, contra a tentativa de Raimundo Palacio de permanecer à frente da presidência além do tempo regulamentar. Crespo alterou o período do mandato para quatro anos e convocou eleições diretas e secretas em 1893, as quais venceu para exercer o mandato até 1898. Durante seu período no governo, teve que enfrentar uma permanente desordem civil, que culminou com a revolta contra a eleição do candidato de Crespo, Ignacio Andrade, nas eleições presidenciais sob acusação de fraude eleitoral. Crespo foi morto durante os combates, possibilitando a tomada do poder, após alguns meses de batalha, pelo general Cipriano Castro Ruiz, que inaugura uma nova fase da política venezuelana, ainda sob jugo dos caudilhos, mas com matizes de modernização econômica e social. Inicia-se o “domínio dos andinos”.

II.4 - O domínio dos andinos

Entre 1899 e 1945, o poder na Venezuela foi exercido por membros das Forças Armadas procedentes do estado de Táchira, na região dos Andes venezuelanos. A figura central do período foi o general Juan Vicente Gómez, que participou da tomada do poder após as revoltas de 1898-1899, e morreu no exercício da presidência, em 1935. Seus sucessores faziam parte do mesmo grupo político do estado de Táchira.

O poder foi conquistado pelos andinos em 1899, quando o general Cipriano Castro ocupou Caracas, apoiado pelo general Juan Vicente Gómez, finalizando a guerra civil, e assumindo a presidência, no comando do que chamou de “revolução liberal restauradora”, com a volta do grupo que esteve no poder até 1892, destituído por Joaquín Crespo. Apesar de utilizar o liberalismo como bandeira, Cipriano Castro impôs até 1908 um governo centralista e autoritário. Entre os principais eventos de seu governo – marcado por revoltas internas, principalmente as lutas da chamada “revolução libertadora”, e intervenções externas – estão a crise com o setor financeiro, a tentativa de derrubar o governo da Colômbia para restaurar a Grã-Colômbia e as desavenças com credores internacionais que quase resultam em intervenção estrangeira.

O episódio da tentativa de invadir a Colômbia é o estopim de várias crises que marcam o período de Castro no poder. Primeiramente, como

resposta, a Colômbia auxilia forças separatistas internas lideradas por Rangel Gabiras. Para vencer as tropas participantes da “revolução libertadora”, originadas em diversas das províncias, o governo central reforça ainda mais os laços de lealdade com as forças das regiões andinas (Táchira, Lara, Mérida e Trujillo), que ocasiona posteriormente acúmulo de poder na mão dos militares andinos, especialmente os de Táchira. Por sua vez, as lideranças revoltosas, quando se aproximavam da vitória sobre o governo central, passavam a se digladiar em lutas internas entre os diversos líderes regionais, que representavam as lideranças tradicionais até então. O poder dos andinos se consolidou frente à divisão extrema no grupo oponente.

Outro evento de relevo foi o bloqueio naval imposto pela Inglaterra e Alemanha contra a Venezuela entre dezembro de 1902 e fevereiro de 1903 em razão de desavenças em relação aos valores da dívida externa venezuelana. Ambos os países acusavam a Venezuela de colocar em risco a vida e a propriedade privada de seus nacionais. Antes desse incidente, já havia sido ensaiadas tentativas de forçar por meio das armas o pagamento de dívidas pela Venezuela em 1855 (Holanda), 1860 (Espanha) e na década de 1880 (Inglaterra e Estados Unidos), mas todas essas questões foram resolvidas pelo meio diplomático. Em 1902, porém, a gravidade foi maior. Em janeiro de 1901 o governo estabeleceu nova normatização para o mercado de crédito, admitindo somente aquelas dívidas contraídas pelo governo após a tomada de poder por Castro, em 1899. Os impasses começam, inicialmente com Alemanha, e depois também com a Inglaterra e Itália. Sem solução negociada e sem o apoio dos Estados Unidos, cujos negociadores diplomáticos não aceitavam a “aplicação da Doutrina Monroe para defenir irresponsabilidades de governos latino americanos”, alemães e ingleses estabelecem o bloqueio, que só resolve por iniciativa dos Estados Unidos, que encaminham as negociações para uma resolução arbitrada, e porque a oposição na Inglaterra criticava a participação inglesa no conflito e ameaçava forçar uma reforma no Gabiente. A solução negociada envolvia a compensação financeira aos cidadãos dos países europeus e o sequestro de 30% das rendas aduaneiras de exportação da Venezuela

Em 1902, o próprio Cipriano Castro é eleito presidente para o período 1902-1907. Em 1904, porém, promove uma extensa reforma política: transforma o Congresso em Assembleia Constituinte, reduz o número de estados, unifica as Cortes de justiça em apenas uma e estabelece um colégio eleitoral, para a eleição indireta do presidente. Nas eleições, se elege para o

período 1904-1911, tendo como vice, Juan Vicente Gómez. Em 1906, Castro se retira do poder, mas é reconduzido aclamado pela população, como o fora Guzmán Blaco em 1886, vinte anos antes, gozando, até então, da fidelidade de Juan Vicente Gómez.

O final do governo de Castro foi marcado por hostilidades com governos estrangeiros. Em 1905 e 1906, Castro entra em conflito com os Estados Unidos e com a França, respectivamente, por cobrar de empresa desses países ressarcimentos em relação à sua participação como financiadora da campanha da “revolução libertadora”, contra seu governo. Apesar da posição do Embaixador dos Estados Unidos na Venezuela, que defendia uma intervenção para derrubar Castro, a solução com os Estados Unidos foi negociada. As relações diplomáticas com a França foram rompidas definitivamente em 1906, sendo retomadas somente em 1913. Com a Holanda, também em relação a dívidas, os problemas começaram em meados de 1908, com a captura de barcos venezuelanos pela marinha holandesa. Protestos populares conturbaram os últimos meses do ano. Com sérios problemas de saúde, Castro teve que ir à Alemanha no final do ano operar-se e, na sua ausência, foi deposto do governo, assumindo o vice-presidente Juan Vicente Gómez, com os auspícios do governo dos Estados Unidos, que enviaram fragatas de guerra para o litoral venezuelano para conter uma possível reação contra a deposição de Castro.²⁶

Frente à situação caótica do fim do governo de Cipriano Castro, o de Vicente Gómez iniciou-se com uma série de promessas, foram incorporados ao governo vários adversários políticos, inclusive inimigos nas batalhas da revolução libertadora. O período de conciliação, entretanto, durou pouco e Vicente Gómez instaurou um regime ditatorial até 1935, esmagando lideranças oposicionistas e impondo severa censura à imprensa. Nesse período, ele esteve no poder como presidente ou como chefe do exército tendo como presidentes títeres (entre 1913 e 1914, quando nomeou Gil Fortoul; entre 1914 e 1922, quando foi presidente Victorino Márquez Bustillos; e entre 1929 e 1931, quando era presidente Juan Bautista Pérez), que lhe submetiam todas as decisões do governo. Gómez governou de fato até sua morte.

No início de seu governo, Gómez substituiu o nacionalismo de Castro por uma associação franca com o capital internacional, principalmente após

²⁶ Salcedo-Bastardo, J. L. *Historia Fundamental de Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1972.

o início das explorações de petróleo, em 1917, quando ofereceu condições vantajosas para as explorações dos poços. Nos primeiros cinco anos de exploração de companhias norte-americanas e holandesas, o Estado ficou com menos de 5% do faturamento das empresas como impostos, aumentando para cerca de 10% ao final de dez anos.

De 1908 a 1910, Gómez exerceu a presidência na condição de presidente nomeado para o lugar de Castro. Em 1909, transforma, novamente, o Congresso em Assembleia Constituinte, resgata a divisão de estados suspensa em 1904 e cria um Conselho de Governo formado por representantes dos estados – dos quais muitos desafetos políticos – e presidido por Gómez. Em 1910, o Conselho o elege presidente. Em 1913, rompe com o Conselho e envia vários de seus membros ao exílio. No processo eleitoral iniciado no fim de 1913, prende e persegue eventuais candidatos, mas se afasta nominalmente do poder para, como chefe do exército, entrar em campanha contra suposta invasão de apoiadores de Cipriano Castro no território venezuelano. Em 1914, realizou nova reforma constitucional, elevando por sete anos o mandato de presidente, sendo novamente eleito pelo colégio eleitoral. Empossado como presidente e chefe do exército, Gómez nomeia Márquez Bustillos como presidente e governa do Quartel General do Exército da cidade de Maracay. É novamente eleito pelo colégio eleitoral para o período 1922-1929, período que assume de fato como presidente, mas que também ocorrem as primeiras tentativas concretas de depô-lo, além do aumento de protestos estudantis e de exilados militares, ex-aliados de Gómez. Em 1929, é reeleito pela quarta vez consecutiva pelo colégio eleitoral, mas não aceita o cargo, nomeando Juan Bautista Pérez, ficando novamente como chefe do exército e detentor do poder de fato. Em 1931 decide voltar ao poder e sugere a Bautista Pérez que renuncie em seu nome, assumindo a presidência até dezembro de 1935, quando morre. Nos 27 anos de seu governo, moderniza e aparelha o exército, possibilitando um controle da oposição e da política do país sem precedente na já militarizada história política do país. Outro feito foi o pagamento total da dívida interna e externa até 1935, com recursos do petróleo, que a partir de 1928 passou a taxar de forma mais incisiva, com alíquotas que chegaram a 35% do faturamento. Com a sua morte, seus afilhados da dinastia autocrática andina assumem o poder. Seus sucessores, Eleazar López Contreras (1935-1941) e Isaías Medina

Angarita (1941-1945), iniciaram um movimento de liberação, mas mantiveram o poder na mão dos militares.²⁷

No período de Gómez, a economia venezuelana sofre uma profunda transformação passando de fundamentalmente agrária para exportadora de petróleo, produto que assume o primeiro lugar na pauta de exportações do país já em 1926. Inicia-se nesse período, também, o acentuado processo de urbanização que a Venezuela testemunhará nas décadas seguintes.

López Contreras assume o governo eleito pelo colégio eleitoral e inicia um lento processo de abertura, com a redução do período presidencial para cinco anos, a extinção da reeleição, a extensão do sufrágio aos homens alfabetizados maiores de 21 anos para a eleição dos representantes dos estados (mas não do presidente, que segue pelo colégio eleitoral). Concede liberdades tuteladas, com recurso à repressão em alguns momentos.

Nas eleições de 1941, já são sentidos reflexos da abertura eleitoral promovida por Contreras: apesar da vitória do general Isaías Medina Angarita, do mesmo grupo político de Contreras, o candidato da oposição, Rómulo Gallegos conseguiu angariar apoio expressivo no colégio eleitoral. A abertura segue e, nesse período, pela primeira vez na história da Venezuela, é suspenso o controle da imprensa pela censura oficial. Ainda em 1941, após as eleições, foram legalizados os partidos políticos Comunista (PCV), fundado em 1931, e Democrático Nacional (PDN), que viria a se converter na Acción Democrática (AD), meses depois. Uma nova reforma constitucional é realizada em 1945, mas não se estabelece o sufrágio universal. Em outubro, jovens militares, em conjunto com lideranças políticas da AD organizam um levante e depõem Angarita. Por meio de um golpe de Estado, inicia-se o primeiro ensaio democrático na Venezuela.

II.5 - O ensaio democrático e a reação conservadora

Após o golpe de outubro de 1945, assume o poder uma Junta Revolucionária formado por civis e militares, mas presidida pelo líder civil da AD Rómulo Betancourt. Em 1946 são convocadas eleições livres para todos os maiores de 18 anos, para a escolha de uma Assembleia Constituinte. Além da AD, disputam as eleições a *Unión Republicana Democrática* (URD),

²⁷ Ortiz, R. G. *La Historia Política de Venezuela: De Cipriano Castro a Perez Jiménez*. Caracas: Imprenta Universitária. 1960.

de tendência centro-esquerda e liderada por Jóvito Villalba e o *Comité Político Electoral Independiente* (Copei), de tendência democrata-cristã e liderada por Rafael Caldera. A eleição direta para a presidência, a primeira da história da Venezuela, ocorre no final de 1947, com a vitória do ex-candidato nas eleições de 1941, Rómulo Gallegos, que assume no início de 1948. As propostas democráticas do novo governo civil e a limitação da participação dos militares no primeiro escalão do governo levam à insatisfação das Forças Armadas e à acusação de risco à segurança institucional do novo governo. Em novembro do mesmo ano, novo golpe de Estado liderado por jovens oficiais militares, que instauram uma junta trina formada pelos tenentes-coronéis Carlos Delgado Chalbaud, Marcos Pérez Jiménez e Luis Felipe Llovera Paez. O triunvirato foi presidido por Chalbaud.

Chalbaud, que quando estava no exílio na França, teve contato com ativistas comunistas europeus, tinha sido incorporado ao exército em 1939, após a saída de Gómez do poder, com formação militar na França e ideias modernizantes. Participou da deposição de Angarita, em 1945, assumindo o ministério da Defesa, de Rómulo Betancourt, durante o governo provisório 1945-1947. Chalbaud era afilhado de batismo de Juan Vicente Gómez, mas rompeu com seu padrinho durante o período ditatorial, participando, inclusive da tentativa de derrubar Gómez. Sua intenção era convocar eleições em 1950 para a escolha de novo presidente, que contaria com o apoio da sociedade civil, a princípio o próprio Chalbaud. Em novembro daquele ano, no entanto, é seqüestrado e assassinado. Entre as diversas versões para o crime, uma é a de que seu companheiro de junta, Marcos Pérez Jiménez, fora o mentor intelectual de sua morte. A situação fica tensa e a perseguição a líderes políticos da AD se acirra, suspendendo o processo eleitoral planejado por Chalbaud. O embaixador da Venezuela no Peru, Germán Suárez Flamerich, é chamado para presidir a junta de governo, mas o poder de fato fica nas mãos de Pérez Jiménez. Em 1952, são organizadas eleições e os candidatos são o líder da URD, Jóvito Villalba, que contou com apoio da AD, e Pérez Jiménez. As eleições são vencidas por Jiménez, sob acusação de fraude.

O governo de Jiménez é marcado por investimentos pesados em infraestrutura, principalmente viária, o que passava uma sensação geral de crescimento econômico. Os preços do petróleo subiam de maneira regular ainda que lenta, mas a produção e as exportações aumentavam muito – o país chegou a ser o segundo maior produtor mundial de petróleo nesse período – ,gerando recursos abundantes para o Estado. Essa situação

favorável para as contas do Estado levou ao descontrole do orçamento, com muitas denúncias de corrupção – em 1962, Pérez Jiménez é recebido extraditado dos Estados Unidos e é condenado à prisão até 1968–, que aliadas aos anseios por maior participação política da sociedade civil fragilizam o governo e possibilitam novo golpe militar, com apoio da AD e do Copei, e à deposição de Jiménez, em 1958. Assumiu a presidência interinamente o chefe da Forças Armadas, o almirante Wolfgang Larrazábal.²⁸

II.6 - O período democrático

O ano de 1958 foi utilizado para a organização das eleições presidenciais livres. Houve algumas tentativas de destituição de Larrazábal e, em consequência, a formulação de um acordo entre os partidos políticos mais importantes – AD, Copei e URD, cujas principais lideranças tinham participado do ensaio democrático de 1945-1948 –, com a participação do alto comando das Forças Armadas, de manutenção da ordem democrática – o chamado *Pacto de Punto Fijo*. Inicialmente tratava-se de um acordo para a manutenção da democracia, mas posteriormente passou a designar a aliança tácita dos dois principais partidos – AD e Copei – não apenas em relação às regras do jogo, que deveriam continuar democráticas – não houve a eleição ou assunção do poder pelos militares até 1998 –, mas também em relação à partilha do poder de maneira consensual e, conseqüentemente, dos benefícios gerados pelas altas rendas do petróleo, que aumentaria ainda nos períodos posteriores com a ação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a partir de sua fundação em 1960.

Disputaram o poder nas eleições de 1959, o almirante Larrazábal e Rómulo Betancourt, líder civil da AD, do golpe de 1945, do ensaio democrático, e do governo provisório de 1945 a 1947, com o apoio da URV, do Copei. Betancourt vence e assume o primeiro mandato presidencial da chamada Quarta República, nomenclatura utilizada para marcar simbolicamente a mudança política em relação aos regimes anteriores. Em 1960, a AD sofre a primeira fragmentação, com a saída de alguns radicais para formar o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) – o MIR e o PCV chegaram a organizar clandestinamente guerrilhas nos moldes daquelas

²⁸ Morón, G. *História de Venezuela*. Caracas: Britannica, 1971.

que conquistaram o poder em Cuba –, além disso, ocorreram, em 1962, algumas rebeliões, o *Carupanazo* e o *Porteñazo*. Na década de 1970, entretanto, os partidos radicais retornaram à vida política tradicional, abandonando os poucos radicais que ainda insistiram por esse caminho. Em 1961, é aprovada nova constituição, ampliando a participação civil na política do país. A condição da aceitação do pacto democrático pelas Forças Armadas foi uma autonomia administrativa bastante alargada e a supressão dos partidos de extrema esquerda da legalidade.

Em 1963, o candidato de Betancourt, o Raúl Leoni, da AD, é eleito com o apoio da URD e da Frente Nacional Democrática (FND), partido sob a liderança do intelectual Arturo Uslar Pietri. O Copei não compõe a nova aliança e torna-se a principal força de oposição à AD. Leoni é o primeiro presidente civil eleito livremente na Venezuela que completa seu mandato. Durante seu governo, a AD sofre novas fissuras; a primeira com a formação do Partido Revolucionário Nacionalista (PRN), que, posteriormente se reúne com setores do MIR e da URD e forma o *Partido Revolucionário da Integración Nacionalista* (PRN); o segundo, mais grave, divide os dois principais líderes da AD – o Secretário-Geral, Gonzalo Barrios, e o presidente do partido, Luis Beltrán Pietro Figueroa, que abandona a AD e funda o *Movimiento Electoral del Pueblo* (MEP).

A fragmentação leva à fragilização da candidatura da AD e o candidato e fundador do Copei, Rafael Caldera, é eleito no pleito de 1968, com margem pequena e sem contar com maioria no Congresso. Caldera havia sido nomeado por Rómulo Betancourt, em 1945, com 29 anos, Procurador-Geral da Nação, fundando um ano depois, o Copei. Em seu governo (1969-1974), é estabelecida a pacificação dos partidos radicais de esquerda, MIR e PCV, e há a formação do *Movimiento al Socialismo* (MAS), e se inicia o processo de integração efetiva da Venezuela, com a assinatura do Pacto Andino e sua entrada na Comunidade Andina de Nações (CAN). Caldera também inicia um processo de nacionalização dos recursos naturais, com o aumento da carga tributária sobre a produção de petróleo.

Em 1974, a AD assume novamente o poder, com Carlos Andrés Pérez – que havia ocupado em 1945, com apenas 23 anos, a Secretaria da Presidência de Rómulo Betancourt e, apesar de não fazer parte do MVR, era membro da Internacional Socialista. Nessas eleições concretiza-se o domínio da política venezuelana pelos seus dois maiores partidos AD e Copei, que juntos conquistaram quase 90% dos votos para o Executivo e para o Legislativo.

As eleições de 1973 também marcam a maior participação do eleitorado na história das eleições presidenciais: 96,5%; o índice vinha subindo desde o início das eleições livres e, a partir desse ano, passa a cair, ficando em 84% nas eleições de 1978 e 1983, mesmo assim, muito maiores do que os índices verificados a partir da década de 1990, quando a população tinha perdido a confiança no sistema partidário.

O governo de Andrés Pérez foi marcado pelo auge dos preços do petróleo, indústria que nacionalizou em 1975, gerando abundância de divisas. Em seu governo, por exemplo, envia milhares de estudantes para programas de pós-graduação no exterior, com bolsas de estudos com valores muito mais altos do que os estudantes dos outros países latino-americanos nos Estados Unidos e Europa. A política de clientela desenvolvida nos governos anteriores atinge seu ponto máximo com a extrema valorização do petróleo. A Venezuela era a rainha entre os países produtores, tendo sido, até 1979, o país com a maior produção acumulada desde o início das suas atividades de extração. A entrada maciça de recursos por via das exportações e da nacionalização da propriedade, no entanto, não foi suficiente para conter os problemas de déficit público e do aumento da dívida interna e externa. AAD perdeu as eleições de 1978 para o Copei, que elegeu Luis Herrera Campins. Completava-se o segundo ciclo de revezamento da AD e do Copei no poder, que iria ainda até 1993 (AD: 1958-1968, Copei: 1968-1973, AD: 1973-1978, Copei: 1979-1984, AD: 1984-1993). Campins também vivenciou os altos preços do petróleo, cujo preço atingiu mais de US\$ 30 o barril, em 1979 (equivalente em termos reais aos preços do início de 2007 - US\$ 70 - US\$ 75). Do mesmo modo, em seu governo a dívida interna e externa, e o déficit público continuaram a crescer, a despeito da baixíssima porcentagem de investimento em infraestrutura (menos de 1% do PIB). Prosseguia a política clientelista rentista de subsídio estatal indiscriminado de serviços de telefone, eletricidade, água, transporte e produtos básicos de alimentação.²⁹ Em fevereiro de 1983, no dia 18, a crise da dívida pública explode na chamada sexta-feira negra, quando a moeda nacional é desvalorizada e é estabelecido um controle cambial, dando início a uma escalada da inflação. Campins, que, em sua plataforma de governo, não aceitara renegociar a dívida externa, sofre duras críticas por sua política econômica.

²⁹ D'Elia, Y; La Cruz, T. & Maingon, T. Los Modelos de Política Social en Venezuela. In: Maingon, T (org.) *Balance y perspectiva de la política social en Venezuela*. Caracas: Cendes/UCV, 2006.

Em 1984 a AD volta ao poder com a eleição do senador Jaime Lusinchi, que, em um de seus primeiros atos no governo, inicia as negociações para o refinanciamento da dívida externa. Apesar da continuidade dos altos preços do petróleo até 1986, a situação das contas do governo era insustentável. Além disso, a partir de 1986, os preços começam a cair no mercado internacional, impactando de maneira extremada a Venezuela. Some-se a isso a inflação, as altas taxas de desemprego, a desvalorização da moeda e o dreno das finanças públicas pelas políticas de clientelismo e pela corrupção. Mesmo assim, a AD conseguiu eleger em 1989 o sucessor de Lusinchi, o líder da AD, Carlos Andrés Pérez, que recebe o governo com os cofres vazios.

O período que vai de 1989 a 1993 é um dos mais críticos da história política contemporânea da Venezuela. Além dos problemas de déficit e de dívida externa e interna, a partir de 1986 os preços do petróleo haviam começado a cair, debilitando ainda mais as já frágeis contas nacionais. A opção de Andrés Pérez para recuperar as finanças do país foi adotar o receituário do Fundo Monetário Internacional, que incluía, entre outras medidas, aumentar os preços públicos, até então subsidiados pelas rendas do petróleo, e suspender várias ações de subsídio, para economizar recursos, era a “Grande Virada”. Estoura o movimento *Caracazo*, no qual morreram cerca de 300 pessoas durante a repressão da população, gerando uma onda de protestos por todo o país, entre 1989 e 1992, ocorreram cerca de 130 protestos por mês no país. O descontentamento era claro entre civis e militares de baixa patente e o recurso à força prevaleceu sobre a tentativa de conciliação. Apesar de a situação explodir primeiramente com os civis, eram os militares que preparavam, havia alguns anos, uma rebelião. A instabilidade política estimulou, assim, a tentativa de golpe de Estado liderada por militares da baixa oficialidade, em fevereiro de 1992, da qual Hugo Chávez era um dos líderes.

A comparação dos indicadores sociais do início e do final da década de 1980 expressam a gravidade da crise: a porcentagem da população abaixo da linha de pobreza nas áreas urbanas aumentou, entre 1980 e 1990, de 18% para 33%, quando agregado o setor rural, a situação é ainda pior: a população abaixo da linha de pobreza passou de 22% em 1981, para 34% em 1990, enquanto a população abaixo da linha de indigência passou de 7% para 12%; entre 1980 e 1990, o desemprego aberto sobe de 6% para 11%; o subemprego urbano, de 1989 a 1994, aumentou de 39% para 49%. Entre

1980 e 1990 o PIB caiu 6,8% e, com isso, a renda média por habitante, que em 1980 ainda era a quarta maior da América Latina (32% acima da média) caía para a sétima posição em 1990, ficando apenas 4% acima da média regional; e a informalização de 35,4% para 41,8%; o salário médio real em 1990 equivalia a 49,8% do de 1978.³⁰ A concentração de renda também foi alta nesse período: os 20% mais pobres da população urbana, que, em 1981, recebiam 6,9% da renda total, passaram a receber 5,7% em 1990, e os 20% mais ricos aumentaram sua participação na renda total do país de 37,8% para 44,6%. A taxa de delitos por mil habitantes/ano aumenta 70% entre 1979 e 1990, passando, de pouco mais de 7 mil para quase 12 mil.

Nos indicadores econômicos, podemos verificar fenômenos parecidos: a porcentagem do PIB gasto com investimento baixou para 0,6% nesse período, a inflação atingiu 84,5% ao mês e o aumento do câmbio privou a maioria da população de consumir os produtos importados: as importações em 1989 foram 45% menores do que as de 1980, inclusive alimentos, resultando na piora na disponibilidade nutricional do período, regredindo seu nível ao do início da década de 1970. Por sua vez, a produção agropecuária cresceu 2% por ano apenas, não fazendo frente à demanda durante a crise. A produção industrial e agrícola venezuelana que já era muito baixa, houve retrações em diversas áreas: a mineração teve queda acumulada de 7,9% na década, em face da contração nos preços do petróleo. A produção na indústria da construção, tradicionalmente intensiva em mão-de-obra, foi severamente afetada pela queda do investimento e do financiamento habitacional: a produção agregada teve queda total, na década, de 54,4%. O setor de serviços cresceu pouco (15,7% acumulados na década), afetado pelos cortes no gasto público e no comércio exterior, para compensar a perda de postos de emprego na construção.

É bem verdade que as sucessivas desvalorizações cambiais estimularam as exportações de petróleo, que triplicaram no período 1980-1990, mas seu valor absoluto continuou pequeno, principalmente na segunda metade da década. Além disso, houve melhoras em alguns setores, principalmente porque o gasto público continuou relativamente alto, apesar dos cortes, o que possibilitou a melhora na esperança de vida, mortalidade infantil e escolaridade, refletindo em um pequeno aumento do IDH médio no período,

³⁰ Comissão Economia para a América Latina e o Caribe. *Panorama Social da América Latina 2007-2006-2005*.

de 0,735 para 0,752. A velocidade desse aumento, no entanto, é relativamente pequena se comparada, por exemplo, à do Brasil, que também enfrentou uma crise econômica na década de 1980, mas teve o dobro da melhora do IDH no período, passando de 0,678 para 0,712.

A tentativa de golpe de 1992 foi controlada, mas a situação socioeconômica prosseguiu grave e as notícias sobre os militares revoltosos fixaram na população a imagem de um ponto de apoio popular dentro da instituição oficial venezuelana: os oficiais de baixa patente, não comprometidos com o governo de Andrés Pérez. Os líderes da revolta foram presos, mas o responsável pela comunicação do grupo foi encarregado pelo governo de apelar para os revoltosos voltarem aos quartéis para evitar um derramamento de sangue de grandes proporções. O recém promovido (1990) tenente-coronel e ex-estudante do curso de mestrado em Ciência Política pela Universidad Simón Bolívar (1989-1990) Hugo Chávez falou durante menos de um minuto em cadeia nacional, pedindo que se entregassem os militares restantes que ainda estavam em armas, informando que “por enquanto”, os revoltosos não haviam conseguido atingir seus objetivos e assumindo a responsabilidade pelo levante. O pronunciamento, que marcava sua derrota militar se converteu em sua primeira vitória política.

Em meio à crise, os preços do petróleo começam a subir novamente, com a primeira Guerra do Iraque, mas a situação estava muito deteriorada. Em 1993, Andrés Pérez sofreu *impeachment*, por denúncias de corrupção. Com a oposição ao nome do presidente do Congresso, Octávio Lepage, assume a presidência o senador Ramón José Velásquez, como nome de consenso entre as diversas correntes, para completar o período constitucional até o ano seguinte. Nesse período, a economia segue em crise, apesar do aumento considerável do preço do petróleo, além disso, ainda entra em falência o Banco Latino da Venezuela, um dos três maiores do país, agravando a situação da economia.

Nas eleições de 1993, o fundador e ex-líder do Copei, Rafael Caldera, entre em atrito interno no partido e o abandona, lançando-se candidato por um novo partido de momento, o Convergência, apoiado por um conjunto de pequenos partidos, entre eles, apesar de ser identificado como democrata cristão, o MAS e o PCV. Rafael Caldera ganha as eleições, assumindo em 1994, pondo fim ao revezamento entre AD e Copei (com a ressalva de que ele tinha sido até então a principal figura do Copei) e, de certa forma, ao *Pacto de Punto Fijo*, já que os eleitores preferiram eleger um candidato

carismático, mas sem base partidária, do que apostar nas estruturas partidárias existentes. Caldera, entretanto, não consegue conter a inflação e a desvalorização cambial, o que ocasiona uma piora no nível de vida da população, falências generalizadas. Diante da crise, Caldera recorreu ao FMI, o que tinha renegado durante sua campanha, que exigiu reformas e controle fiscal sobre as contas governamentais da Venezuela. Os partidos de sua base, entre eles o MAS, o Copei e a Causa Revolucionária (La Causa R), que havia sido fundado em 1971, reuniram-se para controlar o Congresso e fazer passar medidas contrárias à política econômica do presidente. Caldera buscou apoio no antigo partido rival, a AD, para compor o governo.

A falência do antigo sistema partidário estava desenhada, mas nenhum partido ou figura política detinha, até 1994, envergadura própria para disputar com as estruturas montadas em cerca de meio século de existência de Copei e AD. Em 1994, porém, Caldera concede indulto aos revoltosos de 1992, entre eles Hugo Chávez. Utilizando de sua popularidade devido ao pronunciamento em cadeia nacional ao final da tentativa de golpe. O tenente-coronel, ao sair da prisão, passa a organizar politicamente o antigo *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR-200, que fazia referência ao bicentenário de Bolívar, que se comemoraria em 1983). O grupo, formado em 1982, por 10 colegas militares, passou a se desenvolver como célula política descontente com os rumos do país na década de 1980, que desembocou na tentativa de golpe de 1992. A partir de 1994, Hugo Chávez reuniu em torno do projeto MBR-200 os antigos aliados, como Douglas Bravo e Raúl Isaías Baduel, para fundar um novo partido, o *Movimiento Quinta República* (MVR). Nas eleições de 1998, compôs com os partidos de esquerda da Venezuela, o MAS, o PCV, o MEP e o Pátria para Todos (PPT), dissidência do La Causa R, e lançou-se candidato, vencendo as eleições com 56% dos votos. Estava sendo criada a Quinta República, em referência à Quarta República, denominação corrente do período democrático de 1958 a 1998.

II.7 - O petróleo

Antes de passar a comentar criticamente alguns aspectos da história venezuelana até 1998, vale a pena dedicar alguma atenção à questão do petróleo na Venezuela e no mundo, visto que o produto vai marcar profundamente a política venezuelana, principalmente a partir de 1920.

O petróleo era conhecido já na Antiguidade, devido a afloramentos frequentes no Oriente Médio, e é mencionado diversas vezes no Velho Testamento. O produto, na forma de betume, era utilizado para pavimentação de estradas, calefação de grandes construções, aquecimento e iluminação de casas, lubrificação e até como laxante. Quando Marco Pólo passou pelo norte da Pérsia, em 1271, pode verificar que no Azerbaijão, ele era produzido em escala comercial, para os padrões da época.³¹ Na Venezuela, os primeiros espanhóis relatam sobre a utilização, na região de Maracaibo, de um líquido viscoso, que os nativos chamavam de esterco do diabo, para a queima para a produção de luz e para calafetar pequenas embarcações.

A moderna indústria petrolífera, entretanto, tem origem mais moderna, datando de meados do século XIX, com dois momentos marcantes: em 1850, na Escócia, foi descoberta uma técnica de extraído petróleo do carvão e xisto betuminoso, produtos abundantes na região, e foram criados processos de refinação; em agosto de 1859, foi perfurado o primeiro poço para a procura do petróleo, na Pensilvânia, com êxito, nascia a moderna indústria petrolífera. Em menos de quatro anos, a produção nos Estados Unidos chegou a aproximadamente três milhões de barris em 1863, e a dez milhões de barris em 1874.

Na Venezuela, a primeira concessão para a exploração de petróleo ocorreu já em 1865, menos de uma década após a descoberta da Pensilvânia, e concedia por 10 anos o direito de exploração da região que hoje é o estado de Zulia, na região do lago de Maracaibo, exatamente onde se concentra a maior parte da produção venezuelana atualmente. Em 1866, é concedido o direito de exploração por 25 anos nas regiões que atualmente são os estados de Monagas e Sucre, na porção leste (oriental) do país, a mesma onde está parte das reservas do delta do Orinoco, outra região de grande produção. Em 1875, após um terremoto na fronteira entre Colômbia e Venezuela, aparece petróleo em uma fratura na região de Táchira, que passa a ser explorado pela *Petrolia de Táchira*, de capital venezuelano, que funciona até 1934. Tais concessões ocorreram no período federalista, quando os estados puderam legislar sobre várias matérias, inclusive as questões de exploração mineral. Após 1881, com uma nova constituição em vigor, esse poder volta às mãos do Estado central.³² Em 1883, nova concessão, agora para um cidadão

³¹ Vallenilla, L. *Oil: The making of a new economic order*. New York: MacGraw Hill, 1975.

³² González, M. El petróleo como instrumento de política exterior en el Gobierno del Presidente Hugo Chávez Frías. In: *Revista Venezolana de Análisis de Conyuntura* (Caracas), vol. 9, nº 2, jul./dic./2003, pp. 59-87.

norte americano, que repassa os direitos à *General Asphalt* dos Estados Unidos, que é comprada em 1911 pela *Royal Dutch Shell*, de capital anglo-holandês e apoiada pelo governo britânico. O direito havia sido cassado pelo presidente Rojas Paúl, ainda na década de 1880, mas a empresa prossegue as operações, por conta das sucessivas mudanças no poder, que dificultam ao governo ter uma linha única de ação.

Até o final do século XIX, os Estados Unidos dominaram praticamente sozinhos o comércio mundial de petróleo, devido em grande parte à atuação do empresário John Rockefeller, que fundara em 1870 a *Standard Oil Company*. O país só foi ultrapassado na passagem do século, quando produção de óleo nas jazidas do Cáucaso, exploradas pelo grupo *Nobel Brothers Naphtha Company* – com capital russo e sueco, fundada em 1878 –, atingiu, em 1901, em uma área de poucos quilômetros quadrados na península de Asferon, junto ao mar Cáspio, a produção de 11,7 milhões de toneladas, enquanto os Estados Unidos registravam uma produção de 9,5 milhões de toneladas no ano. O resto do mundo produziu conjuntamente apenas 1,7 milhão de toneladas. O Irã ainda era o único país do Oriente médio a produzir regularmente, o México tinha acabado de iniciar sua produção, e as jazidas do Texas tinham acabado de ser descobertas.

Na primeira década do século XX, a *Royal Dutch–Shell* passou a atuar, expandido rapidamente, passando a controlar quase inteiramente as jazidas no Oriente Médio, então protetorado do Império Britânico e, posteriormente, investindo também na Califórnia e no México, e, finalmente, na Venezuela. Pesquisas de prospecção no Oriente Médio verificaram que as reservas da região constituíam cerca de 70% de todas as reservas mundiais e alterou o plano de investimento de todas as companhias petroleiras. Ainda nas primeiras décadas do século XX, a utilização do petróleo nos equipamentos bélicos, principalmente aviões e submarinos, e a ascensão da indústria automobilística levaram o petróleo a ser considerado mais do que uma questão econômica e a se tornar uma questão de interesse nacional. O governo americano passou a incentivar empresas do país a operarem no exterior.

Daí para frente o petróleo passa a ser um dos principais elementos das políticas exteriores de vários países, levando a questões complexas de política na Ásia Central, na África, no Oriente Médio e no Leste Asiático. Dentre os principais marcos estão a criação da OPEP, em 1960; o primeiro choque de produção, em 1973, com a diminuição voluntária da produção dos países da OPEP e com o embargo às vendas aos Estados Unidos e Europa pelos

países do Oriente Médio, por conta do apoio daqueles a Israel na Guerra do Yon Kippur, e subidas de até 600% nos preços; o segundo choque, em 1979, em a paralisação da produção do Irã, em razão da revolução Islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini; a primeira guerras do Golfo (1990-1991), com a suspensão temporária das atividades petroleira de Iraque e Kuwait e, principalmente, com a diminuição do nível de confiança geral na economia global; e a guerra do Iraque (2003), cujos reflexos, com a fragilização da produção do Iraque e a diminuição da confiança global, estão fazendo os preços baterem os recordes históricos por meses consecutivos.

Na Venezuela, a *Caribbean Petroleum Company*, subsidiária da *Royal Dutch*, descobre, em 1914, um imenso campo produtivo no lago de Maracaibo, que passa a ser explorado comercialmente em 1917. Era o primeiro resultado concreto dos investimentos das gigantes na Venezuela, com a construção de equipamento para a exportação regular e quando começam as primeiras estatísticas, e a data é tomada por muitos autores como o início das atividades petroleiras no país. Em 1922, nova descoberta na região, de um poço quatro vezes mais produtivo. Os contratos com as companhias estrangeiras foram bastante atraentes no início, com uma partição que significava um repasse ao Estado de menos de 10% das rendas petroleiras. Essa alíquota vai subindo com o tempo e à medida que os governos passam a enxergar o petróleo como o principal produto de exportação do país. Em seu primeiro ano como produto de exportação da Venezuela, os negócios do petróleo representaram apenas 0,26% das receitas tributárias da Venezuela, passando a 12,23% dez anos depois, e cerca de 30% em 1937 e a mais de 60% em 1949. Já em 1926, o petróleo ultrapassou a soma de todos os outros produtos na pauta de exportações; em 1928, representa cerca de 80% do valor da pauta, chegando a 95% em 1948, caindo um pouco, para 92,5%, em 1969, com o início das exportações de ferro.³³

Se bem auxiliou no desenvolvimento da indústria local, as rendas do petróleo transformaram rapidamente a sociedade venezuelana de essencialmente agrária em uma sociedade eminentemente importadora de produtos industrializados dos países desenvolvidos. A população só ultrapassou a marca de 4 milhões na metade da década de 1940, com uma receita tributária, somente proveniente do petróleo, de US\$ 31 anuais *per capita*.

³³ Ramírez-Vera, D. C. Mene en Venezuela: El surgimiento del conflicto por la renta del petróleo, preámbulo histórico a la conyuntura actual (1917-1936). In: *Análisis Político* (Bogotá), nº 59, en-abr./2007: pp. 24-45.

Das empresas multinacionais, até 1921, apenas a *Dutch Royal* operava no país, por meio da *Caribbean*, quando a se estabelece a *Standard Oil* na bacia de Maracaibo. Em 1923 chegam a *Lago Petroleum Corporation*, comprada em 1926 pela *Standard*, e a *Pure Oil*. Em 1943, todas as subsidiárias da *Standard* se consolidaram na *Creole Petroleum Corporation*. Em 1931, as empresas estrangeiras são mais de cem, mas muitas são subsidiárias das três principais: *Royal Dutch-Shell* (*Caribbean Petroleum*, *Venezuela Oil Concessions*, *Colon Development*, *British Controlled Oil Fields*, *North Venezuelan Petroleum*), *Standard Oil* (reunidas sob a bandeira da *Creole*), e o Grupo *Gulf* (*Venezuelan Gulf Oil*).³⁴

Em que pese as acusações sobre Juan Vicente Gómez de utilização da máquina do governo para vantagens pessoais na negociação dos contratos e concessões às indústrias petroleiras estrangeiras, principalmente por meio de empresas laranja, seu governo pagou integralmente toda a dívida venezuelana, externa e interna, com os recursos fiscais do petróleo. A partir da década de 1940, as companhias petroleiras passam a ser vistas como exploradoras insensíveis dos recursos naturais do país, levando gradualmente à geração de política de sobretaxa, ou de atuação direta do Estado no processo de extração e produção de petróleo.

Primeiramente, em 1943, no governo Angarita, a alíquota chega, em vários contratos, a 50% do faturamento; em 1948, o esquema 50%-50% é institucionalizado, e o Estado impõe às empresas que os impostos nunca poderão ser menores do que os lucros obtidos, além disso, passa a exigir receber o valor devido em óleo bruto para passar a operar no mercado internacional diretamente; em 1958 são proibidas novas concessões e a alíquota passa para 60%, em 1960, o Estado cria a sua própria companhia para a exploração de novas áreas, a *Corporación Venezolana del Petróleo* (CVP), que, já em 1973 é a quinta maior produtora do país; também em 1960, a Venezuela ajuda a criar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, para fazer valer no campo internacional o interesse dos países produtores, muitas vezes capturados pelas empresas multinacionais e para ajustar políticas comuns; em 1971, o Estado reserva para si 100% dos direitos de produção de gás natural, então um produto em desenvolvimento; em 1974, além da alíquota de 60%, há a imposição de uma sobretaxa de US\$ 0,35 por barril

³⁴ Martínez, A. R. *Diccionario del petróleo venezolano*. Caracas/Maracaibo: Ed. Ateneo/ Ed. de Corpozulia, 1984.

produzido, e, no mesmo ano, o aumento da alíquota de 60% para 63,5% e, finalmente, em 1976 a nacionalização de toda a produção de petróleo. Foi criada a Petróleos de Venezuela (Petroven) para administrar as novas propriedades (Lagoven, o que era a Creole, com 50% da produção nacional; Maraven, o que era a *Royal-Dutch Shell*, com 25%; e Llanoven, o que eram Mobil, Sunaven, Sunoco, que em conjunto com a CVP, que se manteve existindo, completava os 25% restantes). Essas medidas expressavam não apenas as pressões nacionalistas internas, que eram bastante grandes, mas, em muitos casos, uma ação concertada da OPEP.

Não é coincidência que muitas das maiores companhias produtoras do mundo e proprietárias das maiores reservas são companhias estatais e que $\frac{3}{4}$ das reservas mundiais estejam na mão de companhia estatais, na Arábia Saudita, no Kuwait e na Argélia, por exemplo. O petróleo é uma questão de segurança e interesse nacional. No caso da Venezuela, a nacionalização deu autonomia ao governo em vários aspectos, mas não resolveu todos os problemas, visto que a tecnologia de transporte ficou nas mãos das grandes companhias multinacionais, que continuavam a deter grande poder sobre a produção local, criando verdadeiros cartéis de compra do produto.

Em 1973, após entendimentos na OPEP, os países exportadores começam a diminuir a produção, com vistas a preservar as reservas – a produção dos 20 anos entre 1953 e 1972 tinha sido três vezes maior do que o período de 30 anos anterior, de 1923 a 1952 –, aumentar os preços do mercado internacional e, também, diminuir o desperdício do gás natural associado, queimado na produção do petróleo, à espera do desenvolvimento de tecnologia que permitisse o aproveitamento do produto secundário. Entre 1973 e 1976, a produção foi diminuída em 33%.

Para tentar ultrapassar a barreira do cartel de compra, em 1978, a Petroven passou a negociar diretamente com diversos países, para vender o produto de governo ao governo. Em 1978, acertou com dez países a entrega de 100 mil barris/dia. Naquele ano, as vendas ao Brasil passaram de 8 mil barris/dia para 36 mil.

Com as crises da dívida externa e do déficit público que corroeram a economia do país na década de 1980, a Venezuela, sob o comando de Carlos Andrés Pérez, decidiu abrir novamente o setor, iniciando, em 1989, o processo, inicialmente com a participação do setor privado em atividades laterais da produção do petróleo, o que desembocaria na abertura do setor ao capital privado e estrangeiro para o investimento direto na exploração e

produção em novos campos, a partir de 1992, que continuaria até 1995, já na administração de Rafael Caldera. A abertura ocorre tanto na ampliação das atividades da PdVSA fora da Venezuela, especialmente no refino – cerca de 40% do petróleo venezuelano tem seu refino em unidades da PdVSA nos Estados Unidos, outros 20% em refinarias da companhia no Caribe e na Europa – quanto na entrada de capital estrangeiro como investimento na produção interna, em novos campos e em campos exploratórios de alto risco. No caso da internacionalização das atividades, é gerada uma queda na qualidade das exportações, visto que o petróleo exportado cru tem menor valor agregado do que o refinado. A Venezuela, nesse período rompe o compromisso com as cotas da OPEP, elevando a produção do produto para fazer frente às dívidas. Ainda na década de 1990, o governo reduz de 16% para 1% o pagamento dos *royalties* do petróleo, a fim de atrair investimentos para os campos da Faixa do Orinoco, ricos em petróleo pesado, de alto custo de extração e refino. No período da abertura, o Executivo acabou perdendo o controle operativo da PdVSA, que acabou tornando-se um “Estado dentro do Estado”, negociando diretamente com as companhias, sem, muitas vezes, levar em consideração planos estratégicos dos governos. Ao fim do governo de Caldera o preço do petróleo estava próximo dos US\$ 10, historicamente muito baixo, impossibilitando o governo de recompor as finanças públicas e realizar os investimentos que o aumento exponencial da população, agora em cerca de 20 milhões, exigia.

Com a subida ao poder de Hugo Chávez, foi aprovada uma nova *Ley de Hidrocarburos*, com o objetivo principal de diminuir o poder construído no interior da PDVSA e retomar o controle da empresa nas mãos do Executivo. O choque com a direção da empresa foi inevitável e, em 2002, os dirigentes organizaram o *paro* da indústria petroleira, gerando uma gravíssima recessão no país, inclusive com uma queda de 7,7% no PIB do país. A produção chegou a cair 90% (de 3 milhões para 300 mil barris/dia, no final daquele ano). Ao final do movimento, foram demitidos quase 19 mil funcionários. A guerra do Iraque gerou uma forte subida nos preços do petróleo desde 2003, com a sucessiva quebra de recordes históricos dos preços atualmente na casa dos US\$ 100. Esse fator é crucial para os planos do governo na Venezuela, já que nesse patamar de preços, o orçamento estatal é cerca de quatro a seis vezes maior do que era no início do primeiro mandato. Nessas condições, segue em curso o programa *Siembra Petrolera*, que consiste na transferência dos recursos desse setor

para a dinamização dos outros setores da economia venezuelana. O processo de retomada do controle do setor continua em curso e, em maio de 2007, foi finalizado o mais recente passo nesse sentido, com a alteração da composição societária das instalações da Faixa do Orinoco, nas chamadas parcerias estratégicas que envolveram a partilha dos riscos de exploração, já que o petróleo produzido na região é de alta densidade, de processo de refino mais complexo e oneroso, onde foram realizados investimentos de mais de US\$ 30 bilhões até o momento. O governo passou a deter 60% da propriedade desses empreendimentos. Vale chamar atenção para o fato de a Venezuela participar ativamente da reorganização da OPEP a partir de 1999, com vistas a recuperar o papel da organização na tomada de decisões do setor no mundo.

A Faixa do Orinoco é, hoje, a região com maior potencial de crescimento na produção de petróleo no mundo, apesar de o petróleo extraído ser de alta densidade, a tecnologia disponível permite extrair bastante matéria prima do material bruto e o preço do petróleo venezuelano é apenas entre 6% e 8% mais baixo do que o do tipo *West Texas Intermediate* (WTI), a referência para o mercado mundial. Se confirmadas as estimativas iniciais para a região, a Venezuela passaria da sexta para a primeira posição dentre os países com as maiores reservas, somando aos atuais 77 bilhões de barris, os 260 bilhões da região, ultrapassando, assim, a Arábia Saudita (250 bilhões), o Iraque (112 bilhões, com possibilidades de mais 215 bilhões), Emirados Árabes Unidos (95 bilhões), Kuwait (94 bilhões) e Irã (84 bilhões). Pelo *Plano Siembra Petrolera*, que tem previsão de maturação para 25 anos, o governo pretende investir cerca de US\$ 75 bilhões na produção de petróleo para aumentá-la dos atuais 3,3 milhões de barris/ano para 5,8 milhões ao fim da primeira fase do programa (2005-2012). Do mesmo modo, esse investimento seria realizado também na produção de gás natural. Pretende-se investir também na diversificação dos mercados (atualmente vende cerca de 60% da produção para os Estados Unidos o que representa 12% do consumo total desse país) e dos destinos do refino (está construindo uma refinaria no Brasil) e planeja outras³⁵.

³⁵ Larsimont, C. Hugo Chávez, the Bolivarian Use of Petrodollars and the Oil Market. In: *European Strategic Intelligence and Security Center (ESISC) Background Analysis*. 10/05/2006.

II.8 - Epílogo da história política

A história política da Venezuela, assim como a da maioria das ex-colônias espanholas na América é marcada pela luta interna pelo controle do nascente Estado nacional, que significava também o controle sobre um aparato estatal herdado da Coroa Espanhola, bem como sobre as rendas tributárias, os cargos públicos e regulação das atividades econômicas. Dessa forma, como no restante da América Latina, os caudilhos na Venezuela se digladiaram ferozmente pelo poder até a estabilização do Estado nacional, com acertos entre as lideranças regionais, traições e reorganizações das facções, com o aparecimento de líderes fortes e com a presença de grupos dominantes e, às vezes, de dinastias familiares. A população venezuelana, no entanto, era pequena – em 1830, era de aproximadamente 700 mil pessoas, e, um século depois, ainda era de cerca de apenas 3 milhões –, em comparação com seus vizinhos Colômbia (2 milhões e 6,5 milhões, respectivamente) e Brasil (5,3 milhões e 35 milhões, respectivamente), e as disputas pelo poder se desenvolviam de forma provinciana, sem uma competição concreta entre grupos com diferentes projetos de Estado. As diferentes correntes das elites econômicas se revezavam no poder. A exceção é a oposição entre centralistas e federalistas que marca o início da segunda metade do século XIX, mas, mesmo aí, o resultado final é uma composição entre os diversos grupos, o que indica uma acomodação dos interesses mais prementes, especialmente os econômicos, em detrimento do projeto de Estado. As estruturas partidárias eram extremamente débeis do ponto de vista de plataforma de governo e, mesmo o partido mais bem estruturado, o Partido Liberal, alterava as medidas tomadas no governo de acordo com interesses cotidianos, principalmente os econômicos. Apesar da modernização das décadas de 1920 e 1930, essa conjuntura se estende até 1945, pelo menos, quando há a primeira tentativa de criação de uma nova proposta de Estado, com a superação do castrismo e do centralismo. Podemos perceber que a estrutura partidária da Venezuela é tardia.

É certo que um dos objetivos da nova historiografia é rever as versões dadas como definitivas aos acontecimentos históricos, por meio do levantamento de fontes alternativas e da combinação de diferentes fontes, entretanto, podemos considerar que o período até 1945 foi bastante estudado e, como pudemos verificar na bibliografia consultada, são poucas as diferenças existentes sobre os fatos históricos desde a independência (em relação á vida

de Bolívar, a polêmica não é exatamente entre os historiadores, mas entre os propagandistas não acadêmicos). A partir de 1945, entretanto, com o aumento do dinamismo da política venezuelana e com a complexidade inserida pelo início das atividades petrolíferas, as versões e explicações para os eventos históricos-políticos começam a concorrer. O início de uma vida partidária fora do controle exclusivo dos generais e dos chefes das grandes dinastias políticas gera um maior número de interesses em jogo e, portanto, de estruturas políticas. O crescimento acentuado da população a partir desse período também torna a disputa pelo apoio da sociedade civil mais complexo.

Diante do fracasso da tentativa de 1945, é proposta uma nova estrutura de Estado em 1958, que ficou conhecida como *Pacto de Punto Fijo*, cujo escopo passou de um mero acordo entre os principais partidos para a manutenção das regras eleitorais, para um contrato social fundacional, que envolvia a participação e anuência das Forças Armadas, da Igreja, e a pactuação entre a classe trabalhadora e a patronal, representadas pela Confederação de Trabalhadores da Venezuela e pela Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (Fedecâmaras) no *Pacto de Avenimiento Obrero Patronal*. A partir do *Pacto de Punto Fijo* a análise política da Venezuela torna-se muito mais complexa.

A primeira proposta de interpretação desse período, a mais simplista e a difundida pelos propagandistas apoiadores dos principais partidos, AD e Copei, é a de que o período no qual vigeu tal pacto, até, pelo menos 1994, ou, em outras leituras, até 1998, a Venezuela foi um símbolo de democracia a ser seguido pelos vizinhos latino-americanos, freqüentemente tragados por golpes militares e turbulências políticas no período. Por essa leitura, o pacto teria sido uma benção para o Estado venezuelano, que conquistou um lugar entre as nações desenvolvidas, destoando da região. Em termos de renda *per capita*, por exemplo, a Venezuela era a quarta da região, com índices de desenvolvimento humano maiores até do que o dos países do sul do continente, Argentina e Uruguai, que dispunham de alta produção agropecuária e de excedentes de exportação.

Essa versão não resiste a uma leitura minimamente aprofundada, visto que o “modelo” de democracia venezuelano foi o responsável por uma crise econômica sem precedentes, na década de 1980, nesse país, que foi um dos maiores exportadores de petróleo da década anterior. Além disso, apesar do senso comum difundido principalmente na classe média formadora de opinião, de que as condições de vida na Venezuela eram muito boas durante as décadas

de 1960 e 1970, foi exatamente nesse período que se formaram as condições para os principais problemas estruturais que passaram a explodir nas décadas seguintes e estendem até os dias atuais, como a extrema desigualdade social, a violência urbana e os bolsões de pobreza. A população urbana explodia e o governo não se antecipou às mudanças de fundo na sociedade, mantendo a estrutura rentista baseada na exportação de petróleo, além dos problemas de corrupção endêmicos nas administrações do período. Ocorreu na Venezuela, algo próximo do que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1950, 1960 e 1970, quando a cidade maravilhosa vivia seus anos dourados, ao mesmo tempo em que se formavam as periferias da Baixada Fluminense, as ocupações desordenadas dos morros, formando o ambiente propício para o aparecimento das facções de crime organizado a partir da década de 1980.

Essa visão crítica da versão dos propagandistas do regime também foi, ela mesma, transformada em uma versão de propaganda utilizada para difundir a ideia de que o Pacto de Punto Fijo destruiu o país, caracterizando a chamada Quarta República, como ficou conhecido o período, como entreguista e traidora dos interesses nacionais. Tal ideário serviu e serve de base da campanha do atual regime. A disputa ideológica nesses termos se resume a uma concorrência na divulgação de uma tese que enxergava na Quarta República a estabilidade das regras do jogo democrático, a possibilidade de mobilidade social, a harmonia social, e a distribuição dos benefícios das rendas do petróleo, ainda que de maneira populista, satisfatória para o conjunto da sociedade, que se identificaria com seus líderes; e outra, que enfatiza a corrupção, a inépcia e a falta de planejamento de longo prazo daquele regime.

Essas versões do complexo período que vai de 1958 a 1998 negligenciam vários pontos contraditórios e dinâmicos da política venezuelana e não dão conta da compreensão, ainda que parcial, do funcionamento e da dissolução do acordo que ordenou a vida política do país no período. Uma tentativa de compreensão do período deve obrigatoriamente passar pela compreensão dos interesses em jogo e da relação entre a política e a economia, e a política e o petróleo na Venezuela. Há, na bibliografia, pelo menos cinco linhas clássicas de compreensão desse fenômeno crucial da política venezuelana, que vão além das versões da propaganda e da contra-propaganda.

A primeira das leituras é uma variação da versão benevolente da Quarta República. Por essa interpretação, o acordo entre as elites distribuiu benefícios ao conjunto da população, mas somente até um certo período, quando estourou a crise econômica e a explosão demográfica; como não a incluiu na definição dos

rumos da república, falhou na manutenção da confiança junto à população³⁶, o que poderia ser verificado com a diminuição dos níveis de comparecimento dos eleitores registrados. Uma ressalva para o fato de que, apenas na reforma eleitoral de 1993, as penalidades para os ausentes nas votações foram formalmente extintas. Outra interpretação era aquela difundida pelas lideranças liberais no interior do governo, que enxergavam no sistema limitações de participação da sociedade civil, visto que, apesar de haver democracia representativa, ainda havia muita centralização das decisões pelo governo e pelos partidos (a partir de 1973, os dois principais partidos obtiveram sempre mais do que 83% das cadeiras do Legislativo; além disso, com o sistema de listas fechadas, as lideranças partidárias tinham controle excessivo sobre os deputados, diminuindo a representatividade popular). Por essa interpretação, os partidos, ao se apoderarem do aparelho do Estado, limitavam a participação do cidadão. Pela terceira interpretação, o Estado controla a vida política em demasia, e, como está capturado pelas relações econômicas com os Estados Unidos, não consegue realizar as reformas para superar uma situação de exploração dentro da engrenagem capitalista global, da qual era uma parte.³⁷ A quarta interpretação enxergava a sociedade venezuelana como uma sociedade rentista acostumada aos benefícios das rendas do petróleo, que não aceitou o fim de tais benefícios quando a crise obrigou o Estado a alterar os rumos da política econômica. Essa leitura é particularmente interessante para este trabalho, pois será utilizada no capítulo em que trato da baixa produtividade da sociedade venezuelana.³⁸ A quinta leitura interpreta o esgotamento do modelo pela via das significações lingüísticas, dado que os discursos políticos esgotaram as significações possíveis para os termos empregados. A racionalização dos discursos não deu conta de camuflar o descompasso entre o plano do imaginado e o plano do vivido. Quando a população entrou em contato direto com esse descompasso, especialmente com as crises econômicas, o sistema desmoronou. As circunstâncias se sobrepuseram à racionalização³⁹, e as condições da socialização de segunda ordem, ou seja, aquela orientada para o ambiente coletivo,

³⁶ Rey, J. C. La democracia venezolana y la crisis del sistema populista de conciliación. In: *Estudios Políticos* (Madrid), v. 74, 1991.

³⁷ Kelly, J. The Question of Inefficiency and Inequality: Social Policy in Venezuela. In: Tulchin, J.; Goodman, L. W. & Bland, G. *Lessons of the Venezuelan Experience*. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 1995, pp. 283-310.

³⁸ Romero, C. A. Venezuela: de um sistema político a outro. In: *Diplomacia, Estratégia e Política* (Brasília), IPRI - Projeto Raúl Prebisch, vol. 1, nº 2, janeiro/março/2005, pp. 198-222.

³⁹ Acosta, N. Cultura y Política em Venezuela Contemporanea. In: Toribio, J.C.P. & Talavera M.E. (cord.) *La Cultura Política del Venezolano - I Coloquio Historia y Sociedad*. Baruta: Ed. Equinoccio, 2005. p. 161-189.

que recebe influxos não apenas do ambiente familiar, mas do ambiente social, político e econômico externo se sobrepôs aos valores e imaginário de estabilidade e de valorização da democracia, que na leitura de alguns autores, seria transmitido na Venezuela por meio das relações de família, uma das instituições mais respeitadas do país, nos diversos *surveys* sobre confiança institucional realizado.⁴⁰

É bem verdade que a elite política venezuelana acabou por compreender intuitivamente a validade, pelo menos parcial, de todas essas leituras e passou a buscar alternativas para tentar resgatar o que sobrara da estabilidade, pelo menos aparente, anterior a 1989. Nesse mesmo ano, foram estabelecidas eleições diretas para governador, pela primeira vez na história do país, e para prefeito. Entre 1989 e 1995, foram realizadas reformas eleitorais em todos os anos pré-pleito, na maioria dos casos, objetivando aumentar a participação da sociedade civil e diminuir o controle dos partidos sobre o processo eleitoral. Além das eleições diretas para o Executivo subnacional, instituíram-se distritos uninominais e a regra de maioria para as eleições parlamentares, pois durante a Quarta República, as listas para representantes eram fechadas, o que possibilitava às lideranças partidárias exercerem um controle sobre a representação política. Com a nova organização, permitiu-se uma maior articulação de interesses locais e, conseqüentemente, uma maior aproximação entre representantes e representados. A participação popular, no entanto, não veio: a abstenção nas eleições para a Câmara aumentou de 1988 a 1998. O mesmo observou-se nas primeiras eleições para governador e prefeito, em 1989, a abstenção foi de 55%; nas eleições seguintes, em 1992, a abstenção foi de 51%; e, nas de 1995, 54%. A Quarta República estava em seus últimos estertores.

⁴⁰ Baloyra, E. & Martz, J. *Political Attitudes in Venezuela. Societal Cleavages and Political Opinion*. Austin: University of Texas, 1979.

Capítulo III - Chávez e a Venezuela atual

O tenente-coronel Hugo Chávez Frías apresentou-se às eleições de 1998 pelo MVR, com apoio dos partidos de esquerda. AAD e o Copei desistiram de suas candidaturas para apoiar outro candidato considerado *outsider*, Henrique Salas Römer, que havia fundado o *Proyecto Venezuela* para amparar sua candidatura. Líder da tentativa de golpe de 1992, Chávez venceu com 56% dos votos, assumindo em 1999. Logo após vencer as eleições, Chávez convoca uma Assembleia Constituinte, contrariando a Constituição centralista vigente, que previa apenas a possibilidade de mudança da Constituição via emenda constitucional, ou seja, para haver, constitucionalmente, uma Assembleia Constituinte, os deputados deveriam primeiro votar uma emenda autorizando a convocação de tal Assembleia. Apesar de inflamado, Chávez anunciava que queria uma transição pacífica e indolor em direção ao “renascimento institucional”. No início do governo, entretanto, a relação entre Chávez e o Congresso, dominado pela AD e pelo Copei, foi tensa. Uma lei habilitante – delegando poderes legislativos a Chávez – foi aprovada apenas após manifestações populares. A convocação da Assembleia Constituinte ocorreu após referendo popular aprovando-a, e as eleições ocorreram em julho, quando 125 das 131 cadeiras em disputa foram conquistadas por partidários de Chávez. A nova Constituição, promulgada em dezembro de 1999, alterou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela, ampliou a participação popular e dissolveu o Congresso e a Corte Suprema,

substituindo esta última por um Supremo Tribunal de Justiça com membros escolhidos pela Assembleia Nacional Constituinte. Foram marcadas para o ano seguinte as eleições gerais para a presidência e para a nova Assembleia Nacional, agora unicameral, em substituição à Câmara e ao Senado.

Nas eleições de 2000, Chávez venceu, com 60% dos votos, ao candidato Francisco Árias Cardenas, da Causa R, também representante de forças revolucionárias de esquerda, antigo e futuro aliado do governo. AAD e o Copei não tiveram candidatos e o ex-filiado da AD, Cláudio Férmin, conquistou apenas 2,7% dos votos. Participaram das eleições 56% dos eleitores registrados, já que o voto não é obrigatório desde a reforma eleitoral de 1993.

Nesses primeiros dois anos, a mídia tentou aproximar-se de Chávez, mas rapidamente passou a atacá-lo, iniciando uma oposição que atingiu seu ápice na tentativa de golpe de 2002. Após a aprovação da Constituição, e até o golpe, Chávez ficou na defensiva, apenas administrando a crise em que a Venezuela havia entrado ainda na década de 1980. Apesar de uma leve recuperação dos preços do petróleo em alguns anos da década de 1990, o preço havia caído novamente e estava cotado, à época de sua eleição em 1998, a cerca de US\$ 10 o barril, dez vezes menos do que o preço ao final de 2007. Sua atitude, apesar de crítica à Quarta República e aos antigos partidos, e da maioria conquistada nas eleições legislativas, era de conciliação frente à oposição que se formava, principalmente porque a PdVSA ainda estava sob controle dos antigos gerentes, os meios de comunicação privados detinham a esmagadora maioria da audiência (quatro canais privados tinham, em 2002, 90% da audiência) e havia setores descontentes entre os militares.

III.1 - A crise institucional

Entre 2002 e 2004, Chávez passou pelo período mais conturbado de seu governo em vista do acirramento da oposição. Uniram-se em torno do grupo de oposição, denominado *Coordinadora Democrática de Acción Cívica* (CD), a Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Indústria (Fedecâmaras), a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela, (CTV), a mídia privada e a Frente Institucional Militar, formada por militares descontentes com as transformações que Chávez impôs às Forças Armadas (no primeiro ano de governo, Chávez realizou a maior promoção da história do exército, 262 promovidos, dos quais 52 a general).

Entre dezembro de 2001 e abril de 2002, em razão da autorização dada pela Assembleia Nacional a Chávez para impor 49 decretos que alteravam o ordenamento econômico, com medidas distributivas e tributárias, a oposição organizou dezenas de protestos, ao que foi respondida por protestos de aliados de Chávez, e a tensão social aumentou. Altos funcionários da PdVSA rejeitaram publicamente em fevereiro as nomeações do presidente para a presidência e para o conselho da empresa. No início de abril, os dirigentes da PdVSA iniciaram uma greve na companhia, e Chávez despediu sete diretores dos que haviam organizado o movimento. Entre 09 e 11 de abril, protestos da oposição passaram a aglomerar bastante público, até a exacerbação dos conflitos no dia 11, quando opositoristas e chavistas trocaram disparos nas ruas próximas ao Palácio Presidencial de Miraflores.

Os dois lados sustentam versões diferentes para os acontecimentos, mas a mídia realizou uma cobertura bastante parcial dos eventos, criticada pelos profissionais de imprensa de todo o mundo. No mesmo momento em que ocorriam os confrontos nas ruas, um grupo do alto comando militar prendeu Chávez e exigiu sua renúncia. Novamente, uma guerra de informação entre a mídia privada e os apoiadores de Chávez. Aquela sustentava que Chávez havia renunciado, para tentar arrefecer o ânimo dos eleitores em ir às ruas para exigir a volta de um líder que havia renunciado. A versão da mídia independente noticiava que Chávez não havia renunciado. O voto de Minerva nessa disputa foi o pronunciamento do Procurador-Geral da Venezuela, Isaías Rodríguez, que havia enviado uma assessora para entrevistar Chávez no Forte Tiúna, onde o presidente se encontrava preso. Em cadeia nacional, Rodríguez teve tempo apenas de confirmar que Chávez não havia renunciado, antes de o sinal ser cortado pelas emissoras privadas.⁴¹

Entre os dias 11 e 13 de abril, quem assumiu foi o empresário Pedro Carmona, presidente da Fedecámaras. Sua primeira atitude no governo foi fechar o Congresso e convocar nova Assembleia Constituinte, o que lhe rendeu antipatia de grande parte dos líderes do golpe, principalmente os militares. Nesses dois dias, a população da periferia de Caracas, que apoiava maciçamente Chávez saiu às ruas e cercou o Palácio Miraflores. Sem apoio de parte dos militares e com grandes manifestações pró-Chávez, Carmona abandona o palácio presidencial, abrindo espaço para a volta do presidente deposto. Nesses dois dias, o governo provisório foi reconhecido pelos Estados

⁴¹ Rodríguez, I. *Abril comienza em octubre*. Caracas: edição do autor, 2005.

Unidos e pela Espanha, o que acarretará a suspeita de que, pelo menos no caso dos Estados Unidos, o golpe era de conhecimento prévio e, certamente, que contava com a simpatia desses dois países. Para a política externa da Venezuela, esse fato será marcante.

Apesar de voltar ao poder com amplo apoio popular, Chávez adotou postura moderada, considerando a gravidade e as proporções do levante. Ele aposentou apenas 43 militares de alta patente, suspendendo outros 100 oficiais de nível médio. Outra postura respeitosa em relação aos militares foi a lista de promoções seguinte, que respeitou a hierarquia das Forças Armadas, o que angariou apoio entre os setores neutros do exército.⁴² Chávez iniciava a constituição de sua hegemonia no comando das Forças Armadas. Também foi tentada uma reconciliação com a direção da PdVSA, mas os protestos da oposição seguiram durante todo o ano de 2002. A estratégia dos opositores foi propor uma greve geral e um referendo revocatório, pelo qual seria avaliada a permanência de Chávez no poder diretamente pela população. A greve começou no início de dezembro, convocada pela CVT e pela cúpula da PdVSA, e foi seguida por vários setores da economia, com características de locaute, isto é, suspensão das atividades pelos próprios proprietários ou gerentes dos estabelecimentos. A greve durou até o início de fevereiro de 2003 e derrubou o PIB do país em 27% no primeiro trimestre de 2003, e 7,7% no acumulado ano;⁴³ a produção da PdVSA caiu 90% no período, e a Venezuela teve de importar petróleo (o governo brasileiro enviou ao país dois petroleiros em janeiro de 2003). Os protestos após o fim da greve fizeram dezenas de mortos.

Ainda restava o referendo revocatório, amparado pela Constituição. Apesar de não ter conseguido o número de assinaturas necessárias no início de 2002, e de haver questionamento em relação à validade das assinaturas, no início de 2003, a terceira tentativa de realizar o referendo revocatório obteve êxito e ele ocorreu em agosto de 2003. Chávez “venceu” o referendo com 59% dos votos, com a presença nas urnas de 70% dos eleitores registrados, um índice alto comparado com os índices das eleições anteriores, e garantiu o exercício de seu mandato.

Chávez conseguiu sair das crises da PdVSA e do referendo revocatório bastante fortalecido. Ao final da greve, demitiu cerca de 19 mil funcionários

⁴² International Crisis Group. Venezuela: Hugo Chávez's Revolution. In: *Latina America Report* (Brussels), nº 19, february/2007.

⁴³ López, M. Venezuela después del golpe: una segunda insurgencia. In: Medina, M. & López, M. (ed.) *Confrontación Social y Polarización Política*. Bogotá, Ed. Aurora, 2003.

da companhia, garantindo assim o controle da maior empresa do país, responsável por cerca de 60% das receitas fiscais. Além disso, o preço do petróleo havia quadruplicado desde o início de seu governo. A partir desse momento, Chávez pode partir para a ofensiva, colocando em prática vários projetos de governo, dos quais os principais eram na área econômica (estatização de empresas que haviam sido privatizadas), na área de comunicação (com a criação de diversos canais estatais e com o combate aos canais privados de oposição) e na área social (com a criação das missões), esses últimos iniciando ainda em 2003.

III.2 - A consolidação do poder

Em dezembro de 2006, novas eleições presidenciais, nas quais se consolida a quarta vitória eleitoral consecutiva de Chávez – a eleição de 1998, a eleição convocada pela Assembleia Constituinte, em 2000, o referendo revocatório, em 2003 –, com 59% dos votos contra o candidato Manuel Rosales, ex-integrante da AD, que concorreu pelo recém-criado *Un Nuevo Tiempo*, apoiado por 43 pequenas agremiações, entre elas o Copei e a Causa R. Trata-se, entretanto, da primeira reeleição. A oposição boicotou as eleições, o que resultou na eleição de uma Assembleia formada por 100% de aliados de Chávez.

O novo governo, iniciado em janeiro de 2007, marca o aprofundamento do projeto iniciado em 1998, com a proposição do *Plan Nacional Simon Bolívar – 2007-2021* –, formado por cinco eixos principais, denominados Cinco Motores rumo ao Socialismo. Chávez cunhou a expressão Socialismo do Século XXI para designar o tipo de regime que almeja implantar na Venezuela. Polissêmico, o termo é uma conjunção de diversas fontes simbólicas, principalmente a marxista, a indigenista e a católica cristã, para caracterizar a superação da opressão e a concessão a setores sociais marginalizados dos instrumentos necessários para forjar um novo pacto social, em bases mais solidárias e justas. Trata-se de uma construção montada sobre alguns dos aspectos de cultura política com que busco trabalhar na parte final deste trabalho.

Em relação aos aspectos operativos do Plano Simon Bolívar, o primeiro motor seria a aprovação de uma nova lei habilitante, que lhe permita legislar em várias matérias. A lei foi aprovada no final de janeiro de 2007, concedendo poderes especiais a Chávez por 18 meses, sob pesadas críticas da oposição,

que a vêem como um passo rumo ao autoritarismo. Na Quarta República, de 1958 a 1998, entretanto, o instituto foi utilizado em seis vezes por quatro diferentes presidentes.

O segundo motor foi a proposição de uma reforma constitucional, cujo texto, que ficou pronto no segundo semestre de 2007, foi rejeitado no referendo de dezembro de 2007. A proposta alterava 69 dos 350 artigos da Constituição e tinha como principais pontos o maior controle da indústria petrolífera e de gás pelo Estado e a supressão do limite de vezes para a reeleição, esse o principal motivo da insatisfação da oposição. Entre os motivos conjunturais para a rejeição da proposta, estão a oposição de líderes ligados ao chavismo, como o ex-ministro da Defesa, Raúl Baduel, e a campanha realizada pela oposição, com grande apelo junto aos eleitores neutros. A rejeição foi por uma margem pequena e o índice de comparecimento dos eleitores foi baixo (56%) em relação aos referendos anteriores (com 77% de comparecimento). As causas da rejeição, no entanto, são mais complexas.

A oposição o acusa de tentar perpetuar-se no poder, promovendo um processo de concentração rumo a uma autocracia, tendo em vista que a reeleição não seria mais ilimitada e o Plano Simon Bolívar está previsto para terminar apenas em 2021. No mesmo contexto, a oposição acusa Chávez de excessivo personalismo, pois a publicidade oficial é extensiva, com fotografias do presidente por toda parte. É fácil constatar a grande quantidade de publicidade oficial pelas ruas da capital e de várias cidades. Outra questão que gera críticas a Chávez é a administração da Justiça, que aliada à proposta de reeleição indefinida, ao controle do Legislativo, à implantação de democracia plebiscitária com o enfraquecimento das instituições, aos ataques aos meios de comunicação e ao controle ideológico das contratações da burocracia estatal geram acusações de haver um processo de formação de um regime extremamente centralizado, em direção a uma autocracia. No caso da Justiça, a primeira crítica diz respeito à supressão da Corte Suprema, e sua substituição pelo um Supremo Tribunal de Justiça, com juizes indicados pela Assembleia Constituinte, fiéis a Chávez, e a segunda, diz respeito à precariedade da contratação dos juizes de primeira instância, que podiam ser desligados pelo Executivo. Atualmente, apenas 15% dos juizes de primeira instância está em situação precária⁴⁴, mas o controle ideológico, argumentam os críticos, já foi realizado. Sobre o controle ideológico das contratações da

⁴⁴ International Bar Association - Human Rights Institute. *Venezuela: la Justicia en entredicho*. London: Foundation Open Society Institute, June/2007.

burocracia, a crítica é a respeito da utilização da lista Tascón⁴⁵ para barrar a contratação de signatários do requerimento para a realização do referendo revocatório em 2003. Além disso, nas entrevistas de contratação, critérios técnicos e de mérito seriam substituídos por critérios de identidade ideológica com o governo.

Outro ponto de atrito é a formação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), sucessor do MVR, que buscou agregar em apenas um partido todas as forças de esquerda de apoio a Chávez. O partido foi oficialmente criado em 2007. A tentativa busca evitar os problemas enfrentados pela AD na década de 1960, que viu seu poder ser minado por excessiva fragmentação. Ocorre que o sistema eleitoral até 1993 dava às lideranças partidárias muito controle sobre os membros do partido, com as listas fechadas e, conseqüentemente, sobre os representantes eleitos, assim, para os grupos dissidentes, a única maneira de buscar representatividade era formar outra agremiação. O processo de filiação ao PSUV teve início em janeiro de 2007 e, um mês depois foi instalada uma comissão composta por importantes figuras do governo de Chávez, incluindo o vice-presidente e alguns ministros, com o objetivo de coordenar a formação da nova agremiação com os vários grupos políticos.

Para a oposição, o PSUV é um novo indício de centralismo e personalismo com a tentativa de formação de um partido único. Nesse caso, entretanto, Chávez começa a enfrentar resistência não apenas da oposição, mas dentro da própria base aliada. Alguns importantes partidos que apóiam Chávez não aceitaram de início compor o novo partido. O resultado foi a radicalização do discurso do presidente sobre os antigos aliados. O Pátria para Todos (PPT) chegou a um acordo e incorporou-se às fileiras do PSUV, o Partido Comunista da Venezuela (PCV) não entrará no PSUV, mas dará apoio. As lideranças do Partido pela Democracia Social (Podemos), agremiação que recebeu 8% dos votos do Legislativo no pleito de 2006, não aceitaram incorporar-se ao PSUV. Houve a saída de muitos representantes eleitos por

⁴⁵ Ficou conhecida como Lista Tascón, a lista dos signatários do requerimento para a realização do referendo revocatório em 2003. O deputado Luis Táscon, alegando fraude nas assinaturas, publicou na internet a lista com todos os signatários para que cada cidadão pudesse verificar se seu nome estaria indevidamente sendo usado para apoiar o pedido de referendo. A oposição acusa o governo de utilizar a lista para barrar a entrada de signatários nos cargos públicos, com a realização de entrevistas para confirmação do nome. Por outro lado, os governistas acusam os empresários opositoristas de terem, em 2002 e 2003, obrigado seus funcionários a assinarem o requerimento sob pena de dispensa do trabalho.

esse partido em direção ao PSUV, mas a decisão foi mantida e as críticas seguem. A principal figura a criticar a concentração de poder nas mãos de Chávez, entretanto, foi o general Raúl Baduel, ex-ministro da Defesa, aliado de Chávez desde 1982, ainda no MBR-200, e um dos responsáveis por sua manutenção no poder na tentativa de golpe de 2002. Sua retirada voluntária do governo deu-se em meio a críticas à forma de Chávez de conduzir as mudanças políticas.

Com a rejeição do texto de reforma, a previsão é a de que Chávez utilize os recursos da lei habilitante para passar algumas das propostas prioritárias contidas na reforma e dê continuidade ao *Plan Simón Bolívar* e ao restante dos “motores”. Quando reconheceu a derrota, fez questão de utilizar as mesmas palavras que utilizou na rendição quando da tentativa de golpe de 1992: “Por enquanto, não conseguimos nosso objetivo”.

O terceiro motor no plano diz respeito à inclusão de valores socialistas nas grades curriculares. As palavras de Simón Bolívar para falar das “primeiras necessidades” da nascente República da Grã-Colômbia – moral e luzes – constituem o lema do programa ainda em gestação, e que será operacionalizado pelos ministérios da Educação, da Educação Superior e da Cultura. Associações de pais de alunos já estão sendo formadas na Venezuela para combater o que temem ser um programa de ideologização da educação. O tema educação está fora do conjunto de temas que podem ser tratados legislativamente pelo presidente no vigor da lei habilitante atual. O plano do governo é lançar uma jornada nacional, que englobaria uma campanha de educação moral, econômica, política e social, em espaços não-tradicionais, além das escolas, para chegar até o povo nas oficinas de trabalho, no campo, nos núcleos endógenos. A Declaração de Barinas, que expõe os planos do governo para o Ensino Superior, foi bastante criticada pelas associações de docentes, pois restringe a autonomia universitária e permite ao Executivo interferir nas indicações de professores.

O quarto motor refere-se à alteração da “geometria do poder” e consiste na reformulação da estrutura federativa, com nova formatação dos 23 estados (mais o Distrito Federal e os territórios federais) e dos 335 municípios, para equilibrar a relação entre população e representatividade, bem como a distribuição de recursos. Ainda não foi apresentada uma proposta clara para essa reorganização, mas a oposição acredita que seja uma proposta que visa a impedir a eleição de opositores em tradicionais centros anti-chavistas, principalmente em algumas cidades no leste na região metropolitana de

Caracas (principalmente Chacao e Baruta), e do estado de Zulia, na região do lago Maracaibo, responsável por grande parte da produção de petróleo do país.

O quinto motor consiste no que chamou de “explosão do poder popular”. A lei dos conselhos comunais está em vigor desde abril de 2006, mas o plano de Chávez é ampliar a participação direta da população nas decisões de governo, por meio de sua participação nos conselhos comunais, organizados em células locais, com financiamento direto do poder central. Os poderes constituídos transfeririam paulatinamente atribuições econômicas, políticas e administrativas aos conselhos. Este cenário de sobreposição entre os mecanismos institucionais existentes de representação (câmaras municipais e prefeituras, legislativos e executivos estaduais) e os conselhos comunitários tem sido objeto de dois tipos de críticas. De um lado, os partidos de oposição argumentam que se trata de uma estratégia para solapar a descentralização política do país e para despojar os grupos anti-chavistas de seus redutos eleitorais. De outro, setores simpatizantes do Governo alertam para o risco de excessivo ativismo do Estado no fomento de organizações comunitárias. A oposição acusa Chávez de estar promovendo uma ponte direta entre a população e a presidência, fragilizando as instituições de representação democrática.

Além dos cinco motores e do novo PSUV, a operacionalidade da gestão de Chávez é garantida pelo programa *Siembra Petrolera*, que reestrutura a produção de petróleo pelo país e busca garantir a manutenção da fonte orçamentária para a consecução de seus planos, e pelas Missões. As Missões são um conjunto de projetos setoriais que estão sendo realizados desde 2003, com recursos do petróleo. As missões têm o potencial para transformar a estrutura da Venezuela nas próximas décadas, com reflexos na estrutura de poder talvez mais permanentes do que as medidas apontadas nos cinco motores.

III.3 - As Missões

A área de projetos sociais é uma das mais importantes do governo Chávez. A alta popularidade do presidente, cuja aprovação está em torno de 70% desde 2005, principalmente entre a população de baixa renda, é devida, entre outros aspectos, ao sucesso na implementação de muitos desses projetos. Apesar de ser uma das prioridades desde 1999, quando

Chávez iniciou seu primeiro mandato, o desenho atual desses programas começou a tomar forma em 2003, com a superação da crise política advinda do golpe de estado de abril de 2002 e da greve geral do setor petrolífero de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003. Desde então, o governo passou a orientar os projetos por meio das chamadas missões e ampliou as dotações orçamentárias correspondentes. As principais críticas dos opositores às missões centram-se no seu caráter assistencialista e para fins eleitorais, bem como na falta de informações confiáveis que permitam aferir seus resultados junto às populações assistidas. Argumentam que não há como estimar o número de pessoas atingidas, o montante de recursos investidos nem os benefícios gerados. Advertem que as únicas estatísticas disponíveis são do próprio governo, as quais, na opinião dos críticos, não gozam de credibilidade.

Alguns indicadores, entretanto, podem ser aferidos nos organismos internacionais (em que pese os dados são do próprio governo, as agências dispõem de meios de verificar se os dados estão muito distantes da realidade). Segundo o Anuário Estatístico de 2006 da CEPAL, 49,4% da população venezuelana estava abaixo da linha de pobreza em 1999. Em 2006, esse índice havia caído 19 pontos percentuais, para 30,9%. Na área da educação, a Venezuela foi reconhecida pela Unesco como Território Livre de Analfabetismo. A Missão Robson I, por exemplo, reduziu, em dois anos e meio, a porcentagem de adultos analfabetos maiores de 15 anos para menos de 4%. Cinco características podem ser destacadas na descrição dos programas incluídos nas missões: a) somas elevadas de recursos públicos, providos em grande parte com fundos provenientes da PdVSA; b) participação de profissionais estrangeiros, especialmente cubanos, mas também de técnicos enviados por governos de cidades Europeias com as quais Chávez tem firmado acordos de abastecimento de petróleo; c) ampla mobilização popular, com programas de conscientização e estímulo à participação dos cidadãos; d) complementaridade dos programas, com a tentativa de integrar as ações das diferentes missões; e) ênfase nas camadas de baixa renda como público-alvo.

Atualmente, estão ativas 22 missões nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, e assistência social, entre outras. Algumas missões foram concluídas e não estão mais ativas, como é o caso da Missão Piar (para desenvolvimento regional da atividade mineira), finalizada em 2006;

outras foram encampadas em outros projetos de maior abrangência, como a Missão Mercal, inserida na Missão Alimentação. As missões mais bem-sucedidas são aquelas que atingem diretamente os cidadãos, em especial nas áreas de educação e saúde. O campo em que os resultados das missões foram menos promissores é o de habitação. A Missão Habitat (moradias populares), cujo plano inicial envolvia objetivos até 2021, não apresentou até o momento resultados palpáveis, em parte devido ao imenso déficit de moradias no país. O próprio Chávez qualificou a Missão Habitat como um fracasso, motivado pela falta de empenho de seus colaboradores e corrupção. Para complementá-la, lançou a Missão Villanueva, que passou a funcionar em 2007 e visa à construção de projetos urbanísticos integrais em locais atualmente desocupados para instalar comunidades que hoje vivem em áreas de risco ou com infraestrutura precária.

Cada uma das missões funciona de maneira autônoma, e missões contíguas podem estar subordinadas a ministérios diferentes. Muitas exercem atividades complementares, como a Missão Alimentação, voltada para a segurança alimentar, que coopera com as Missões *Vuelvan Caras* e *Zamora*, ambas voltadas ao desenvolvimento endógeno e agrário, por meio da aquisição da produção das cooperativas.

Pode-se dividir as missões, para fins de sistematização em algumas áreas: a) Educação (Missões Ribas, Robinson 1 e 2, Sucre, Cultura, Ciência e *Barrio Adentro Deportivo*); b) Saúde (Missões *Milagro* e *Barrio Adentro 1, 2 e 3*); c) Assistência Social (Missões *Madres del Barrio* e *Negra Hipólita*); d) Segurança Alimentar (Missão Alimentação); e) Desenvolvimento Regional (Missões *Vuelvan Caras*, *Zamora* e *Piar*); além de outros temas como atenção à população indígena, Missão *Guaicaipuro*; preservação ambiental, Missão *i*; fornecimento de documentação, Missão *Identidad*; energia, Missão *Revolución Energética*; e habitação, Missões *Habitat* e *Villanueva*. Na área de educação, as missões foram especialmente exitosas.

A Missão Robinson 1 começou a funcionar em maio de 2003, mas foi formalizada como Plano Extraordinário de Alfabetização Simón Rodríguez em julho daquele ano. É destinada à alfabetização de adultos acima de 15 anos e utiliza um método de ensino desenvolvido em Cuba (*Yo, sí, puedo*). Foram alfabetizadas mais de 1,5 milhão de pessoas, com o auxílio de 130 mil facilitadores. Foram ainda distribuídas cerca de 200 mil bolsas de estudo, das quais 100 mil destinadas aos estudantes que se organizam em cooperativas

de trabalho em diversas áreas. O valor das bolsas concedidas é o equivalente a US\$ 100.

A Missão Robinson 2 iniciou-se em outubro de 2003 e é dedicada a garantir a volta à escola de adultos que não completaram a sexta série do ensino fundamental (que equivaleria, no Brasil, ao período até a quarta série do ensino básico). O programa de estudos é chamado de *Yo, sí, puedo seguir* e tem 10 meses de duração. Do mesmo modo que a Robinson 1, a Robinson 2 atendeu cerca de 1,5 milhão de pessoas, com o auxílio de 100 mil professores e facilitadores, e distribuiu em torno de 200 mil bolsas de estudo, das quais 100 mil para aqueles estudantes organizados em cooperativas de trabalho.

A Missão Ribas, criada em outubro de 2003, visa a possibilitar a volta à escola de adultos que não tenham completado o ensino médio, tanto garantindo a infraestrutura dos cursos, quanto concedendo bolsas de estudo para alguns alunos. Até julho de 2006, cerca de 170 mil pessoas haviam concluído o ensino médio por meio da Missão Ribas. Atualmente há cerca de 600 mil alunos matriculados, dos quais 100 mil recebem bolsas de estudos. Os egressos do programa são estimulados a continuar os estudos por meio da Missão Sucre ou ainda podem seguir para estudos médicos em Cuba.

A Missão Sucre foi lançada em setembro de 2003 e dedica-se a garantir o ingresso no ensino superior de adultos que haviam parado de estudar após a conclusão do ensino médio, além dos egressos da Missão Robinson 2. Após a realização do censo educacional, em 2003, foram identificados cerca de 470 mil interessados em voltar a estudar, dos quais 420 mil foram integrados ao sistema de ensino superior. Dados oficiais indicam que, em fevereiro deste ano, cerca de 80 mil pessoas recebiam bolsa para continuar os estudos em nível superior. Além das bolsas, o programa envolve a ampliação da rede de ensino público superior com a criação de novas unidades educacionais (filiais de universidades já existentes ou criação de novas escolas), o que elevou de 60 para 272 o número de municípios com instituições de ensino superior no país. Ainda no âmbito da Missão Sucre, houve a criação de cerca de 1.000 pequenos centros, conhecidos como Aldeias Universitárias, que oferecem aulas de informática e atendem cerca de 190 mil pessoas.

A Missão *Barrio Adentro Deportivo* foi criada em julho de 2004 e atua em duas frentes. A primeira promove a participação de adultos e jovens em atividades esportivas regulares, com a ativação de ginásios e piscinas de escolas públicas e a construção de ginásios públicos, além da formação e

contratação de instrutores esportivos comunitários. A outra frente consiste em identificar potenciais talentos esportivos entre a população atendida pela missão. Atualmente existem 150 atletas em formação, com vistas à participação da Venezuela nas Olimpíadas de 2008, em Pequim. Para as Olimpíadas de 2012, o programa espera incluir 280 mil meninos e meninas em programas de treinamento e de identificação de talentos.⁴⁶

A Missão Ciência foi lançada em abril de 2005 e envolve a criação de centros de estudos de pós-graduação em áreas estratégicas: biotecnologia agrícola e saúde, energia, estudos ambientais, habitação e siderurgia; formação de facilitadores e promotores de ciência para escolas de ensino médio; treinamento e qualificação de professores do ensino superior; e concessão de bolsas de pós-graduação, com preferência para aqueles provenientes dos Estados de menor desenvolvimento do país (Amazonas, Apure e Delta Amacuro) e para os egressos de escolas públicas de ensino médio (80% das vagas). Segundo o Governo, foram capacitados cerca de 6 mil profissionais entre promotores, formadores, facilitadores e professores. O objetivo do programa é formar 10 mil pesquisadores nos próximos dez anos. Estão participando do programa de bolsas de estudo cerca de 2 mil graduados.

A Missão Cultura visa a ampliar o acesso a bens culturais, valorizar a produção cultural local, promover a identidade nacional e divulgar a memória histórica. Sob a orientação de tutores e facilitadores universitários, os interessados podem inscrever-se em um programa de licenciatura em Educação ou Administração, com especialização em Desenvolvimento Cultural. Experiências anteriores na área de cultura são levadas em consideração para a obtenção do título e do planejamento de um programa de estudos. O programa conta com cerca de 400 profissionais, entre tutores e facilitadores, e já formou cerca de 26 mil licenciados.

Na área da saúde, as missões também lograram alguns êxitos, mas enfrentam problemas estruturais, como falta de profissionais e de infraestrutura física adequada nas regiões com maior carência desses serviços. Além disso, a contratação de médicos cubanos pela falta de profissionais locais para suprir a demanda gerou críticas na sociedade durante sua implantação. A Missão *Barrio Adentro I* foi a primeira ação das missões na área da educação, lançada em abril de 2003, consiste na instalação, em áreas habitadas pela

⁴⁶ Ministerio de Comunicación e Información. *Las Misiones Bolivarianas - Colección Temas de Hoy*. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2006.

população de baixa renda, de consultórios populares, muitos atendendo 24 horas por dia. O termo “barrio” equivale ao conceito de favela, no Brasil. No início do primeiro mandato de Chávez, em 1999, foram instalados 13 projetos-piloto, mas o programa avançou somente a partir de 2003, com o fim do *paro petrolero*. Foram instalados 2.600 consultórios populares e realizadas mais de 160 milhões de consultas médicas e 15 milhões de consultas odontológicas. Estão em construção, ainda, 50 consultórios e planejados mais 5.350. Para iniciar a missão, o governo venezuelano firmou um acordo de cooperação na área de saúde com Cuba, o que possibilitou o envio de 30 mil profissionais cubanos, entre médicos, enfermeiros, dentistas e outras categorias, para a primeira fase. Atualmente, são 26,8 mil profissionais cubanos, dos quais 16 mil médicos. O número de venezuelanos envolvidos no programa vem aumentando, e já atinge 10,5 mil profissionais, dos quais 1,8 mil são médicos, mas é um dos pontos frágeis da missão. Em 2006, a missão recebeu recursos da ordem de aproximadamente US\$ 210 milhões, em grande parte para a construção de novos consultórios. Para 2007, o orçamento foi de cerca de US\$ 48 milhões. Apesar do alto investimento, ainda há problemas com escassez de recursos, dentre eles a falta de infraestrutura para acomodar todos os profissionais cubanos, que chegam a ficar meses hospedados em casas de moradores dos bairros, onde também realizam as consultas, e a falta de medicamentos e de material clínico.

A Missão *Barrio Adentro 2* foi lançada em junho de 2005 e destina-se a cobrir os atendimentos de maior complexidade. Já estão em funcionamento 6 centros de alta tecnologia, o objetivo do governo é abrir mais 29, 183 centros de diagnóstico integral e 175 centros de reabilitação integral (o governo planeja chegar a 600 unidades de cada). A Missão *Barrio Adentro 3* consiste na modernização dos equipamentos e ampliação da infraestrutura da rede hospitalar pública da Venezuela. Dos 300 hospitais públicos do país, foram escolhidos 44, que representam 60% do número total de leitos, para serem modernizados e ampliados. O programa também será beneficia a classe média, já que a grande maioria desses hospitais não está localizada em áreas de baixa renda.

A Missão *Milagro* é uma ramificação da Missão *Barrio Adentro*, dedicada a identificar, entre os pacientes atendidos nos consultórios, aqueles com catarata, descolamento de retina e outros problemas oftalmológicos, e encaminhá-los para realizar operações de correção em um prazo bastante curto após o diagnóstico, em média 15 a 30 dias. Nos primeiros 9 meses da

missão, que começou em janeiro de 2005, haviam sido operadas 18 mil pessoas, mas a meta estabelecida para dezembro de 2006 era de 300 mil operações. Para cumpri-la, além do atendimento na Venezuela, também foram enviados pacientes a Cuba para realizar as cirurgias. Os governos venezuelano e cubano também passaram a atender pessoas de outros 15 países, principalmente Equador, El Salvador e Colômbia. Foram atendidos, até setembro de 2005, 3,5 mil estrangeiros. Em 2006, 110 brasileiros foram à Venezuela para serem operados na Missão *Milagro*. A meta da vertente internacional do programa é operar 6 milhões de latino-americanos nos próximos dez anos.

A Missão Alimentação foi criada em abril de 2003 e visa a garantir a segurança alimentar da população venezuelana, por meio do incentivo à produção agrícola nacional, já que a Venezuela é um país importador líquido de alimentos, da definição de canais de distribuição estatais, do incentivo ao comércio inter-regional e da geração de emprego e renda. No início, o programa foi dirigido à população que vivia abaixo da linha de pobreza (cerca de 8 milhões de pessoas), mas, a partir de junho de 2005, todos os venezuelanos podem comprar mantimentos da cesta básica subsidiados na rede de distribuição conveniada. O programa opera a partir de três eixos básicos: a) a rede “Mercal”, que já existia antes da conformação na Missão Alimentação, constituída por mercados de pequeno porte (209 unidades), supermercados (33 unidades), mercados populares (1.007 unidades), mercados móveis (393 unidades) e feiras livres. Em todos eles, 13 produtos (aves, embutidos, enlatados, legumes, cereais, leite, farinhas, massas, carnes, peixe, queijo, condimentos e açúcar) podem ser encontrados com preços subsidiados (50% do preço de mercado) e com limitação da quantidade vendida a cada consumidor. Além dos itens da cesta básica, esses estabelecimentos podem vender outros produtos a preço de mercado; b) mecanismos para garantir a comercialização da produção de pequenos produtores, por meio da rede conveniada, principalmente nos mercados fixos e móveis. Entre as ações e mecanismos para possibilitar a comercialização da pequena produção, estão a construção de silos (28) e o planejamento central com o apoio dos governos locais e de centros de distribuição (113); c) provisão direta de alimentação para população de baixa renda, organizada em uma rede de 6.075 casas de alimentação e centros de distribuição de suplemento alimentar. A Missão Alimentação também promove a competição com a rede varejista privada. Muitos varejistas passaram a fazer parte do

convênio Mercal porque não podiam competir com os preços dos estabelecimentos conveniados e para vender outros produtos para potenciais clientes. São 9 milhões de pessoas atendidas na rede conveniada, e cerca de 1,5 milhão, beneficiadas nas casas de alimentação (900 mil) e nos centros de suplementação alimentar (600 mil). Além disso, são gerados cerca de 50 mil empregos.⁴⁷

Apesar do grande número de beneficiários e da ampla abrangência do programa, existem entraves no que diz respeito ao abastecimento dos principais produtos, pois ainda não foram totalmente resolvidas as pendências entre o governo e os grandes produtores locais. Além disso, apesar de não serem permitidas outras limitações além do consumo máximo, muitos estabelecimentos conveniados impõem mecanismos de venda casada, atrelando a compra de alguns produtos (os mais procurados são as fontes de proteína – carne, aves e leite) ao consumo de outros, cuja demanda não é tão alta, ou que estão fora do conjunto de produtos subsidiados.

Na área da assistência social, a Missão *Madres del Barrio* visa a dar apoio social e financeiro às mulheres chefes de família que estejam em situação de risco. O programa está integrado com outras missões, como *Barrio Adentro*, *Robinson*, *Ribas* e *Sucre*, com a preferência no atendimento às mulheres chefes de família. Além disso, são concedidas ajudas financeiras temporárias entre 60% e 80% do salário mínimo (entre US\$ 150 e US\$ 200), pagos pelo Instituto de Seguridade Social. As beneficiárias são organizadas em comitês de mães (de 20 a 200 pessoas), para fomentar solidariedade comunitária e para fiscalizar a execução do programa. O orçamento de 2006 foi de cerca de US\$ 175 milhões, sendo US\$ 130 milhões providos pela Palmaven C.A. (braço social da PDVSA) e outros US\$ 45 milhões pelo Fundo de Conselhos Comunitários. Atualmente, são cerca de 190 mil mulheres atendidas pelo programa e a meta do governo é de chegar a 2 milhões de beneficiárias. Além disso, para o setor de assistência social existe a Missão Negra Hipólita. Criada em janeiro de 2006, visa a atender a população de rua, estimulando sua reintegração no mercado de trabalho e na família. A missão atua em seis frentes: a) reinserção de crianças de rua na família de origem, ou em abrigos de tipo familiar; b) auxílio por meio de abrigos de passagem, onde se busca

⁴⁷ Ministerio de Comunicación e Información. *Venezuela: Construyendo la inclusión social*. Caracas, Ministerio de Comunicación e Información, 2005.

a reintegração gradual; c) abrigos tradicionais, para pessoas em situação de extremo abandono; d) casas de alimentação; e) centros de encaminhamento de jovens moradores de rua às missões educativas; f) comunidades de reabilitação, dedicada a viciados em entorpecentes, infrações penais e debilitados mentalmente. Esses estabelecimentos recebem apenas 5 pessoas, cada um, e têm proposta de atendimento personalizado. Todos os estabelecimentos são operados por profissionais, mas contam com um comitê de famílias para compor uma rede de proteção social e reintegração. As famílias participantes do programa que tenham problemas financeiros recebem uma ajuda de custo durante 6 meses, no valor de um salário mínimo, cerca de US\$ 250. O programa é fiscalizado pelos Comitês de Proteção Social (CPS), formados por representantes da própria comunidade envolvida. Há cerca de 3.800 CPS, que manejam um orçamento de US\$ 1 milhão para levar a cabo os projetos da missão, com limitação de US\$ 14 mil por projeto. A Missão Negra Hipólita conta com funcionários administrativos e educadores de rua. A missão atendeu até junho de 2007 cerca de 430 mil pessoas com problemas de alcoolismo e vício em entorpecentes.

Na área de desenvolvimento econômico, a Missão *Vuelvan Caras* visa a gerar o desenvolvimento endógeno regional por meio da valorização das potencialidades de cada comunidade, principalmente aquelas de mais baixa renda. O objetivo é gerar pólos de desenvolvimento local que não estejam atrelados à indústria petrolífera. As ações articulam-se nas vertentes de educação tradicional, educação profissional, formação de cooperativas e treinamento contínuo. A ativação do projeto nas comunidades ocorre a partir da formação de um Núcleo de Desenvolvimento Endógeno, com a participação de agentes públicos, que passam a capacitar os moradores para a formação de cooperativas de produção. Essas cooperativas são dotadas de financiamento inicial. Atualmente existem 149 núcleos espalhados pelo país, que agregam cerca de 300 mil pessoas, organizadas em aproximadamente 4 mil cooperativas. O trabalho da Missão *Vuelvan Caras* integra-se com o das missões educativas, com a concessão de bolsas de estudo aos trabalhadores-estudantes que se organizarem em cooperativas, como estímulo, com as missões na área de habitação, com a preferência no atendimento aos demandantes que estejam organizados em cooperativas, com a Missão Zamora, por meio da organização e capacitação de trabalhadores rurais para a propriedade da terra e com a Missão Alimentação, por meio da venda da

produção das cooperativas. As cooperativas dividem-se em cinco áreas, ou frentes: agrícola, industrial, de turismo, de infraestrutura e de serviços.⁴⁸

Também na área do desenvolvimento foi criada, em agosto de 2005, a Missão Zamora, que visa a organizar os trabalhadores rurais em cooperativas e realizar a distribuição de terras improdutivas entre os grupos de trabalhadores. Além da reforma da propriedade da terra, levada a cabo pelo *Instituto Nacional de Tierras* (INTI), o programa busca atrair ao campo aqueles agricultores que foram à cidade em busca de melhores condições de vida, propiciando a criação de empregos ao mesmo tempo em que se avança na resolução da questão de abastecimento alimentar do país. Além do título de propriedade da gleba de terra, o beneficiário do programa recebe crédito produtivo e máquinas agrícolas. Para receberem os incentivos, repassados por meio de fundos especiais, os Fundos Zamoranos gerenciados pelos próprios camponeses, os beneficiários precisam estar organizados em cooperativas de mais de 5 membros e elaborar um projeto de utilização da terra, a Carta Agrária, com especificações sobre orçamento, cronogramas e fontes onde buscarão assistência técnica e apoio. Até maio de 2006, cerca de 400 propriedades, totalizando aproximadamente 730 mil hectares, haviam sido desapropriadas e declaradas improdutivas. Outros 600 mil hectares foram incluídos no programa por meio de reintegração de posse de terras públicas e arbitramento de conflitos agrários, perfazendo um total de cerca de 1,3 milhão de hectares, ou cerca de 30% de toda a área atualmente em utilização pela agricultura. Até maio de 2006, foram autorizadas cerca de 3.100 Cartas Agrárias, com um total de 64 Fundos Zamoranos. A meta do Governo é implantar mais 50 desses fundos.

Na questão da atenção à população indígena foi lançada, em outubro de 2003, a Missão Guaicaipuro, que tem o objetivo de reforçar o caráter pluricultural da Venezuela. As principais ações previstas na missão são a demarcação e titulação das terras das comunidades indígenas do país. Segundo o censo geral de 2001, existem cerca de 500 mil indígenas na Venezuela, ou 2% da população total, distribuídos em 33 etnias e aproximadamente 2.300 comunidades. Além da demarcação, a missão visa a estimular, por meio de financiamentos, o desenvolvimento econômico de tais comunidades, com respeito às diferenças culturais existentes entre os

⁴⁸ Ministerio para la Economía Popular. *Desarrollo endógeno bolivariano: Misión Vuelvan Caras*. Caracas: Ministerio para la Economía Popular, 2005.

povos. Na medida do possível, a missão estimula a participação dos indígenas na gestão dos recursos. Além da ação nas comunidades, a missão Guaicaipuro tem uma vertente de atenção aos indígenas emigrantes e moradores de rua, que são assistidos em seu retorno às comunidades de origem. Até o momento, não houve muitos avanços nas atividades da missão, ainda que o fator étnico seja uma das bases alegóricas do discurso do chavismo.

Na área de energia, foi criada, em novembro de 2006, a Missão *Revolución Energética*, para promover a utilização racional de energia no país. Apesar da grande disponibilidade de energia na Venezuela, o desperdício na conversão de energia combustível para a energia elétrica e as questões ambientais levaram à criação de um plano de aumento da eficiência e de aproveitamento de outras fontes, como a eólica, a solar e a hidroelétrica. A missão é composta por três vertentes. A primeira envolveu a troca gratuita de 52 milhões de lâmpadas incandescentes por modelos fluorescentes, mais econômicos. O programa conta com o auxílio de técnicos cubanos, por meio de um convênio entre os dois governos. Até fevereiro de 2007, cerca de 2.800 funcionários haviam substituído cerca de 30,5 milhões de lâmpadas em todo o país, o que gerou, até o momento, uma economia de US\$ 4,5 por domicílio por mês (2 mil megawatts/hora ou US\$ 30 milhões/ano). Quando todas as lâmpadas tiverem sido substituídas, estima-se que haverá uma economia de US\$ 630 milhões. Além da substituição das lâmpadas, o Governo pretende ampliar a capacidade de produção hidroelétrica, com a finalização, prevista para 2012, da Usina de Tocoma, no sul do país, com capacidade de produção de 10,5 gigawatts/hora (GW/h). Pretende também instalar 80 pequenos geradores de energia, com capacidade para produzir 1.000 MW/h. A instalação destas pequenas plantas visa a evitar gastos com a construção de linhas de transmissão. A segunda vertente, que estava sendo planejada para ter início ainda em 2007 e ser finalizada em 2009, pretende substituir as instalações obsoletas de gás por um sistema integrado de gás natural, além de painéis de energia solar e de captação de energia eólica. Um sistema piloto de painéis de energia solar já foi instalado em algumas avenidas de Caracas e em alguns prédios públicos de mais quatro estados. A terceira etapa da missão, programada para ser colocada em prática entre 2009 e 2012, prevê a substituição das usinas termelétricas que utilizam diesel por plantas que utilizem gás natural.

Na área da habitação, como explicitado, existem as Missões Habitat e Villanueva. O déficit habitacional na Venezuela é avaliado em 2,5 milhões de

unidades. A partir desse diagnóstico foram criados os programas de habitação Habitat (em 2004) e Villanueva (em 2007). O primeiro visa a financiar a construção de moradias com subsídios governamentais que chegam até a 100% do valor do imóvel. Na maioria dos casos, no entanto, o beneficiário precisa dispor de 10% do valor do imóvel a ser construído ou adquirido. O restante pode ser pago em 25 anos, com uma carência de 5 anos e taxa de juros de 6% ao ano. O financiamento é realizado com recursos do Fundo Especial Petrolero, de fundos estaduais e outros fundos de fomento. O orçamento destinado à Missão Habitat foi de cerca de US\$ 93 milhões em 2004, e de cerca de US\$ 233 milhões em 2005 e 2006. Para 2007, foi aprovado um orçamento de cerca de US\$ 700 milhões. A meta da missão é superar totalmente o déficit habitacional até o ano 2021, e até agora foram construídas cerca de 100 mil unidades. Estavam em construção até outubro de 2007 cerca de 150 mil novas unidades, das quais 80 mil estavam planejadas para serem entregues neste ano. Outro objetivo da missão é a geração de empregos, pois as obras têm potencial para criar 600 mil postos de trabalho. O avanço da missão não tem ocorrido na velocidade que o governo planejava e, por isso, foi criada uma missão complementar: a Missão Villanueva, que visa urbanizar áreas desocupadas para alocar à população de baixa renda que vive em situação de risco nos centros urbanos. Para 2007 foi aprovado, no âmbito da Missão Villanueva, um orçamento de cerca de US\$ 700 milhões para a construção de cidades agroindustriais em quatro estados, além da recuperação de algumas áreas de Caracas.

A Missão *Identidad*, lançada em outubro de 2003, tem o objetivo de garantir o fornecimento de documentação de identidade para todos os venezuelanos e estrangeiros residentes no país. A missão foi criada após a constatação, em 2003, de que 70% da população não tinha cédula de identidade laminada. Além dos escritórios de identificação oficiais, são 190 unidades móveis de confecção de identidade, operadas pelas polícias e equipadas para fornecer rapidamente a documentação requerida, que, além da identidade, pode incluir certidões diversas. Foram emitidas, desde o início da missão, cerca de 19 milhões de cédulas de identidade. Além disso, a missão logrou legalizar a situação de cerca de 20 mil estrangeiros que viviam sem documentação na Venezuela. Em 2006, o governo venezuelano firmou uma parceria com a Bolívia e enviou pessoal e equipamento para realizar também naquele país a documentação maciça da população, no programa denominado *Existo yo, existe Bolivia*.

As Missões levaram a uma diminuição da porcentagem da população vivendo abaixo da linha de pobreza de 18,4 pontos percentuais entre 2002 a 2006, passando de 48,6% para 30,2% da população. A porcentagem da população vivendo abaixo do nível de indigência caiu a menos da metade dos níveis de 2002, passando de 22,2% para 9,9%. Apenas entre 2005 e 2006, as taxas de pobreza passaram de 37,1% para 30,2%, e de indigência de 15,9% para 9,9%. A estimativa é de que 9 milhões de pessoas tenham sido beneficiadas pelas missões na Venezuela, ou cerca de 32% da população. Os programas de transferência de renda no Brasil, o carro-chefe dos programas sociais no país, por exemplo, atingiu 13 milhões de pessoas, o que significa de 6% a 7% da população; no Chile, o Programa Chile Solidário atendeu a 1 milhão de pessoas, ou cerca de 6% da população total; e, no México, o programa Oportunidades atingiu a cerca de 18 milhões de pessoas, ou 17% da população total.⁴⁹

Os projetos sociais na Venezuela estão atrelados às rendas da exportação do petróleo – em 2005, estava previsto serem aplicados cerca de US\$ 4 bilhões nas missões, o que representou cerca de 12% do orçamento da PdVSA daquele ano.⁵⁰ O corolário que prega o desenvolvimento via aproveitamento e redistribuição das rendas do petróleo, a *Siembra Petrolera*, existe desde a década de 1930, mas, nos momentos anteriores, a sociedade venezuelana tinha outra composição, os problemas de pobreza não eram tão graves e tão extensos. Em nenhum momento anterior buscou-se a resolução de problemas estruturais por meio da redistribuição, apenas foi criado um sistema de benefícios financeiros por meio de subsídios, sem efeitos na diversificação da economia. O grande desafio das missões não é apenas suprir as necessidades imediatas da população de baixa renda, muito mais extensas do que nas décadas passadas, mas instituir mudanças na estrutura social que permitam ao país ultrapassar a dependência que tem com a produção de petróleo. As missões podem ser um caminho, mas há avaliações de que não são suficientes e, em muitos casos, atingem um paradoxo e reproduzem a lógica anterior, por conta das limitações no resultado estrutural gerados pelo modelo da economia: os mercados Mercal, por exemplo, buscam garantir a segurança alimentar por meio do subsídio na venda de

⁴⁹ Soares, S. et al. *Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: Impactos sobre a desigualdade*. Brasília: IPEA- textos para discussão, 2007.

⁵⁰ U.S. Department of Energy - Energy Information Administration, Country Analysis Briefs, Venezuela, June/2005.

produtos alimentícios básicos, mas a parte estrutural, que envolve o estímulo à produção rural ainda é muito pequena, e os produtos vendidos nesses mercados ainda são, em grande parte resultados da importação de alimentos pela Venezuela.

Outro paradoxo é que o Plano *Siembra Petrolera*, que envolve, entre outros aspectos, um maciço investimento para aumentar a produção de petróleo, acaba atuando como um concorrente dos recursos para os programas sociais, resultando em uma tensão entre as áreas sociais e as áreas executivas da PdVSA, que defende a atenção do aumento de eficiência e da geração de instrumentos de proteção e compensação de possíveis quedas do preço do petróleo. Do mesmo modo, é necessário prover recursos para compensar a deterioração da infraestrutura, que gera perdas de produtividade no maquinário e nas instalações de extração, avaliados em alguns casos em até 23%. Assim, apesar de ter um dos maiores faturamentos da América Latina, tem taxa de lucro muito menor que o da Petrobras, por exemplo, o que causa tensão dentro do país.

O paradoxo está posto por conta da situação grave em que se colocou a Venezuela em termos de distribuição de renda e níveis de pobreza. Não é possível uma escolha simples e a saída é provavelmente uma composição dos termos, ou uma continuidade prolongada no tempo dos atuais níveis do preço do petróleo, que possibilite ao governo atacar nas duas frentes: levar a cabo os programas sociais ao mesmo tempo em que realiza os investimentos necessários. Mas os preços do petróleo, apesar da atuação da OPEP, não é uma decisão do governo da Venezuela.

III.4 - As Estatizações e os planos de Chávez para a indústria do petróleo

Em seu primeiro ano do novo governo Chávez colocou em prática um plano de estatização das indústrias consideradas estratégicas, da área de telecomunicações e eletricidade, e iniciou um processo de reestruturação dos contratos petrolíferos na Faixa do Orinoco. Além disso, no campo econômico, promoveu uma reforma monetária, para tentar deter a inflação, o principal problema econômico atualmente, restringiu a autonomia do Banco Central.

Na área de telecomunicações, em maio de 2007, nacionalizou, por meio da compra da maioria das ações, a Companhia Anônima Nacional de Telefones da Venezuela (CANTV), que havia sido privatizada em 1991. Na área de

eletricidade, Chávez nacionalizou, em junho de 2007, as companhias *Electricidad de Caracas* e *Servicio Eléctrico de Nueva Esparta* (Seneca), que haviam sido privatizadas na década de 1990, na esteira das reformas neoliberais implantadas por Carlos Andrés Perez e Rafael Caldera.

No setor do petróleo, realizou alterações nos direitos de propriedade. Ainda em abril de 2006, anunciou o aumento para 60% na participação da PdVSA nos grandes projetos da Faixa do Orinoco, com a criação de novas formas de empresas conjuntas com as companhias privadas (as chamadas companhias mistas), com redistribuição dos lucros. Apenas uma das mais de duas dezenas de empresas não aceitou os novos termos dos contratos de parceria, que foi implantado finalmente em maio de 2007.

A alteração faz parte do Plano *Sembra Petrolera*, que visa aumentar a renda e o aproveitamento dos recursos para o governo realizar reformas estruturais. Entre as estratégias, além do aumento da porcentagem da propriedade estatal, está o aumento produção até 2012 dos atuais 3,3 milhões de barris/dia, para 5,8 milhões, por meio da exploração dos novos campos; a diversificação dos mercados, dos destinos do refino e das parcerias. Nas palavras de Chávez: “...*hoy estamos implementando un programa estratégico llamado Plan Siembra Petrolera, usando la riqueza del petróleo para que Venezuela se convierta en un país agrícola, un destino turístico, un país industrializado con una economía diversificada. Estamos invirtiendo miles de millones de dólares en infraestructura: generadores de electricidad que usan la energía térmica, un gran ferrocarril, caminos, carreteras, nuevos pueblos, nuevas universidades, nuevas escuelas, recuperando tierras, fabricando tractores y dando préstamos a los agricultores. Un día no tendremos más petróleo, pero eso será en el siglo veintidós. Venezuela tiene petróleo para otros 200 años*”.⁵¹

Para diversificar os mercados, Chávez iniciou negociações com a China e Índia, mas o custo de envio do produto a esses países é muito mais alto, pois a Venezuela não tem saída para o Pacífico, tampouco há como os petroleiros passarem pelo Canal de Panamá (a Venezuela teria que construir um oleoduto que passasse pela Colômbia). A China, por sua vez, não tem muita capacidade instalada para refinar o petróleo venezuelano (rico em enxofre), como os Estados Unidos, e está buscando possibilidades de explorar

⁵¹ Palast, G. *Entrevista a Hugo Chávez*. In: *The Progressive* (Wisconsin, Massachusetts), July/2006.

petróleo na costa do Mar da China, e segue importando a maior parte do produto por meio de seus acordos com os países do Mar Cáspio. É bastante difícil para a Venezuela desvencilhar-se de sua relação econômica com os Estados Unidos (o fluxo de comércio entre Estados Unidos e Venezuela, por exemplo, aumentou 36% em 2006, apesar dos atritos ideológicos).⁵²

Outra parte da estratégia de diversificação colocada em prática por Chávez é passar a atrair as companhias petroleiras que não fazem parte do conjunto tradicional das grandes companhias do setor (*Exxon, Shell, British Petroleum*), como aquelas de Índia, China e Rússia, além da brasileira Petrobras. Nesse contexto, a Petrobras pode ganhar espaço na Venezuela, e ganha força a opção por abrir os mercados de Argentina e Brasil, com o Grande Gasoduto do Sul, e com a instalação da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, com capacidade de processamento do petróleo extraído na Venezuela. (José Inácio de Abreu e Lima participou das campanhas de independência da Venezuela e da Colômbia ao lado de Simón Bolívar).

Por sua própria natureza, o negócio do petróleo na Venezuela é orientado às exportações, apenas 20% da produção é consumida internamente, e gera excedentes de capital em moeda estrangeira e, conseqüentemente, o incentivo às importações. A PdVSA emprega cerca de 45 mil trabalhadores, mas o setor petroleiro como um todo representa 0,7% do total da população economicamente ativa. O setor petroleiro representa cerca de um terço do PIB, 50% das receitas governamentais, e 80% das exportações do país. A avaliação é a de que o setor não estimula a capacitação da população economicamente ativa, contrariamente a outras cadeias de produção que envolvem a participação direta ou indireta de diversos setores, como a indústria automobilística, e geram demanda por pessoal qualificado e a difusão dos resultados do crescimento no faturamento (como se pode atestar ao analisarmos a região do ABC, no Brasil, ainda que seja em escala bastante menor). Do mesmo modo, a demanda por inovação fica bem reduzida. Essa concentração não atinge apenas o setor industrial, mas também o setor agrícola, que não é estimulado a oferecer uma alternativa de geração de renda. A situação gera um paradoxo: a necessidade de se investir no setor petroleiro para aumentar as receitas e colocar o plano de desenvolvimento social em prática, estimula-se ainda mais a concentração da inovação em apenas um

⁵² Surowiecki, J. The Financial Page: Synergy With The Devil. In: The New Yorker, 8 de enero de 2007, p. 26.

setor da economia, fundamento do processo de concentração de renda no país. A geração de empregos por capital empregado na extração de petróleo é baixa. Investimentos de cerca de US\$ 4 bilhões para extração de petróleo na Faixa Petroléira do Orinoco, por exemplo, geram cerca de 700 empregos diretos após a conclusão das obras (durante a construção, o número de funcionários em um investimento desses pode chegar a 6 mil, mas são postos de trabalho de existência relativamente curta, e, levando em consideração o valor total dos investimentos é, ainda assim, baixo.

III.5 - Chávez e a mídia

A relação entre Hugo Chávez e a mídia privada venezuelana deteriorou-se rapidamente logo após o início do primeiro governo. Com o discurso moderado até 2003, Chávez tentou se resguardar dos ataques que as principais cadeias privadas de televisão desferiam contra seu governo. O ápice dos desentendimentos ocorreu no golpe de 2002, quando as maiores redes fizeram parte do levante, principalmente colocando em funcionamento em conjunto uma invisibilização dos partidários de Chávez, tentando criar uma imagem de fato consumado para a destituição de Chávez do poder, que anunciavam como renúncia. Houve uma série de denúncias de observadores internacionais da edição de imagens da cobertura dos eventos de abril de 2002 pelas redes venezuelanas, o que ficou conhecido como “golpe midiático”.⁵³

Os canais Rádio Caracas Televisión (RCTV), o mais antigo e de maior audiência, existente desde 1953; a Venevisión, do grupo do magnata Gustavo Cisneros, também de 1953 e adquirida pelo Grupo Cisneros na década de 1960; a Globovisión, fundada em 1994; e a Televen, fundada em 1988, detinham em 2002, 90% da audiência e desempenhavam um importante papel no jogo político nacional. Até 2002, as quatro se engajaram fortemente nas campanhas anti-Chávez. Após o fracasso do golpe, assumiram posições diferentes para resguardar os interesses prioritários de cada um dos grupos. Também é o ano de 2002 que marca a alteração profunda na utilização da mídia oficial pelo governo, com o início da estruturação de vários canais estatais para fazer frente às emissoras privadas. A polarização levou a uma situação de impasse: a audiência das redes privadas caiu por conta do apoio

⁵³ Rovai, R. *Midiático Poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo, Publisher Brasil, 2007.

popular a Chávez, com exceção dos programas de variedades e das novelas, que levou seus apoiadores a migrar para os programas de notícias das redes estatais. Por seu lado, os opositores não eram afetados pelas ideias propagandeadas pelas redes estatais. As coberturas se transformaram em um diálogo entre iguais nos dois grupos. Para tentar livrar-se dessa situação, e temendo a manutenção de Chávez por longo tempo no poder, o discurso da Globovisión, Venevisión e Televen, sem abandonar a posição de oposição, arrefeceu – a Televen despediu inclusive a jornalista Marta Colomina, uma das líderes dos protestos populares pré-golpe. Recentemente a Globovisión entrou em atrito direto com Chávez, com ataques mútuos. A RCTV prosseguiu com um discurso opositor mais direto e sua concessão não foi renovada, encerrando suas transmissões em maio de 2007. Apesar de dentro das normas jurídicas, a não renovação da concessão sofreu duros ataques internamente e no exterior, pois caracterizou-se uma represália que, além disso, tem a capacidade servir de ameaça às outras redes que continuam a exercer oposição à Chávez.

Após a experiência do golpe midiático, Chávez passou a montar um aparato de comunicação e estruturou de maneira mais organizada um conjunto de canais estatais para contrapor a programação dos canais privados em quase todos os níveis de programação. A Venezuelana de Televisión (VTV) já existia antes do golpe – tendo inclusive seu sinal retirado do ar entre os dias 11 e 13 de abril –, mas recebeu importantes aportes financeiros após o golpe. Funcionou como fonte de contra-informação mantida pelo governo durante a greve dos petroleiros e o referendo revocatório. Outra emissora estatal, a Vive TV, é resultado direto dos acontecimentos de abril de 2002 e é uma emissora que promove a produção independente. Nasceu de uma emissora comunitária de um bairro da periferia de Caracas, Cátia, que fez uma cobertura alternativa dos eventos no período do golpe, dando voz àqueles que não apareciam nas redes privadas. A *TV Asamblea* foi criada em 2005 para cobrir as ações do poder Legislativo; com o boicote da oposição ao pleito de 2006, e a eleição de um Congresso 100% chavista, tornou-se uma emissora pró-Chávez. Completa o rol das emissoras estatais a Telesur, inicialmente elaborada para ser um canal internacional dos países do Sul, no bojo do processo de diálogo Sul-Sul e de integração continental, acabou sendo controlada pelo governo da Venezuela, que aporta a maior quantidade de dinheiro para seu funcionamento (pela divisão orçamentária, a Venezuela entraria com 50% do capital, a Argentina 20%, Uruguai, 15% e Cuba, 15%,

mas, com a dificuldade dos outros sócios, a Venezuela aporta cerca de 85% dos recursos).

Completam a grade de emissoras: a Valores Educativos TV (Vale TV), anteriormente a Televisora Nacional, que apenas retransmitia a programação da estatal VTV, mas antes do final do mandato de Rafael Caldera, em 1998, foi cedida à Igreja, que, pega de surpresa passou a operação para o Grupo Cisneros. Em 2005, o Estado exigiu a volta da operação pela Igreja; e a Meridiano TV, especializada em esportes, pertencente ao grupo canadense JumpTV.

A mídia imprensa na Venezuela não tem revistas de peso e é formada principalmente pelos jornais diários. Como entre as redes de TV, poucos são os veículos neutros, tendo a grande maioria assumido uma posição frente ao governo. Os dois jornais mais importantes são: *El Universal* e *El Nacional*. O primeiro, fundado em 1909, tem circulação de cerca de 90 mil exemplares, participa da oposição desde o início do governo Chávez. O segundo, que durante o *Pacto de Punto Fijo* exercia oposição aos partidos Copei e AD, no início do governo Chávez mantinha certa proximidade, mas logo passou à oposição, aproximando seu discurso ao do concorrente. De importância menor aparecem os dois diários da cadeia Capriles, o *Últimas Noticias*, o jornal de maior circulação, com média de 200 mil exemplares, com bastante apelo na classe média baixa e com pouca participação na polarização política, e o *El Mundo*, que enfrenta grave crise, entre outros porque ganhou um concorrente no nicho que atendia, os anti-chavistas, sem atender ao público chavista; o posto foi preenchido pelo *Tal Cual*, do ex-editor do *El Mundo*, ex-aliado de Chávez e ex-ministro do planejamento de Rafael Caldera, Teodoro Petkoff, que exerce atualmente uma oposição ferrenha a Chávez; o diário *Vea*, que, apesar de ser propriedade privada, assumiu uma linha claramente pró-Chávez, a ponto de a oposição acusá-lo de receber financiamento do presidente. Completam a lista o semanário *Quinto Día*, de posição neutra; o *Panorama*, diário nacional com sede em Maracaibo, de posição entre neutra e pró-Chávez; *El Nuevo País*, abertamente anti-Chávez; *La Hojilla*, versão impressa de um programa de televisão da VTV, pró-Chávez; o *The Daily Journal*, editado em inglês e dirigido ao público estrangeiro residente no país, tem posição neutra; além dos jornais regionais dos grandes centros urbanos (Maracay, Valencia, Barcelona). As principais revistas têm pouca penetração: a *Zeta*, pertencente a um dos interlocutores de Pedro Carmona durante o planejamento do golpe, Rafael Poleo, é anti-chavista, mas tem

assumido uma posição cada vez menos radical; e a Exceso, anti-chavista. Mais importante do que as revistas são os portais de internet na Venezuela. Os principais são o Venezuela Analítica (analítica.com) e o Descifrado (descifrado.com), que também tem uma versão impressa, ambos independentes, e a Agência Bolivariana de Notícias (abn.info.ve) e o Aporrea (aporrea.org), o primeiro oficial do governo, e o segundo, inicialmente independente e voluntário – com importante papel na cobertura alternativa dos eventos de abril de 2002 –, mas atualmente abertamente pró-Chávez e com administração totalmente institucionalizada.

A extrema polarização entre o governo e a mídia tem levado as associações de jornalistas e de jornais a pedir proteção na Corte Interamericana de Justiça. A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) reiteradamente coloca a Venezuela na lista dos países americanos onde a atividade jornalística é mais perigosa. A entidade, no relatório de sua 63^a Assembleia Geral, condenou expressamente o fechamento da RCTV e os ataques à Globovisión.

III.6 - A atuação da Venezuela no cenário internacional e o papel do Brasil

“El petróleo es un arma geopolítica, y estos imbéciles que nos gobiernan no se dan cuenta del poder de un país que produce petróleo”, Hugo Chávez – durante a campanha presidencial de 1998.⁵⁴ Essas palavras expressam a base da política externa de Chávez baseada no poder de barganha, de pressão e de atração que tem a Venezuela como um dos maiores produtores de petróleo do mundo. As estratégias para atingir seus principais objetivos em matéria de política externa (a construção de um mundo multipolar, a integração continental e a ampliação de sua influência regional, a diminuição da dependência dos Estados Unidos, e a exportação do modelo do “Socialismo do Século XXI”) são definidas a partir do petróleo, em uma relação cruzada entre as aspirações ideológicas da Revolução Bolivariana e as restrições à ação do governo que impõe a dependência da indústria do petróleo. A OPEP constitui assim o principal âmbito de atuação global de Chávez

⁵⁴ Kozloff, N. Hugo Chávez: Oil, Politics, and the Challenge to the U.S. New York: Palgrave MacMillan, 2006.

A construção de um mundo multipolar envolve uma oposição aberta à potência estabelecida, os Estados Unidos, a quem acusa de conspiração contra seu governo, especialmente após a tentativa de golpe de abril de 2002. As relações econômicas com esse país, entretanto, seguem fortes e crescendo. Em primeiro lugar porque nos Estados Unidos estão as instalações apropriadas para o refino do petróleo da Venezuela e aquele país segue comprando cerca de 60% da produção total do óleo venezuelano. Em segundo lugar, porque o excesso de reservas cambiais estimula as importações, especialmente daquele país. No campo ideológico, essa busca por um mundo multipolar – combinado com a tentativa de ampliar sua área de influência e exportar a revolução a alguns vizinhos – tem gerado desgastes a Chávez no campo internacional: houve incidentes com o Chile, com o Peru, com o México, recentemente com a Espanha e com a Colômbia, com a qual a relação é bastante tumultuada desde sua subida ao poder. Além das questões de delimitação de fronteira marítima, que existem desde 1964, as questões da guerra civil colombiana e o tráfico de drogas repercutem na Venezuela, bem como a ajuda norte-americana ao exército colombiano para o combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que aproxima geograficamente ainda mais a Venezuela de seu rival. O rol de alianças da Venezuela em busca dessa nova geografia mundial também lhe rende críticas, principalmente dos Estados Unidos.

Além da aliança e da colaboração econômica com vizinhos que buscaram soluções políticas semelhantes (Bolívia, Equador, Nicarágua e Cuba – com os quais formou a Alternativa Bolivariana para as Américas - ALBA) e com potências médias que lhe podem auxiliar nessa busca pela multipolaridade (principalmente China e Rússia – com a qual mantém contratos de compra de aviões e armamentos, frente ao embargo de venda de armas à Venezuela imposto pelos Estados Unidos a seus aliados – mas também Índia Brasil e Argentina), a Venezuela estabeleceu relações próximas com Estados em conflito com os Estados Unidos, e com o sistema internacional, especialmente o Irã, ademais de ensaios de aproximação com a Coreia do Norte e com a Líbia, e com o Iraque antes da invasão em 2003. Obviamente a maioria dessas alianças tem origem nas reuniões da OPEP, o principal fórum de atuação internacional da Venezuela, que tem trabalhado para reorganizá-lo.

A Venezuela também enfatizou sua relação intracontinental, especialmente com Argentina e Brasil, na busca de alternativas para encontrar destino para seu petróleo. Com a perspectiva de crescimento econômico desses países e

com a limitação logística das remessas de petróleo à Índia e China, e com as limitações comerciais para as remessas para a Europa, bem abastecida pela Rússia e Oriente Médio, a América do Sul representa mais do que um processo de integração política (a Venezuela pediu formalmente para compor o Mercosul, em 2006, quando saiu da Comunidade Andina de Nações, da qual fazia parte desde 1973, em razão de acordos assinados pelos países membros desse grupo com os Estados Unidos), representa uma alternativa comercial real para a substituição dos destinos de seu petróleo.

Em relação ao aumento de sua influência regional, além dos países que conformam a ALBA, a Venezuela assumiu contratos de venda subsidiada de petróleo com vários países do Caribe, e em relação à Argentina, desde 2005 vem comprando títulos da dívida argentina, com a última operação de US\$ 500 milhões, em novembro de 2007.

Chávez tenta ainda manter bons contatos com lideranças socialistas Europeias, como o prefeito de Londres. Sua atuação com o município de Nova York, quando vendeu diretamente à população do Bronx (também operou com Maine e Flórida), combustível de aquecimento não foi bem recebido pelas autoridades norte-americanas, que suspenderam o projeto.

A relação com o Brasil foi até 1992 cordial, mas distante, com alguns eventos de aproximação, como a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978, mas sem alterações relevantes. A relação com os Estados Unidos era o centro dos interesses internacionais da Venezuela. Em 1992, Itamar Franco inicia um processo de aproximação, com a Iniciativa Amazônica, durante Reunião do Grupo do Rio, o que é seguido por Rafael Caldera, a partir de 1994. Imersos em problemas econômicos internos e buscando atrair capital dos países desenvolvidos, Brasil e Venezuela continuaram se relacionando de maneira pouco incisiva, apesar de já haver pronunciamento naquela época sobre a possibilidade de a Venezuela passar a fazer parte do Mercosul.⁵⁵ Entre 1995 e 1997, o intercâmbio comercial até mesmo cai, com a queda das exportações de petróleo. A partir de 2002, entretanto, passa a ser construído um bom diálogo com o Brasil e também a haver uma franca expansão do fluxo comercial desde 2003, quando era de apenas US\$ 600 milhões. Em 2007, até outubro, o fluxo comercial chegou a US\$ 4,1 bilhões e o Brasil ultrapassou a China e a Colômbia, ficando atrás

⁵⁵ Vizentini, P. G. F. Venezuela e Brasil na Política Internacional: Um Ensaio Exploratório. In: Guimarães, S. P. (org.) *Brasil e Venezuela: esperanças e determinações na virada do século*. Brasília: IPRI/FUNAG, 1995.

apenas dos Estados Unidos, entre os maiores parceiros comerciais da Venezuela, que, por sua vez, entrou, em 2006, na lista dos 10 principais destinos das exportações brasileiras. O superávit de US\$ 3,5 bilhões para o lado brasileiro, principalmente em razão das vendas de automóveis e outros produtos manufaturados de alto valor agregado produzidos na Zona Franca de Manaus não preocupa, em vista da possibilidade de as contas se estabilizarem com as remessas de petróleo para a refinaria Abreu e Lima. A indústria petroleira e de petroquímicos é outra vertente do relacionamento entre Brasil e Venezuela, visto que o país possui vastas reservas e as empresas brasileiras (além da Petrobras, a Braskem tem investimentos na Venezuela) tem tecnologia, capital para investimento e, principalmente, não fazem parte do cartel de empresas identificadas pelo governo da Venezuela como antigos exploradores dos recursos do país. Chegou-se a cogitar a formação de uma empresa binacional, a Petrosur, com capital de Venezuela e Brasil (Petrobras e PdVSA), mas o plano não saiu do papel. Investimentos brasileiros na área de construção civil e infraestrutura também são significativos.

As principais razões para o aumento do fluxo comercial com o Brasil são: a) a complementaridade das economias, após o processo de aumento da produtividade agrícola e modernização da produção industrial brasileira nos últimos 20 anos; e b) as atitudes de solidariedade não especificamente com Chávez, mas com a democracia na Venezuela, que se iniciaram ainda em 2002, com o pronunciamento do Grupo do Rio em favor da ordem constitucional na Venezuela durante a tentativa de golpe de abril. Além disso, durante a greve geral do final daquele ano, o Brasil enviou ao governo cargueiros com gasolina para auxiliar o abastecimento da Venezuela. Tal relação foi coroada com a entrada da Venezuela no Mercosul em 2006, que, em que pese algumas críticas sobre a possibilidade de Chávez querer estender sua influência política ao Mercosul, significa um aporte de peso ao bloco, principalmente na área de energia. O processo de aprofundamento das relações comerciais com o Brasil segue em curso. Outros eixos de aproximação, além dos econômicos, são as questões amazônicas, de integração com o Mercosul e o diálogo de países Sul-Sul.

Por fim, vale ressaltar dois aspectos da Política Externa da Venezuela. O primeiro diz respeito ao litígio com a Guiana, sobre a região denominada Essequibo. Trata-se da herança da antiga disputa com o Reino Unido pela definição da fronteira entre a Venezuela e a Guiana britânica. A contenda inflamou-se depois que se descobriu ouro na região em litígio. Um tribunal

internacional, reunido por iniciativa dos Estados Unidos, deu parecer favorável ao Reino Unido, em 1899, mas a sentença nunca foi reconhecida pela Venezuela. Há indícios de que haja petróleo na região, o que dificulta as negociações. A região em litígio corresponde a cerca de 60% do território da Guiana. O segundo às críticas internas em relação à política de venda subsidiada de petróleo aos países da ALBA e do Caribe, bem como as relações bastante próximas da Venezuela com Cuba. Mesmo entre os eleitores de Chávez, existe a sensação de que o governante venezuelano concede muitas benesses nesses dois casos, visto pelos críticos como uma contradição com a situação interna de grande parte da população. Sobre esse aspecto vale ressaltar que a Venezuela mantinha durante a década de 1970 envios para ajuda internacional.⁵⁶

III.7 - Desafios da Venezuela no início do Século XXI

A população da Venezuela dobrou entre 1950 e 1971, quando chegou a ter picos de crescimento anual de 4%, passando de 5 milhões para 10,7 milhões de habitantes.⁵⁷ O mesmo processo ocorreu, embora de maneira mais lenta, entre 1977 e 2007, quando passou de 13 milhões para 26 milhões. Essa rápida alteração demográfica impõe uma série de desafios a qualquer governo naquele país, que foram potencializados pela crise por que a Venezuela passou nas décadas de 1980 e 1990.

A economia é baseada no petróleo, tem superávit de cerca de US\$ 40 bilhões, mas a atividade agrícola tem baixa produtividade e pouco peso na economia, representando cerca de 6% do PIB. A taxa de urbanização é uma das mais altas da América Latina, chegando a cerca de 90%. Apesar de o crescimento do PIB ter ficado em cerca de 17% em 2004, 7% em 2005 e 10% em 2006 (em grande parte devido à recuperação das quedas de 2003 e ao aumento dos preços do petróleo) a inflação é preocupante e é o principal problema econômico, sendo a mais alta do continente (em 2006, foi de 17%, tendo subido em relação a 2005 – para 2007, a estimativa do FMI é a de que subirá novamente para 21%, e para 25% em 2008), o que obrigou o governo a adotar medidas como uma reforma monetária, cortando três zeros

⁵⁶ París, E. T. *Venezuela y el Dios de los Borrachos: Semi-memorias*. Caracas, Editorial Libros Marcados, 2007.

⁵⁷ Nações Unidas, *Relatório de Avaliação: Ficha Venezuela*, jan./2001.

da moeda nacional, o Bolívar (Bs.), e a redução de impostos. A alta concentração da pauta de exportações no petróleo também é um desafio econômico, mas de caráter mais estrutural, de longo prazo. O desemprego, apesar de ter caído durante o governo Chávez de 15% para 8,3%, continua a preocupar, principalmente porque na faixa etária entre 15 e 24 anos, esse índice sobe para 17,7%.⁵⁸

A explosão demográfica, a instabilidade política e econômica, a péssima distribuição de renda, a alta taxa de urbanização, a baixa geração de postos de trabalho da principal indústria do país e o desemprego na população jovem gerou as condições para o aumento da violência urbana e da criminalidade. A taxa de homicídios na Venezuela é maior do que na Colômbia (57 a cada 100 mil habitantes, contra 37 a cada 100 mil na Colômbia) do que na cidade do Rio de Janeiro (45 a cada 100 mil habitantes), mais do que o dobro da média da América Latina, que já é a maior entre as regiões do mundo (25 a cada 100 mil habitantes), e 19 vezes maior do que a média mundial (3 a cada 100 mil habitantes). Mais do que o desemprego, a segurança é a principal preocupação dos venezuelanos⁵⁹. O tráfico de drogas está aumentando no país, principalmente porque passa a ser considerado boa rota alternativa para a produção dos cartéis colombianos.

⁵⁸ Instituto Nacional de Estadísticas, setembro/2007.

⁵⁹ Martiz, V. L. La inseguridad desplazó al desempleo como principal preocupación de los venezolanos. In: *El Tiempo* (Bogotá), 20 de septiembre de 2006.



Capítulo IV - Elementos da Cultura Política da Venezuela

IV.1 - A Baixa Produtividade

O tema mais recorrente das conversas entre os estrangeiros na Venezuela é a baixa qualidade dos serviços prestados, nos mais diversos setores, regiões e níveis de renda. Entre as manifestações mais comuns estão o baixo comprometimento com acertos e combinações, o baixo comprometimento com as regras formais ou informais estabelecidas, atrasos, pouca valorização das técnicas e procedimentos, baixa iniciativa. Tais características geram uma sensação bastante presente de baixa produtividade. Essa opinião é compartilhada não apenas por norte-americanos e europeus, eventualmente acostumados com sistemas sociais mais organizados e onde a cultura da valorização do trabalho foi implantada há mais tempo. Trata-se de uma opinião generalizada entre os estrangeiros na Venezuela. Tratava-se, ainda, de um levantamento subjetivo de pouco rigor estatístico, mas de valor simbólico significativo. Esse diagnóstico, entretanto, chamou atenção para a possibilidade de essa característica amplamente difundida na sociedade venezuelana ser mais do que um problema técnico de falta de treinamento de mão-de-obra. Levantou-se a hipótese de essa característica ser a ponta do *iceberg* de traços mais fundamentais e significativos da sociedade venezuelana.

O olhar estrangeiro não é *a priori* o mais acertado sobre os traços culturais de um país, especialmente no que diz respeito às causas dos

fenômenos sociais observados, mas ele pode captar indícios de uma identidade essencial, ainda que latente, de uma dada sociedade.

Na antropologia, a produção de trabalhos sobre a sociedade do próprio pesquisador é algo relativamente recente; a chamada antropologia urbana, por exemplo, é um dos resultados do processo de amadurecimento dessa área do conhecimento que foi gestada a partir do olhar estrangeiro, do olhar do outro, mas que buscou superar as limitações do período de formação da disciplina. A crítica à abordagem a partir do olhar estrangeiro residiu principalmente no fato de que ele trazia consigo uma depreciação da cultura objeto do estudo e, conseqüentemente, a valoração positiva da sociedade do pesquisador. O evolucionismo era o paradigma dominante. Depois do início evolucionista, a disciplina desenvolveu uma série de autocríticas e pôde libertar-se desse paradigma. Não se concebe um trabalho em antropologia contemporânea sem a preocupação em tratar desse aspecto (e isso não quer dizer que trabalhos com esse viés não sejam produzidos em grande quantidade dentro da antropologia contemporânea). Passada, entretanto, a euforia com a descoberta de que o outro próximo e a cultura envolvente do pesquisador também podem ser objeto de investigação e podem ser observados com o instrumental da antropologia, é possível, atualmente, voltar a produzir um trabalho de observação de outras culturas sem o peso do evolucionismo, atentando para o perigo da generalização excessiva, dos juízos de valor e das comparações depreciativas, ao mesmo tempo sem perder a maior vantagem do olhar estrangeiro: o do estranhamento.

Dessa forma, o aprofundamento teórico sobre o fenômeno da baixa produtividade observada na Venezuela não tem o objetivo de oferecer um julgamento de valor ou de comparar os aspectos da cultura política venezuelana com um modelo de sociedade, ou de democracia, como faziam os primeiros trabalhos sobre cultura política. Trata-se aqui muito mais de investigar que aspectos fundamentais da cultura política da Venezuela podem estar impressos nessa manifestação social tão comumente observada.

Além, entretanto, do olhar estrangeiro, havia o contato com os venezuelanos próximos para uma verificação da validade das observações. Também entre estes, o tema da baixa produtividade era abordado com frequência, tanto de forma jocosa quanto de forma identitária. Uma expressão da presença do tema no imaginário coletivo é a frequência com que aparece nas anedotas e, principalmente, nos programas de humor da televisão venezuelana dirigidos à audiência de baixa renda: enquanto no Brasil o tema

mais recorrente nesses programas é o tema da sexualidade – o tema da política começa a ocupar mais espaço à medida que a renda e escolaridade do público-alvo aumentam –, na Venezuela, nos dois programas (*Poniendo la Cómica* e *Rádio Rochela*) do canal de maior audiência, a extinta RCTV, bem como o programa de humor da Venevisión (*¡Qué Locura!*), mais de 50% dos roteiros dos esquetes faziam menção direta ou indiretamente a situações geradas pelos fatores que utilizo para designar a baixa produtividade: atrasos, baixo comprometimento, pouca valorização das regras. Em relação às anedotas populares sobre o tema, elas eram variadas e frequentes e, em mais de uma oportunidade, pude ouvir o próprio presidente Hugo Chávez contando anedotas em seu programa “Aló, Presidente” que faziam referência a esse tipo de situação ou característica.

Outra característica apontada pelos próprios venezuelanos consultados foi o baixo comprometimento com acordos, mesmo os formais. Atrasos e faltas nos mais variados tipos de compromissos, inclusive entrevistas de emprego, por exemplo, são comuns; planejamento prévio ou agendamentos são muito difíceis de serem eficazes, do mesmo modo que avisos prévios (e posteriores) dessas ausências ou atrasos não são comunicados com frequência.

A análise da organização espacial da capital também aponta alguns indícios, porém com o risco de ser algo pontual, que não expresse um conjunto generalizável de atitudes, a respeito da difusão de uma cultura de baixa produtividade e de baixo planejamento prévio. A cidade tem cerca de 3 milhões de habitantes e o número de semáforos organizando o trânsito e os cruzamentos, mesmo nas áreas mais movimentadas, é comparável a uma cidade de 200 mil habitantes em outros países, como Brasil e Estados Unidos. O resultado é um trânsito caótico em grande parte da cidade, mesmo fora dos horários de pico.

Esse material ensaístico e subjetivista, no entanto, ainda não se constituía em material formal. A partir dessas observações iniciais, entretanto, foram encontradas referências bibliográficas diretas àquelas impressões observadas. Na obra em que compila uma série de artigos sobre a sociedade venezuelana, o ex-chanceler Enrique Tejera Paris, pré-candidato a presidência em 2006, aponta, ainda de maneira ensaística, algumas características que considera presentes do senso comum nas diversas camadas sociais da população venezuelana. Entre elas, a crença de que o país é riquíssimo, o que levaria a uma leniência generalizada e à avaliação de que nada precisaria ser feito em

matéria de planejamento pessoal ou coletivo para se atingir um bom nível de vida no país; a difusão generalizada dos hábitos da procrastinação, do desperdício de tempo, da desorganização da informação e da impontualidade.⁶⁰

Outro exemplo recolhido em bibliografia de caráter ainda ensaístico foi o caso da suposta entrevista do editor do *Le Monde Diplomatique*, Ignácio Ramonet, publicada no dia 03 de março de 2002 no *El Nacional*, um dos dois principais jornais do país. Nela, Ramonet, que é um dos aliados de Hugo Chávez na Europa, atacava o presidente. A entrevista teria sido realizada por um jornalista mexicano chamado Emiliano Payares Guzmán. Quando soube da entrevista, Ramonet escreveu ao Nacional informando que aquela entrevista era uma fraude. O que ocorreu foi que o autor do texto era um estudante mexicano de jornalismo da Universidade Princeton que, utilizando um pseudônimo, havia testado os controles de vários jornais do Caribe e da Venezuela sobre o material publicado em suas páginas. Os editores do jornal nunca haviam ouvido falar do suposto jornalista, mas nenhuma verificação sobre a autenticidade da entrevista havia sido realizada. A entrevista era falsa. O *El Nacional* ainda tentou atacar o estudante, mas sua resposta foi taxativa: a entrevista fora totalmente inventada, para demonstrar a falta de rigor da imprensa caribenha, e da venezuelana em particular. Perguntava, a respeito do ataque verbal do jornal em suas páginas, que o havia acusado de faltar com a ética jornalística: a quem faltou preparo e ética? Ao que inventou a entrevista ou a quem a publicou levemente sem verificação alguma?⁶¹

Na área do serviço público, uma leitura bastante interessante é a que relaciona a instabilidade política venezuelana, com várias guerras e golpes de Estado, e a conseqüente rotatividade na burocracia ainda não profissionalizada com a baixa produtividade da burocracia estatal.⁶² Ao contrário do Brasil, que contou com uma elite burocrática unificada a partir do Segundo Império, que não era um estamento, mas de uma elite política formada em processo bastante elaborado de treinamento, a cuja formação se chegava por vários caminhos, o principal sendo alguns setores da burocracia, como a

⁶⁰ París, E. T. *Venezuela y el Dios de los Borrachos: Semi-memorias*. Caracas, Editorial Libros Marcados, 2007.

⁶¹ Rovai, R. *Midiático Poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo, Publisher Brasil, 2007.

⁶² Serrano, E. *La Racionalidad Burocrática y su Crónica Enemistad com los Tiempos Revolucionários*. In: Toribio, J. C. P. & Talavera M. E. (cord.) *La Cultura Política del Venezolano - I Coloquio Historia y Sociedad*. Baruta: Ed. Equinoccio, 2005, pp. 63-83.

magistratura, que permitia uma continuidade da instituição e também uma integração nacional, por meio das remoções para os vários pontos do Império.⁶³ A competitividade na burocracia já era, em meados do século XIX, motor da melhoria da burocracia.

IV. 1.1 - Alternativas teóricas

O problema da baixa produtividade, no entanto, persistia sem um aporte teórico sociológico apropriado. Economicamente, o conceito de produtividade está ligado à eficácia do trabalho, com a mensuração da quantidade de valor agregado por hora trabalhada ou por unidade de capital empregado na produção. Essa caracterização tem de levar em conta os custos de produção e de cada unidade bruta que entra no processo de produção (*input*) e o valor final do resultado do trabalho. Dessa forma, as estatísticas comparativas sobre produtividade apresentam muitas imprecisões, pois além de serem baseadas em dados dos próprios países, sofrem descorções referentes a a) ao setor de serviços (terciário e quaternário), cuja unidade de *input* é de difícil mensuração (não é possível computar o custo total da educação do trabalhador que executa um serviço), subestimando, assim, o valor do *input*; b) aos setores de alta tecnologia e de luxo, moda e design, cujo valor final por unidade de produção, seja hora ou capital, é muito alto, pela agregação de valor referente à marca, inovação e especialidade; aqui o valor do *output* gera a distorção; e c) ao setor de extração mineral, cuja unidade de *input* é próxima de zero, se diluídos investimentos iniciais. Nos dois primeiros casos, o valor da produtividade dos países desenvolvidos é superestimado, visto que concentram a produção de produtos de alta tecnologia, e de luxo, moda e design, além de produtos especializados. No terceiro caso, da exploração mineral, o valor da produtividade dos países com grande produção de petróleo é distorcido.

Essas distorções podem ser observadas no relatório da Organização Mundial do Trabalho de 2007, que recolhe e tabula os dados de 125 economias em relação às taxas de produtividade. Segundo esse documento, o grupo que teve a maior taxa de produtividade em 2006 foi aquele formado pelos países desenvolvidos, cuja média é de cerca de US\$ 63 mil por trabalhador por unidade/ano (calculado em relação ao valor da produção/

⁶³ Carvalho, J. M. *Teatro de sombras. A Política imperial*. São Paulo: Vértice, 1988.

hora multiplicado por um número constante para todos os países de horas/ano). O segundo grupo com maior taxa de produtividade é aquele formado pelos países do Oriente Médio, com média de cerca de US\$ 22 mil. Em seguida aparece o grupo dos países da América do Sul, com US\$ 19 mil, e o grupo da Europa do Leste, com US\$ 18 mil. Por esses dados, a produtividade média dos países do norte da África (produtores de petróleo) é 15% maior do que a do grupo dos países do leste da Ásia, com exclusão do Japão e Coreia. Se analisarmos os dados por país, a produtividade da Venezuela, segundo o relatório, é 60% maior do que a do Brasil. Aquela equivale a 40% da produtividade dos Estados Unidos (medida utilizada como referência para os dados por país) e a do Brasil, a cerca de 25% da produtividade média dos Estados Unidos⁶⁴. Levando em consideração as distorções das estatísticas sobre taxa de produtividade dentro da economia, não é possível utilizar os dados estatísticos para analisar o caso da Venezuela, tampouco para buscar elementos de compreensão para os elementos subjetivos adjacentes levantados até aqui.

Poderíamos ampliar o escopo da análise do conceito de produtividade pelo viés econômico, verificando o comportamento das componentes que concorrem para o aumento ou diminuição de dada produção nacional para podermos mensurar a produtividade de certo país sem as distorções apontadas anteriormente. Tais componentes, para avaliar a produtividade de maneira desagregada, ou sua variação no tempo, seriam: variação do valor de mercado dos produtos resultados do extrativismo, portanto dos preços globais dos minerais; aumento ou diminuição do capital bruto, portanto do investimento nos meios de produção; aumento ou diminuição do capital humano, portanto do nível médio de escolaridade e treinamento profissional; e aumento ou diminuição de quantidade de inovação, portanto do investimento em P&D; ou ainda aumento ou diminuição do câmbio, no caso de economias fortemente baseadas na exportação. Com exceção da primeira e da última componente, a melhora nos outros indicadores na Venezuela foi historicamente baixo. A porcentagem média do PIB investido na formação bruta de capital na infraestrutura, por exemplo, entre os anos de 1980 e 1991, na Venezuela foi de 0,6%, aumentando um pouco entre 1991 e 1998, quando a porcentagem média chegou a 1,13% (no Brasil, onde o investimento também é considerado

⁶⁴ International Labour Organization. *Key Indicators of the Labour Market Programme*. Geneva: International Labour Organization, 2007.

baixo, essas taxas no mesmo período foram sete vezes maior – 4,48% –, no primeiro período, e quase o dobro – 2,04% –, no segundo).⁶⁵ Em que pese a crise que se abateu sobre a Venezuela na década de 1980, no Brasil também houve recessão naquela década.

O problema de partir para a análise do comportamento de tais variáveis para tratar do tema da produtividade na Venezuela, além daquele inerente à própria limitação das explicações meramente econômicas para os fenômenos sociopolíticos, é a dificuldade em avaliar estatisticamente a relação entre as cinco componentes: em definir em que medida cada uma delas compensa a outra em termos agregados e se isso altera qualitativamente a produtividade ao longo do tempo e como. Esses questionamentos tornam a análise estatística um instrumento limitado, ou extremamente complexa e opaca, quando o objetivo é entender as relações entre fenômenos bastante diversos e, muitas vezes, subjetivos.

A busca por uma entrada formal sociologicamente apropriada para o tema da baixa produtividade começou a dar frutos a partir do momento que identificamos propostas de explicação para o fenômeno observado na Venezuela que sugeriam relações entre a baixa produtividade, e os fatores subjetivos adjacentes, com a fundamentação da economia do país em sua produção de petróleo. O exemplo mais expressivo de como o diagnóstico inicial tinha fundamento e poderia ser resultado, entre outros, do processo de desenvolvimento da economia petroleira apareceu na obra sobre a história do petróleo *The Prize: the epic quest for oil, money, and power*, de Daniel Yergin, no qual é contada uma passagem da vida de Juan Pablo Pérez Alfonso, o venezuelano que ajudou a fundar a OPEP: depois de exílio nos Estados Unidos, durante a ditadura de Pérez Jiménez, Pérez Alfonso voltou a Caracas em 1958 trazendo um carro britânico em sua mudança. O carro ficou durante dois meses no cais, sem que ninguém o avisasse de sua chegada. Depois de tomar conhecimento da chegada do carro, Pérez encarregou um mecânico para levá-lo para Caracas. O mecânico deixou fundir o motor do carro no caminho, porque, mesmo depois de o carro ter ficado tanto tempo parado, não revisou o nível do óleo antes de iniciar a viagem. Pérez Alfonso mandou um caminhão buscar o carro inutilizado e o deixou, corroído, no jardim de sua casa, para servir de “*a corroded, overgrown shrine and symbol of what he saw as the dangers of oil wealth for a*

⁶⁵ Relatório do Banco Mundial sobre investimento em infraestrutura, 1980-1998.

nation – laziness, the spirit of not caring, the commitment to buying and consuming and wasting...”.⁶⁶

A passagem abre caminho para a formulação da relação entre a dependência da economia em relação à produção de petróleo e os problemas de baixa produtividade observados, consubstanciada nos conceitos de *Dutch disease* e *oil curse*.

IV.1.2 - The Dutch disease e the oil curse

Dois conceitos econômicos dão sustentação à proposição de que as manifestações identificadas como baixa produtividade difundida na sociedade venezuelana podem ter fundamento em seu modelo de desenvolvimento baseado na extração do petróleo: os conceitos de doença holandesa (*Dutch disease*) e da maldição do petróleo (*the oil curse*).

A primeira diz respeito a uma relação entre o baixo crescimento do setor de manufaturas de um país com o crescimento acentuado da exploração de recursos naturais. Por essa teoria, um aumento de receita decorrente da exportação de recursos naturais ocasiona a desindustrialização do país devido à valorização cambial, que torna o setor manufatureiro menos competitivo aos produtos externos⁶⁷. O conceito recebeu esse nome porque essa relação foi utilizada para explicar o declínio acentuado das receitas de exportação da Holanda no final dos anos 1960. Naquele período, havia ocorrido uma escalada dos preços do gás natural, o que aumentou substancialmente as receitas de exportação da Holanda e valorizou o florim (à época, a moeda do país). O excesso de exportações de gás derrubou as exportações dos demais produtos por falta de competitividade internacional e estimulou a importação de produtos de bens de consumo.⁶⁸ É, porém, muito difícil quantificar em que medida essa relação ocorre e se a doença holandesa é a causa do declínio do setor manufatureiro, pois existem muitos outros fatores econômicos que concorrem para a geração dos fenômenos agregados. Além disso, em vários casos, a valorização da moeda local não ocorre, ou não se mantém após certo período depois da descoberta dos recursos naturais; ou,

⁶⁶ Yergin, D. *The Prize: the epic quest for oil, money, and power*. New York: Free Press, 1992.

⁶⁷ Gylfason, T. & Zoega, G. Natural Resources And Economic Growth: The Role of Investment. *Working Papers Central Bank of Chile*, nº 142, Central Bank of Chile, Febrero/2002.

⁶⁸ Sachs, J. & Warner, A. Natural Resource Abundance and Economic Growth. *National Bureau of Economic Research* (Cambridge), Working Paper 5398, December/1995.

ainda, há crescimento da industrialização no longo prazo, mesmo que talvez em menor escala do que em economias semelhantes.⁶⁹ Apesar de ser mais comumente usado em referência à descoberta de recursos naturais, o conceito também pode referir-se a qualquer desenvolvimento que resulte em um grande fluxo de entrada de moeda estrangeira, incluindo aumentos repentinos de preços dos recursos naturais, assistência internacional ou investimentos estrangeiros volumosos.

Uma variação do conceito, nomeado como *Political Dutch disease*, também passou a ser usado na ciência política para identificar a relação entre economias que dependem fortemente das exportações de determinado recurso natural e governos autoritários⁷⁰, mas há diversas exceções a essa aplicação, como a Noruega, o Chile e a própria Venezuela.

O conceito de *oil curse*, é outra variação do conceito da doença holandesa. É aplicado às economias baseadas em petróleo, portanto restringem o conceito, excluindo os movimentos de entrada de fluxo de recursos por outros fatores que não a exportação desse minério, mas o ampliam à medida que os efeitos aludidos não se limitam a questões econômicas ou de crescimento da indústria, passando a abarcar também outras consequências que seriam derivadas da dependência de uma economia da exportação do petróleo, como conflitos civis, desigualdade social, corrupção e instabilidade política. Trata-se de uma ampliação mesmo se compararmos com o conceito de *political Dutch disease*, já que implica em relações sociais que vão além das relações políticas. No tratamento estatístico da questão, os economistas encontraram dificuldades para estabelecer matematicamente relações entre conceitos muito abstratos, como nível de conflitividade, nível de confiança nas instituições, nível de corrupção e a dependência econômica do petróleo. Dessa forma, no campo da econometria, tanto o conceito de doença holandesa quanto o conceito de *oil curse* sofrem muitas críticas como fator de explicação dos problemas de crescimento econômico ou de instabilidade política de um país.

No caso da Venezuela, os defensores da validade dessas formulações sustentam que a lógica da indústria petroleira gerou uma série de desigualdades

⁶⁹ Alexeev, M. & Conrad, R. The Elusive Curse of Oil. In: *Terry Sanford Institute of Public Policy Working Papers*, (Durham), Duke University, 2005.

⁷⁰ Ross, M. Does Oil Hinder Democracy? In: *World Politics* (Baltimore), Johns Hopkins Univ. Press, n° 53, 2001, pp. 122-162.

estruturais na sociedade. A economia petroleira teria criado, especialmente em Caracas, uma nova classe média dependente do Estado e das rendas da indústria petroleira, enquanto a população da periferia pobre crescia, espalhando-se pela região que se estende à oeste da cidade. O setor petroleiro não estimularia a capacitação da população economicamente ativa, contrariamente a outras cadeias de produção que envolvem a participação direta ou indireta de diversos setores, como a indústria automobilística, e geram demanda por pessoal qualificado e a difusão dos resultados do crescimento no faturamento para diversas outros setores, como siderurgia, de vidro, têxtil, de serviços, infraestrutura, borracha (como se pode atestar ao analisarmos a região do ABC, no Brasil, ainda que seja em escala bastante menor). Essa concentração não atinge apenas o setor industrial, mas também o setor agrícola, que não é estimulado a oferecer uma alternativa de geração de renda. Do mesmo modo, sustenta-se que em economias de grande influxo de recursos externos derivados da exportação de petróleo, a demanda por inovação tecnológica endógena fica bastante reduzida.

A competitividade internacional dos produtos industriais, agrícolas e resultado de extrativismo da Venezuela, com exceção do petróleo, da sardinha e do cacau, é, realmente, baixo, do mesmo modo que o nível de importação de alimentos na Venezuela é historicamente alto – em 1984, por exemplo, chegou a 60% do consumo total. A participação da agricultura no PIB venezuelano em 1960 era de 50% e chegou a apenas 6% em 1998.⁷¹

Há problemas de disponibilidade de solo: apenas cerca de 20% do território é composto de terras agricultáveis (as estimativas para o Brasil, por exemplo, variam entre 25% e 50%, dependendo de como são consideradas as regiões da franja amazônica), pois há diversas áreas semidesérticas na porção norte do país, bem como áreas com baixo nível de insolação, mas também existe subaproveitamento das áreas agricultáveis, pois são utilizados para a produção agrícola apenas 10% dos cerca de 40 milhões de hectares disponíveis (no Brasil são cerca de 490 milhões de *ha*), mesmo com todos os estímulos à agricultura no atual governo. Também há problemas naturais de distribuição do acesso a recursos hidráulicos que prejudicam a produtividade da agricultura: cerca de 80% dos recursos hidráulicos disponíveis estão localizados em áreas ao sul do país, habitadas por apenas

⁷¹ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). *Ficha FAO sobre Venezuela*, 2002.

4% da população, com baixa produção agrícola, enquanto 92% da população vive nas áreas localizadas no norte semiárido, onde estão apenas 17% dos recursos hidráulicos.⁷² Em 2001, por exemplo, a Venezuela importou água potável do Canadá para o abastecimento de algumas cidades.

Além da verificação de algumas características que sustentam a afirmação de que o conceito de *oil curse* aplica-se à Venezuela, podemos verificar, na análise e comparação do processo de industrialização da Venezuela, o efeito da doença holandesa na evolução da participação da indústria na economia da Venezuela com alguma clareza. O processo de industrialização da Venezuela esteve sempre associado à ação do Estado e é um processo relativamente novo, iniciado apenas a partir da década de 1930. Os principais marcos desse processo são: a criação do Banco Industrial de Venezuela, em 1937; a criação do Plano Trienal (1938-1941), que ocorria na esteira do processo de substituição de importações obrigatória frente aos acontecimentos da 2ª Guerra Mundial; a criação da Corporação Venezuelana de Fomento, em 1946; a criação do Plano *Nuevo Ideal Nacional*, de 1952, sob a ditadura de Pérez Jiménez; a criação, em 1955, da Direção de Planejamento Industrial e Comercial; a criação da Oficina Central de Coordenação e Planejamento, em 1958, após a queda de Pérez Jiménez; o IV Plano da Nação, de 1970; o V Plano da Nação, de 1975. A partir de 1979, no entanto, os programas de fomento à indústria pelo Estado entraram em colapso com o aumento do déficit público e com a crise da dívida externa.

Os preços do petróleo ficaram relativamente estáveis até 1973, quando ocorre o primeiro choque do petróleo mais do que dobram. A partir daí, os preços iniciam uma subida relativamente gradual até 1979, quando há o segundo choque, e, novamente sobem exponencialmente, mais do que dobrando em relação a 1973. Dessa forma, podemos observar que, enquanto os preços se mantiveram relativamente estáveis, a participação da indústria no PIB da Venezuela cresceu de maneira constante, passando, de 9% em 1950, para 14,9% em 1960 e 20,2% em 1969. A partir de 1977, a velocidade de crescimento do Produto Industrial da Venezuela desacelera e, em 1981, ocorre pela primeira vez uma desindustrialização (queda de 2% no Produto Industrial).⁷³ Além disso, o êxodo rural, em busca de melhores oportunidades

⁷² París, E. T. *Venezuela y el Dios de los Borrachos: Semi-memorias*. Caracas, Editorial Libros Marcados, 2007.

⁷³ Banko, C. Industrialización y Políticas Económicas en Venezuela. In: *Cadernos do PROLAM/ USP* (São Paulo), ano 6, vol. 1, 2007, pp. 129-147.

na zona urbana, se acentuou, gerando queda na produção agrícola, como havia ocorrido logo após o processo de independência, na primeira metade do século XIX.

A partir desses números poderíamos estabelecer uma relação entre o aumento exponencial do fluxo de entrada de divisas em 1973 e 1979 para explicar, pelo menos em parte, a desaceleração do crescimento verificada a partir de 1977, e a queda do Produto Industrial, que se inicia em 1981, e validar o modelo explicativo baseado no conceito de *Dutch disease*.

Já em 1962, Jesus Prieto Soto levantou a questão sobre a possibilidade de o petróleo funcionar como um freio para os potenciais de desenvolvimento da Venezuela⁷⁴. Dois outros autores, entretanto, desenvolveram com mais detalhamento essa proposta de explicação da sociedade e da política venezuelana a partir da dependência do país em relação ao petróleo oferecendo análises mais abrangentes. O primeiro foi Diego Bautista Urbaneja⁷⁵, para quem a Venezuela tornou-se, com o desenvolvimento da indústria petroleira um Estado rentista, que não extrai recursos da sociedade nem para sua manutenção nem para redistribuição entre seus membros mais carentes. Os recursos para essas duas finalidades não são gerados pela sociedade, são extraídos de uma fonte que não exige a imposição de cargas e obrigações financeiras a seus membros, o petróleo. Essa situação criou uma cultura do privilégio e do subsídio, com cidadãos habituados a receber benesses do Estado sem a respectiva contrapartida,⁷⁶ gerou uma representação sem imposto, uma inversão do problema das colônias norte-americanas que exigiam representatividade no Parlamento Inglês, já que eram taxadas, às vezes com mais rigor do que os habitantes da metrópole. A abundância de recursos do Estado não apenas gera uma cultura de dependência⁷⁷, como também gera uma busca pelo controle dos excedentes orçamentários pelos diversos grupos políticos.

⁷⁴ Prieto-Soto, J. *El chorro. ¿Gracia o maldición?* Maracaibo: Universidad del Zulia, 1962.

⁷⁵ Trata-se de um intelectual homônimo ao candidato à presidência em 1843, aliado de José Antonio Páez.

⁷⁶ Urbaneja, D. B. *Pueblo y Petróleo em la Política Venezolana del Siglo XX*. Caracas: CEPET, 1992.

⁷⁷ Nas eleições de 2006, por exemplo, o candidato Manuel Rosales distribuiu cartões de débito, que, se ganhasse, seriam ativados logo após a posse com um crédito mensal para uso do portador. Era o *Mi Negra*, em referência à parcela da renda do petróleo a que todo cidadão faria jus na Venezuela.

Já Terry Karl produz uma interpretação do processo político-econômico da Venezuela onde aplica de maneira mais delimitada a proposta explicativa com base no conceito de *Dutch disease*, ou, em suas palavras, o paradoxo da abundância: o crescimento exponencial do setor petrolífero deprimiu os demais setores, o que levou, no longo prazo, a um processo de estancamento geral da economia, a uma hipertrofia do tema petrolífero na política, à expansão desmedida do Estado, gerando déficits correntes, e à resistência à mudanças estruturais por parte da maioria da sociedade beneficiada pelos gastos públicos. Esses fatores combinados explicariam a crise econômica do início da década de 1980 e a crise política do final da mesma década.⁷⁸

Ocorre, entretanto, que há outros fatores explicativos relevantes para as crises da década de 1980 na Venezuela, como a falta crônica de investimentos e a opção sempre presente de uma solução autoritária. As opções políticas dos diversos atores ao longo da década de 1990 ao mesmo tempo em que validam em parte as proposições de Karl e Urbaneja, demandam mais fatores de explicação. Defendo que esses fenômenos, e sua repetição na história da Venezuela, têm relação com a dependência com a indústria petrolífera, mas também são causados por outros fatores, que formam a cultura política da Venezuela, em parte estudados neste trabalho nos próximos eixos de análise. Além disso, o levantamento dos números agregados não oferece instrumentos suficientes para uma análise compreensiva da difusão da cultura da baixa produtividade não apenas no setor industrial, mas pelos diversos setores da sociedade. O tratamento da questão da baixa produtividade foi o mais complexo dentre os elementos levantados, visto que se fazia necessário um levantamento teórico inicial para determinar o enfoque correto sobre o tema, de alta carga subjetiva. Os elementos que se apresentarão a seguir puderam ser tratados com instrumental histórico-sociológico mais tradicional.

IV.2 - O militarismo

O militarismo reúne diferentes categorias: os militares profissionais; os chefes políticos personalistas, afeitos ao uso das armas e que exercem poder militar sobre seus comandados, predominam em sociedades rústicas ou em guerra, onde o exército profissional ainda não foi organizado são políticos

⁷⁸ Karl, T. S. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*. LA/Berkeley: University of California, 1997.

militares; e os militares pretorianos, uma combinação dos dois grupos anteriores: são oficiais das Forças Armadas com tendências à autocracia e ao personalismo, são os políticos militares.⁷⁹ Na Venezuela, no período da independência, os grupos dos caudilhos formava a classe militar. Ao longo do século XIX, entretanto, e, especialmente, na primeira metade do século XX, os militares pretorianos assumiram a liderança do militarismo, principalmente com o desaparecimento da última geração dos próceres da independência. Desapareciam assim os políticos militares (José Antonio Páez, o clã dos Monagas, Guzmán Blanco e Joaquín Crespo) para darem lugar aos militares políticos. Fazem parte deste grupo todos os líderes que dominaram a vida política da Venezuela entre 1899 e 1958 – Cipriano Castro, Juan Vicente Gómez, Carlos Delgado Chalbaud, López Contreras, Medina Angarita e Pérez Jiménez. O pretorianismo é identificado pela intervenção dos militares profissionais na vida política do país, quando a institucionalização dá lugar à participação direta. Nesse contexto, a institucionalização contrapõe-se à participação, no primeiro as regras do jogo é que valem; no segundo, o jogador é o ponto central da equação, e as regras podem mudar de acordo com as circunstâncias.

A partir de 1899, com a assunção de Cipriano Castro, o exército passa por uma modernização física e institucional, que se seguirá até o governo de Pérez Jiménez, terminado em 1958. Ainda em 1904, é criada a Academia Militar da Venezuela, para a formação unificada dos oficiais militares. Na gestão de Vicente Gómez (1908-1935), o exército passa por uma reforma profunda e se transforma no pilar de sustentação do poder político, tanto que Gómez governa por nove anos não na condição de presidente, mas na de comandante do exército.⁸⁰ Modernizado, o exército aumentava sua capacidade de repressão e controle e ultrapassava a condição de instrumento do poder para tornar-se a própria fonte do poder. Não é coincidência que vários sucessores presidenciais nesse período chefiavam o Ministério da Guerra ou da Defesa.

O processo de modernização institucional prossegue com López Contreras, que cria a Guarda Nacional, a Escola Naval da Venezuela e a Escola Militar da Venezuela, promulga o Código de Justiça Militar e a Lei Orgânica do Exército e da Marinha.

⁷⁹ Irwin, D. Reflexiones sobre el caudillismo y el pretorianismo en la Venezuela del siglo XIX. In: *Tiempo y Espacio* (Caracas), vol. 2, n° 4, julio/diciembre/1985.

⁸⁰ Ziemis, A. *El gomecismo y la formación del ejército nacional*. Caracas: Ed. Ateneo, 1973.

Esse processo de modernização gera no militarismo venezuelano uma crescente profissionalização, iniciando um tênue afastamento da classe militar do pretorianismo e do caudilhismo. Gestava-se no seio do militarismo a consciência de seu papel acessório da vida política. A tentativa de se implantar um regime democrático em 1945 contou com a participação de militares profissionais, mas foi abafada pelo pretorianismo, que reagiu e que ainda predominava dentro do alto escalão das Forças Armadas.

Em 1948, volta à cena a figura do pretoriano forte, com Chalbaud, que vinha das fileiras profissionais, mas tinha forte formação política, e Pérez Jiménez. Pelo menos em Chalbaud, o pretorianismo vinha acompanhado de um plano político que previa a existência de uma elite dirigente acima da média, que poderia promover um autoritarismo incluyente. Em situações de urgência, a institucionalidade deveria ser sacrificada, pelo menos temporariamente, em nome do pragmatismo, e voltar-se-ia à institucionalidade posteriormente. Para Pérez Jiménez, a institucionalidade tinha um valor um pouco menor.

A partir de 1958, o predomínio dos militares profissionais em detrimento dos pretorianos deu à Venezuela a possibilidade de viver sob uma democracia. A conquista do poder pelos civis, entretanto, foi garantida pelos militares, que ainda mantinham elevada participação em postos chave da vida política. Com o aumento da competitividade política e a disputa real entre os civis pelo poder, esses militares foram perdendo terreno.⁸¹

Entre as décadas de 1960 e 1980, o pretorianismo nas Forças Armadas esteve em baixa, com um alto grau de institucionalização e baixa demanda por participação direta, pelo menos no alto escalão. Alguns autores defendem que o pretorianismo acabou se identificando com as teses revolucionárias e essa tendência encontrou espaço apenas no baixo escalão. De fato, as principais demandas militares nesse sentido foram canalizadas para a formação de guerrilhas interessadas em ter mais participação na vida política, mas com associação à sociedade civil, já que os oficiais de baixa patente provinham de classes populares ou da “pequena burguesia”.⁸²

A partir da década de 1980, o pretorianismo atraiu muitos dos atuais personagens da política venezuelana. Eram jovens oficiais que passaram a se

⁸¹ Borjas, B.; Rodríguez, J. & Romero, J. E. Las relaciones entre el poder civil y el poder militar em Latinoamérica: el caso venezolano, 1958-1998. In: *Revista de Historia de América* (Ciudad de México), nº 125, 1999.

⁸² Garrido, A. *Guerrilla y conspiración militar en Venezuela*, Mérida: Ed. Venezolana, 1999.

organizar em células políticas: o Comitê de Militares Patrióticos, Bolivarianos e Revolucionários; o Partido da Revolução Bolivariana (PRV); o Exército Bolivariano Revolucionário (EBR); a La Causa R., depois transformada em partido político; e o Movimento Bolivariano Revolucionario-200 (MBR-200), que assumia o conceito de ação conjunta entre civis e militares.

Entre os militares que participaram desses grupos estavam Douglas Bravo, veterano das guerrilhas das décadas de 1960 e 1970; Francisco Árias Cardenas, futuro candidato a presidente e atual colaborador de Chávez, que inicialmente integrou o EBR e, depois, o MBR-200; e o próprio Hugo Chávez, primeiramente integrante do Exército de Libertação do Povo da Venezuela, ainda em 1977, e do PRV, alguns anos depois, tendo flertado com La Causa R. e, finalmente, formado o MBR-200, com a participação de Cardenas e de Raúl Baduel, futuro ministro da Defesa. Chávez e Cardenas disputaram a liderança entre os militares revolucionários e, finalmente, a partir de 1986, as teses de Cardenas, de continuar organizando um movimento de insurreição junto à sociedade civil, prevaleceram sobre as de Chávez, que queria que a insurreição começasse a tomar corpo também nas fileiras militares.

No final da década de 1980, o movimento de insurreição tinha duas lideranças, Cardenas, junto aos oficiais mais graduados, e Chávez, entre seus alunos da Academia Militar e de sua turma de oficiais. O alto comando das Forças Armadas acabou tomando conhecimento das ações de Chávez e ele foi enviado, em 1986, para um posto na fronteira com a Colômbia durante dois anos, como punição. Sua volta a Caracas foi tranquila e ele pôde continuar sua atuação política. Esse fator leva à avaliação de que oficiais de graduação elevada acobertavam as ações dos grupos de baixos oficiais envolvidos com atuação política, reforçando a tese de que o pretorianismo continuava a ter força nas Forças Armadas. A tentativa de golpe de 1992 ocorreu com pouca participação de civis. Após o fracasso de 1992, Chávez e Cardenas romperam. Após saírem da prisão, o primeiro radicalizou seu discurso e o segundo passou à vida política tradicional, no agora partido La Causa R. Chávez, primeiramente, tentou reorganizar o MBR-200, depois, com o auxílio de vários civis, passou a considerar a via eleitoral para a conquista do poder. Se bem o historiador Alberto Garrido sustente que a fórmula adotada por Chávez na montagem de seu governo: “governante-Exército-povo” tenha sido fruto da influência do marxista argentino Norberto Ceresole sobre o atual presidente⁸³, essa mesma fórmula pode ser encontrada, como se viu, em outros momentos da história venezuelana, quando

⁸³ Garrido, A. *Guerrilla y conspiración militar en Venezuela*, Mérida: Ed. Venezolana, 1999.

predominava o pretorianismo. A confiança na ilustração dos militares tem suas raízes já em Bolívar, que após a Independência, depositou sua confiança na “virtude armada” para montar a estrutura do Estado nascente.⁸⁴ Dos 177 anos de existência da nação venezuelana, pelo menos durante 130, o poder político esteve nas mãos de militares. Dos 52 presidentes, 35 eram militares ou estavam de fato subordinados a militares.⁸⁵ A tradição militarista, seja pela via do caudilhismo, seja pela via do pretorianismo sempre esteve presente na Venezuela.

A democracia tornou-se o paradigma dominante no Ocidente no século XXI, principalmente com as teses de fim da história e com a ação dos Estados Unidos frentes aos países árabes, mas o conceito aceita muitas versões. Assim, não é incompatível um sistema democrático conviver com o imaginário militarista. Alguns dados de *surveys* realizados no país, por exemplo, demonstram isso: o sistema democrático era o preferido por 87% dos eleitores em 1996, na mesma pesquisa, com respostas múltiplas, 26% dos eleitores também disseram preferir um governo militar, e outros 30%, preferir um líder político forte, sem especificação de sua origem, totalizando 56% que preferiam um governo possivelmente militar; em 2000, 94% diziam preferir a democracia, outros 23%, um governo militar; e 48% um líder político forte independente de sua origem, totalizando 71% aqueles que tinham preferência, também, por um governo possivelmente militar. A opção por uma saída autoritária convive perfeitamente com a “valorização da democracia”, pois se trata de um conceito bem definido apenas nos círculos bem informados da sociedade, admitindo, entretanto, no conjunto da população, uma série de combinações. Na mesma pesquisa, o exército foi a segunda instituição que mereceu a maior confiança na opinião do venezuelano perdendo apenas para a Igreja, tanto na onda de 1996, quando obteve 60% das menções, quanto na de 2000, quando obteve 64%. Já os partidos políticos, uma das bases do sistema democrático moderno, receberam apenas 14% das menções na primeira onda e 20%, na segunda.⁸⁶ A situação não é uma contradição absoluta, como pareceu a alguns autores, como Enrique Baloyra e John Martz⁸⁷, mas uma composição

⁸⁴ Caballero, M. et al. De la antimonarquía patriótica a la virtud armada: la formación de la teoría política del Libertador. In: *Episteme. Revista del Instituto de Filosofía* (Caracas), nº 5-6, 1986, pp. 9-40.

⁸⁵ Buttó, L.A. ¿Militarismo en Venezuela en los albores del siglo XXI? In: Irwing, D. (org.) *Militares y Poder en Venezuela*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2005.

⁸⁶ Inglehart, R. & Baker, W. Modernization, Cultural Change and the Persistence of Traditional Values. In: *American Sociological Review*, nº 65: 19-51, 2000. *World Values Survey Association, European and World Values Surveys Four-Wave Integrated Data File, 1981-2004*.

⁸⁷ Hillman, R. S. & D’Agostino, T. J. Partidos políticos, opinião pública e o futuro da democracia na Venezuela. In: *Opinião Pública*, (Campinas), vol.6, nº1, abril/2000, pp. 55-75.

dinâmica de uma avaliação manifesta com uma estrutura latente de pensamento de bases diferentes.

Chávez encarna essa complexidade de valores. Representa ao mesmo tempo a crença na democracia por parte de muitos, que têm diferentes modelos de democracia em seu imaginário, e a simpatia por um líder forte, por parte de outros. No poder, Chávez aparelhou o exército, promovendo 262 oficias de uma vez, a maior promoção de oficias da história do exército venezuelano, dos quais 52 generais, leais aos ideais bolivarianos. Além disso, montou uma rede de militares nos principais postos da República, entre eles vários ministros, diretores das empresas estatais, inclusive da PdVSA, e embaixadores no exterior. Com seu apoio, foram eleitos governadores militares de sua confiança em oito dos 23 estados.⁸⁸ Pela via legislativa, passou para a competência exclusiva do Executivo a nomeação e promoção de oficias. Além disso, promoveu a modernização dos equipamentos militares, comprando 24 caças Sukhoi e 100 mil fuzis da Rússia e planeja uma planta de produção de fuzis russos Kalashnikov na Venezuela. Criou, ainda, duas novas forças militares: a Reserva Nacional e a Guarda Territorial, para combater uma eventual invasão estrangeira. Essas novas tropas (no caso da Reserva Nacional não há aquartelamento, apenas a apresentação uma vez por mês para o controle do Comando, com o reservista seguindo sua vida civil normalmente), são leais ao presidente e apartadas da cadeia de comando das Forças Armadas, estando ligadas diretamente a Chávez. A equação militarismo-democracia é compreendida normalmente pelo pensamento político do venezuelano, pois sintetiza a modernidade do discurso da democracia, com estruturas de significação profundas e, por vezes, atávicas – reaparecendo após um período de hibernação latente – no campo político.

IV.3 - O culto a Bolívar

Simón Bolívar nasceu em Caracas, em 1783, em uma família aristocrática, proprietária de minas de ouro e prata. Seu pai morreu três anos depois, e sua mãe logo em seguida, quando ele tinha nove anos. Após a morte da mãe, ficou sob a tutela de um tio, Carlos Palácios, sendo cuidado pela ama da família, a Negra Hipólita, que ficou sendo sua segunda mãe. Sua formação

⁸⁸ International Crisis Group. Venezuela: Hugo Chávez's Revolution. In: *Latina America Report* (Brussels), n° 19, february/2007.

esteve a cargo de dois tutores e mestres: Simón Rodrigues e Andrés Bello. Aos 14 anos, ingressou numa escola militar. Dois anos depois, viajou à Europa para finalizar os estudos. Havia dez anos da Revolução Francesa, e ele entrou em contato com as obras dos autores iluministas que influenciaram tanto a Revolução Francesa quanto a Independência dos Estados Unidos.

Em Madri, com 17 anos, conheceu a futura esposa, Maria Teresa, voltando à Venezuela um ano depois, já casado. Ficou viúvo aos 20 anos, e voltou à Europa no ano seguinte. Nesse período entra em contato com Francisco de Miranda, que estava organizando os levantes de 1806 e se tornam amigos e aliados. Líder das guerras de independência, Bolívar participou da “libertação” da Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia e Peru, tornando-se, em 1819, o presidente da Venezuela e, logo depois, da Grã-Colômbia, até 1830, pouco antes de morrer de tuberculose. Apesar das mitificadas campanhas militares, o final de seu governo é melancólico, enfrentando dissidências internas, a fragmentação da Grã-Colômbia, o isolamento e, por fim, a renúncia, em 1830.⁸⁹ Apesar disso, seu nome passou a se tornar muito popular logo após a sua morte, inclusive na Europa. Tanto na Europa quanto nos outros países da América, inclusive nos Estados Unidos, essa popularidade limitava-se à admiração dos estrangeiros pela bravura e coragem do líder político sul-americano, do “libertador”, que valeu inclusive o erguimento de estátuas em sua homenagem em Washington D.C., em Nova York (no *Central Park*), em Miami, em Londres. Na Venezuela, entretanto, o fenômeno adquiriu características de mito. Ademais de figurar em todas as cidades do país uma estátua de Bolívar e uma praça central com seu nome, foi incluído no nome oficial do país o adjetivo Bolivariana, em referência ao “libertador”.

Inicialmente o culto à figura de Bolívar foi espontâneo, sua biografia, sua morte logo depois de sair da presidência, antes de exilar-se, o fato de não ter deixado filhos (seu único sobrinho do sexo masculino morreu durante as batalhas de independência, em 1817), ajudaram a compor uma figura adorada pela população. Essa penetração popular foi rapidamente assimilada pelos líderes políticos venezuelanos. No início, os próceres mantiveram certo distanciamento, visto que muitos deles forçaram a saída da Venezuela da Grã-Colômbia, ainda sob a presidência de Bolívar, mas à medida que José

⁸⁹ Carbonell, D. *General Simon Bolívar, Libertador-Presidente de la República de Colômbia. Autobiografía*. Buenos Aires: Imprenta López, 1945.

Antonio Páez percebeu a utilidade de utilizar sua proximidade com o “libertador”, passou a colher os louros.

A formação do mito Bolívar começa a partir dos relatos superlativos de suas qualidades. Os testemunhos dão conta um personagem absolutamente infalível e insuperável, tal como ocorre na formação da maioria dos mitos, em várias áreas da atividade humana, desde as da guerra e do Estado até as humanísticas e artes. Esse traço da imagem de Bolívar, segundo Germán Carrera Damas, complementa um traço geral da personalidade coletiva da Venezuela: a necessidade de uma identidade forte, para fazer voltar um tempo mítico em substituição a um período de baixa autoestima e crise após a depressão pós-conquista da independência. A figura de Bolívar podia ser apresentada como essa volta ao passado glorioso.⁹⁰

Uma segunda versão do mito transforma Bolívar no herói-meta, com a edição no discurso mitológico daquelas qualidades inverossímeis, e com a construção de um modelo palpável, mas ainda muito superior ao homem médio. Tratava-se de um ser humano, portanto próximo aos adoradores, mas de estirpe especial, que detinha uma aura única. Essa versão buscava atender a uma abrangência maior do público. O mito de Bolívar precisava proteger-se da dúvida sobre a veracidade do próprio objeto do mito. Em uma complexa engrenagem, o mito se fortalece porque representa algo muito maior do que o cotidiano, entretanto, o processo de manutenção do mito exige sua utilização nesse mesmo cotidiano. O mito Bolívar conforma uma estrutura histórico-ideológica que permitiu projetar os valores derivados da figura do herói em todos e em cada um dos que dele partilham; todos os campos da vida cotidiana podem referir-se ao mito, especialmente a política. É patente a utilização da imagem de Bolívar pelos líderes políticos venezuelanos, que precisam elaborar refinamentos do material bruto, que é sua biografia, mas, além disso, o mito se sustenta em um clamor popular sem prevenções nem críticas.⁹¹

Por esse motivo, a mitificação de Bolívar foi identificada com os líderes personalistas e, durante o período democrático, as lideranças políticas procuraram minimizar seu papel como herói nacional. A retomada de sua imagem por Chávez, entretanto, reacendeu o mito e colocou em marcha contra-propagandistas empenhados em oferecer uma leitura negativa de

⁹⁰ Damas, G.C. *El culto a Bolívar*. Caracas: Alfadil, 2003.

⁹¹ Iturrieta, E. P. *El divino Bolívar: ensayo sobre una religión republicana*. Madrid: Catarata, 2003.

Bolívar, ou, pelo menos, que explore as contradições da atual utilização de sua imagem.

A primeira delas é a exploração das críticas erigidas por Marx contra Bolívar. Procura-se demonstrar que aproximar as duas figuras não é coerente com as avaliações de Marx sobre o líder venezuelano. Entre as principais acusações estão sua origem aristocrática e o elitismo em que foi educado; a contratação de exércitos mercenários, sem compromisso com a formação do Estado, a serviço de potências imperiais que queriam prejudicar o poderio da Espanha no continente americano (especialmente ingleses); os erros militares que ocasionaram várias derrotas para as forças realistas; as retiradas, indignas de um estadista; e a traição a Francisco de Miranda para conseguir salvar-se, obtendo salvo-conduto para Curaçao em 1812, após a capitulação frente às tropas reais.⁹² O problema aqui não é a veracidade dos fatos, comumente aceitos pelos historiadores como verdadeiros, mas a fonte da qual partem as críticas. Como parte da estratégia de Chávez é construir um amálgama entre as imagens de Bolívar, do catolicismo e do indigenismo com as teses marxistas, reunindo assim, vários valores presentes na vida do venezuelano médio com as o socialismo, quando são apontadas as contradições entre Bolívar e Marx, não se está atacando Bolívar, mas a construção simbólica do Socialismo do Século XXI.

A segunda contradição refere-se à admiração de Bolívar pelos Estados Unidos – não tanto pelo sistema federativo, que considerava débil, mas pela ilustração moral de seu povo. No discurso dos anti-chavistas, a simpatia de Bolívar pelos Estados Unidos demonstraria outra contradição do Socialismo do Século XXI: bolivariano e anti-americanista. Explicitar as relações entre os Estados Unidos e a Venezuela – com a recuperação, por exemplo, das investigações sobre a utilização de uma moeda de nome dólar nas colônias espanholas no século XVII antes mesmo de sua assunção pelos Estados Unidos⁹³ – passa a ser um argumento anti-Chávez.

Em ambos os casos, a utilização das críticas de Marx e a aproximação de Bolívar com o ideário republicano norte-americano, não há propriamente uma crítica ao modelo, mas ao discurso político do regime, em vias de tornar-se socialista. Falham, nesse sentido, em a) apontar as contradições de o bolivarianismo socialista venezuelano ser apoiado sobre as rendas provenientes

⁹² Marx, K. *Bolívar y Ponte*. Ed. Sequitur, Madrid, 2001.

⁹³ Sumner, W. G. The Spanish Dollar and the Colonial Shilling. In: *American Historical Review* nº 3, July 1898, pp. 607-619;

do mercado internacional do petróleo – capitalista por excelência; e b) apontar não a contradição de uma relação histórica de dois séculos com a oposição política atual, mas a diferença qualitativa das imagens dos dois “libertadores”: nos Estados Unidos, a figura de George Washington, por exemplo, é admirada e recebe as deferências como um dos líderes do processo de independência, mas lá não houve a formação de um mito personalista sobre sua figura, que o relacione a um governo forte e, por vezes, na história na Venezuela, autoritário. É certo que os Estados Unidos passaram da condição de colônia à de colonizadores, e o mito de um “libertador” não lhes é útil, mas, e principalmente, as regras do jogo estabelecidas ao longo do processo histórico norte-americano e a opção por sua manutenção suplantaram em importância, na cultura política dos Estados Unidos, a imagem de Washington. Os pais fundadores mantêm seus espaços na mitologia política norte-americana, mas este espaço é muito menor do que o reservado à validade das regras do jogo na política interna.

O processo de mitificação aqui exposto não ficou restrito à figura de Bolívar. Ao mesmo tempo em que as lideranças aproximavam sua imagem da do “libertador”, também promoviam sua própria mitificação. Foi assim com José Antonio Páez, como o grande herdeiro, com Juan Vicente Gómez, com a imagem de pacificador e modernizador do país, de Pérez Jiménez, como o renovador da Venezuela. O processo de mitificação da história oficial também foi utilizado para “dourar a pílula” do período democrático, 1958-1998, ainda que não com aproximação à imagem de Bolívar. Podemos perceber, assim, que a utilização política e ideologia da imagem de Bolívar por Chávez não é original ou pioneira: já faz parte da história política da Venezuela e conforma mentalidades, como um elemento da cultura política, desde a morte do “libertador”.

IV.4 - A radicalização dos discursos

O discurso político na Venezuela é ríspido e rude. Não apenas das lideranças populares, mas também dos líderes da oposição. O adversário político é visto como um inimigo de vida ou morte, cujas crenças e valores não são compartilhados. Não há acordo sobre as regras do jogo, o que faz com que todas as partes fiquem receosas de cumprir a sua parte no pacto social, mantendo-se na defensiva, mesmo que muitas vezes a única tática defensiva disponível seja o ataque. Essa polarização ocorre por diversos

motivos, mas o principal são as clivagens internas que se sobrepõem de maneira linear, polarizando o país.

Em todas as sociedades existem clivagens que dividem simultaneamente a sociedade – relativas a diversos aspectos da vida social, os brancos e os negros, os de baixa renda e os de alta renda, os liberais e os comunistas – mas, nas sociedades complexas e dinâmicas, essas divisões se sobrepõem de forma não linear, gerando espaços de intersecção, onde é possível uma série de conciliações em detrimento das diferenças; sociedades onde a classe média é numerosa tendem a ser mais estáveis exatamente por esse fator. Diferenças e identidades convivem, pois a gama de interesses é diversificada, gerando uma disputa pela lealdade social do indivíduo aos grupos que se subdividem e se combinam até a medida da complexidade da sociedade. O resultado é um cidadão inserido de maneira crítica na complexa rede social, com experiências variadas o suficiente para reconhecer e lidar com a diferença sem enxergá-la como um sinal de um antagonismo severo. O problema ocorre quando as clivagens sociais se sobrepõem de maneira linear, gerando poucas intersecções entre os diferentes grupos, o isolamento e a baixa integração de membros de um e de outro campo que compartilhem pelo menos alguns valores ou realidades comuns em outras áreas da vida. Tal situação acaba por polarizar a sociedade. Defendo que é exatamente essa a situação que foi gerada na Venezuela, principalmente a partir do advento da indústria do petróleo, que, aliado a um histórico de violência na luta pelo poder levado a cabo tanto por caudilhos, ou políticos militares, quanto por pretorianos, ou militares políticos. A divisão em classes sociais apartadas foi tão profunda, que essa diferenciação passou a determinar as outras diferenciações sociais possíveis e não a disputar com elas. A análise da divisão entre eleitores de esquerda e direita na Venezuela revela uma identidade com a condição sócio-econômica muito maior do que em outros países⁹⁴ – do que no Brasil, por exemplo – revelando o que chamo de polarização extremada da sociedade.

A base da economia e do orçamento estatal da Venezuela é a renda da indústria petrolífera, seja com os rendimentos derivados da propriedade e extração direta, seja dos rendimentos relativos ao recolhimento dos impostos sobre a produção de propriedade privada. Os altos preços relativos do

⁹⁴ Vargas, A. & Reverón, Z. Intención de Voto Revocatório. In: Toribio, J. C. P. & Talavera M. E. (cord.) *La Cultura Política del Venezolano – I Coloquio Historia y Sociedad*. Baruta: Ed. Equinoccio, 2005.

petróleo auxiliaram um processo de crescimento e desenvolvimento, mas a lógica da indústria petrolífera gera uma série de desigualdades sociais estruturais no seio da sociedade. A PdVSA, por exemplo, é a empresa de maior faturamento da América Latina⁹⁵ entre as 500 maiores, enquanto isso, nessa mesma lista, menos de 5% das empresas são da Venezuela e a maioria delas aparece no último quinto da lista, ou seja, entre as posições 400^o e 500^o. Vemos que, mesmo entre as grandes, o grau de concentração de renda, e consequentemente de poder, nas mãos da indústria do petróleo na economia venezuelana é extremamente alto. Ao mesmo tempo, pela própria natureza da atividade, a indústria petrolífera gera relativamente poucos empregos por unidade de capital investido.

À extrema concentração e à característica baixa geração de empregos da indústria do petróleo, foram acrescentados outros dois fatores, que contribuíram para a deterioração das condições de vida de grande parte da população: a) a irresponsabilidade na gestão dos recursos gerados com a exportação do produto – em 1976 a produção de petróleo foi totalmente nacionalizada e mesmo assim, prosseguiu a situação de penúria da população, principalmente ao longo da década de 1980; e b) a explosão demográfica urbana por que passou a Venezuela no século XX.

Entre 1920 e 1939, a população de Caracas, por exemplo, dobrou, dobrando novamente no período que vai até 1950, e triplicando no período que vai de 1950 a 1971. A economia petrolífera criou uma nova classe média dependente do Estado e das rendas da indústria petrolífera, enquanto a periferia pobre passou a se estender, ainda na década de 1970, para a região oeste da cidade.⁹⁶ O resultado é que quase 40% da população de Caracas vive no limiar da pobreza, e a economia informal é um fenômeno bastante comum na cidade, como em outras cidades da América Latina, e, apesar de as taxas de desemprego oficiais serem de apenas um dígito (8,3%), as estimativas apontam cerca de um terço da população economicamente ativa da cidade atuando na informalidade.

Entre 1940 e 2007, a população total do país passou de 4 milhões para 26 milhões (aumento de 550%; no Brasil, no mesmo período, o aumento foi de cerca de 380%). Esse crescimento foi gerado pela combinação de altas

⁹⁵ Revista América Economía – Ranking de las 500 mayores empresas de América Latina, julio/2006.

⁹⁶ Chossudovsky, M. *La miseria en Venezuela*. Ed. Vadell Hermanos, 1977.

taxas de natalidade com a diminuição sustentada da mortalidade infantil e, também, com os processos de imigração, que cresceram relativamente mais do que a taxa de crescimento vegetativo (a subtração do total de mortes do total de nascimentos), aumentando a participação dos estrangeiros na composição da sociedade, na década de 1950 e depois entre 1970 e 1990. Os imigrantes do primeiro período vieram, principalmente, de Portugal, Colômbia, Peru, Equador e Itália, além de alemães e árabes. Durante esse período, a imigração foi muito bem recebida pela população venezuelana. Os estrangeiros representavam 4,1% da população total da Venezuela em 1950. Em 1971, representavam 5,5%. Em 1980, eram 7,4%, passando a cair a partir de 1990, quando totalizaram 5,7% da população. Na década de 1990, a composição da origem dos imigrantes foi alterada e 70% foram oriundos da América Latina e do Caribe, em especial da Colômbia, representando 51,7% do total de estrangeiros, seguidos de peruanos, equatorianos, bolivianos, dominicanos, guianenses e haitianos.⁹⁷ A imigração brasileira é pequena, representando nesse período apenas 0,63% dos latinos americanos e 0,41% do total de estrangeiros que imigraram para a Venezuela.

A economia petroleira combinada com o fenômeno demográfico, aprofundou uma estrutura social e um processo de desenvolvimento caracterizado por grandes desigualdades: entre a produtividade do setor petroleiro e a dos setores não petroleiros; entre o desenvolvimento das zonas rurais e das urbanas; entre as diferentes faixas de renda. A produção do petróleo sufocou a diversificação industrial. Enquanto o setor petroleiro experimentava recordes sucessivos de produção, e em alguns momentos também de rentabilidade, o restante da sociedade ou vivia das benesses do Estado, ou amargava sérias dificuldades. Nos períodos de crise do setor do petróleo ou do Estado (ainda que as receitas petroleiras continuassem a ser altas) a situação geral deteriorava muito rápido. Os números do período de 1980 a 1998, demonstram a profundidade da crise: a porcentagem de famílias vivendo abaixo da linha de pobreza passou de 22% em 1980 para 42% em 1997 (e a 48,6% em 2002); e a de famílias vivendo abaixo da linha de indigência passou no mesmo período de 7% para 17% (chegando a 22% em 2002).⁹⁸ A crise da década perdida foi muito mais grave na Venezuela do

⁹⁷ Sarmiento, G. S. *Diagnóstico sobre las migraciones caribeñas hacia Venezuela*. B. Aires: PLACMI-OIM, 2000.

⁹⁸ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama Social da América Latina*. 2007.

que no Brasil; o PIB decresceu em média 1,3% entre 1980 e 1985, e boa parte da infraestrutura construída nas décadas de 1960, 1970 e 1980 não recebeu manutenção adequada durante o período de crise econômica e ficou deteriorado – em março de 2006, por exemplo, caiu um viaduto da estrada que liga Caracas a La Guaira, onde fica o Aeroporto Internacional. Inundações e deslizamentos de terra colocam em situação de risco grande parte da população de Caracas e entorno, como o desastre que atingiu a cidade de La Guaira, conhecido como Desastre de Vargas, onde morreram entre 30 mil e 50 mil pessoas, em 1999.

A deterioração da situação socioeconômica, aliada à resistência da população em abrir mão dos poucos subsídios estatais que restavam ao final de dez anos de crise, inflamou um ambiente já naturalmente explosivo pela presença do pretorianismo/militarismo no imaginário popular. O *Caracazo*, em 1989, foi uma explosão civil, mas com ramificações em vários setores da sociedade, inclusive os militares, e significou a expressão da polarização da sociedade, que via na estrutura partidária o seu antípoda. A tentativa de camuflagem das fissuras sociais pelo frágil consenso político entre os partidos não suportou o esgarçamento social, que expôs de forma explícita a polarização do país em apenas dois grupos que não mais se comunicavam: os beneficiários diretos da estrutura do Estado, o que incluía uma classe empresarial pouco competitiva, os altos burocratas, os gerentes e diretores da PdVSA e os dirigentes das centrais sindicais, procedentes das fileiras dos dois principais partidos. O resto da população compunha outro estamento totalmente apartado, com poucos pontos de contato com o primeiro, já que as clivagens sociais passaram a se alinhar, conformando apenas dois grandes grupos.

Uma das fissuras que dão base a esse conflito social é, na verdade, mais uma percepção coletiva do que uma componente marcante na sociedade venezuelana. Trata-se do discurso étnico. Apesar da ausência de diferenças étnicas muito acentuadas no seio da população venezuelana – 70% da população é composta de mestiços –, tal discurso acaba sendo utilizado como substitutivo funcional em vários conflitos.

Na Venezuela não há uma maioria étnica que esteja sob jugo de uma elite minoritária claramente definida. Existem diferenças econômicas entre os diversos grupos étnicos, mas essas diferenças não chegam a ter peso político específico especialmente porque a miscigenação na Venezuela foi muito grande e não há guetos numerosos. Isso não implica que não haja

diferenças significativas entre o nível de renda entre os diferentes grupos étnicos (assim como no Brasil, essa diferença existe), mas esse fator não chega a gerar uma identidade étnica politicamente significativa. Essa ausência da componente étnica no núcleo central da política (diferentemente da Bolívia, do Peru e do Equador) força as lideranças políticas a combinar essa percepção com outros fatores para forjar uma identidade que sirva de base para suas plataformas políticas, tanto entre as lideranças populares quanto nas lideranças anti-Chávez (uma expressão dessa utilização são as ridicularizações mútuas: “hordas” e “feios”, para a designação dos chavistas, e “esquálidos” para a designação da elite político-econômica). Como o discurso étnico atua como elemento alegórico de outras clivagens, principalmente a econômica, a classe média, espremida entre os grupos extremados, ficou sem cor, ainda que sua mestiçagem seja tão evidente quanto à das “hordas” e também a dos “esquálidos”. O discurso étnico não pode ser expresso de maneira tão clara e peremptória como nos vizinhos sul-americanos, mas se constitui em fonte corrente de significações, legitimidade e, principalmente, conflitividade.

O discurso indigenista foi integrado ao rol das clivagens sociais existentes: caraquenhos e interioranos; estrangeiro e venezuelano, visto que a simpatia verificada até os anos 1980 deu lugar a uma atitude menos receptiva; moradores dos morros e moradores das “urbanizações” de classe média e alta; militares e civis; chavistas e antichavistas. Na composição de Chávez, o apelo ao indigenismo busca recuperar um socialismo mítico⁹⁹. O apelo ao imaginário tenta superar estruturas concretas e construir uma nova realidade. Em primeiro lugar, sociedades indígenas não são “socialistas” ou “marxistas”. Funcionam, na verdade, sob outros paradigmas de cognição tanto em relação à propriedade privada quanto a outros aspectos da vida social. Além disso, não há uma identidade indígena clara na Venezuela. É, no entanto, precisamente por isso que esse elemento é mais eficaz na construção de um discurso conflitivo: nenhum dos atores políticos relevantes faz parte do grupo de indigenistas autênticos (como no Equador e na Bolívia), então não há contestação, apenas a assunção do discurso como verdadeiro. Sem contraponto concreto, a população que não está nas fileiras da elite passa a se enxergar como “indígena”, explorada, como nos tempos da colônia. De tão eficaz, o discurso é comprado também pelos opositores – os pobres

⁹⁹ Chávez, H. *El discurso de la unidad*. Caracas: Ediciones Socialismo del Siglo XXI, 2007.

passaram a ser também índios, na auto definição, e feios, na definição do grupo opositor.¹⁰⁰

Não é isso que está ocorrendo com a tentativa de utilizar o catolicismo como parte do amálgama que conforma o discurso do Socialismo do Século XXI. Do mesmo modo que o indigenismo, Chávez sustenta que o catolicismo primitivo seria precursor do socialismo, utilizando vários símbolos da Igreja Católica, como o crucifixo, em seus discursos. A avaliação é a de que politicamente isso seria eficaz, visto que o catolicismo é a religião de 96% dos venezuelanos – supostamente um ótimo ambiente para a construção do consenso. O problema nesse caso é que a religião católica funciona não somente como o ambiente do consenso, onde, como na utilização do mito Bolívar, há um clamor sem prevenção nem crítica. Pelo contrário, no interior do catolicismo na Venezuela, exatamente por sua abrangência, é possível encontrar diferenças naqueles que partilham de fortes valores em comum. O catolicismo funcionaria, assim, como o espaço daquela intersecção que tornaria possível a convivência das diferenças. Dessa forma, há tanto religiosos que se opõem a Chávez e ao que chamaram de “interpretação simplificada” do cristianismo primitivo, quanto aqueles que o apóiam, principalmente em razão da sua atuação na área social. Não considero, entretanto, o catolicismo, apesar de sua abrangência, uma característica com força suficiente para suplantar os outros elementos aqui apontados como fundacionais da cultura política venezuelana. A conflitividade e o radicalismo, como expressão da polarização social, têm mais força na percepção política do venezuelano médio, historicamente construída pelo militarismo, pela cultura da baixa produtividade e pelo culto ao Bolívar, bravo guerreiro da independência. A linguagem desrespeitosa e rude com a qual Chávez se dirige aos seus opositores teve, pelo menos até o momento, muito mais apelo à cultura política da Venezuela do que o chamamento à ordem e ao respeito às regras do jogo. E Chávez não é o único líder político venezuelano que sabe ou intui isso.

Se a polarização extremada é perigosa, o consenso absoluto também não é eficaz e a sua propagação é quase sempre um escamoteamento da política real, dos conflitos, da disputa natural de interesses. Essa farsa, ainda que no nível subjetivo, foi percebida, por exemplo, por Isabel Allende, quando descreve em “Meu país inventado”, sua obra nostálgica sobre o Chile, suas

¹⁰⁰ Rovai, R. *Midiático Poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo, Publisher Brasil, 2007.

impressões sobre a Venezuela, onde esteve exilada entre 1973 e 1987. Identificou que, naquele período, por considerarem algo rude, os venezuelanos raramente diziam “não”, preferindo sempre “volte amanhã”.¹⁰¹ A gentileza escamoteava uma procrastinação crônica, muito mais daninha do que a contraposição pública, porém republicana, das divergências e diferenças de interesses.

O período 1958-1998, nessa leitura, foi uma tentativa artificial da construção do consenso absoluto. A democracia consociacional – regime estável por meio de acordos entre as elites dos diversos grupos que formam a sociedade¹⁰² – que se tentou implantar no país falhou porque aqueles rivais responsáveis pelo acordo inicial passaram a fazer parte do mesmo grupo, enquanto se formava um novo grupo, numericamente superior, que ficou excluído do pacto. A partir de certo momento, o consenso passou a representar uma farsa, pois o atrito era latente e, a uma das partes, o “consenso” era imposto, impossibilitando a canalização de seus interesses. A radicalização do discurso nessa situação é um passo quase natural, ainda mais em um ambiente tão marcado pelo pretorianismo.

¹⁰¹ Allende, I. *Meu país inventado*. São Paulo: Bertrand, 2004.

¹⁰² Lijphart, A. *Democracies: Paterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-One Countries*. New Haven: Yale University Press, 1984.



Conclusões

Pela análise da história política da Venezuela, é possível identificar ocorrências indicativas de estruturas arraigadas no pensamento político venezuelano, especialmente a cultura da baixa produtividade, resultado de um processo de concentração da economia em um único produto, de alta rentabilidade e pouca integração com as outras cadeias produtivas do país; a valorização do militarismo dentro a vida política, resultado de mais de um século de domínio político dos militares; o culto à figura de Simón Bolívar, resultado da utilização reiterada da popular imagem do líder da independência para dar, junto à população, estofo e apelo a uma série de regimes e projetos políticos ao longo de quase dois séculos; e a radicalização dos discursos políticos no país, resultado da fragilidade do pacto social, que se expressa nas diversas clivagens existentes no seio da sociedade venezuelana, que se alinham gerando uma extrema polarização.

A cultura política de determinado grupo social é o resultado sempre de um longo processo de formação histórica, sofrendo influências das mais variadas fontes. Por isso mesmo, a cultura política não é algo estático e suas mudanças seguem em curso, sendo moldadas pelos eventos históricos contemporâneos. Dessa forma, a identificação dos elementos fundamentais da cultura política de uma sociedade em dado momento não possibilita ao pesquisador prever quais desses aspectos serão alterados e quais permanecerão ao longo do tempo. É certo, porém, que essa mudança é de

longo prazo e muitas vezes a linguagem manifesta é alterada antes do que as estruturas de pensamento e das mentalidades. Assim, é possível verificar uma mudança no discurso e na expressão dos valores sem que isso se tenha cristalizado nas atitudes e comportamentos. Esse parece ser o caso, por exemplo, do discurso sobre a democracia e da percepção da população venezuelana sobre o papel da democracia na sociedade. Apesar de valorizá-la positivamente em seu discurso, prossegue ainda no imaginário coletivo a possibilidade do recurso à força para a consecução de objetivos políticos. A surpreendente rejeição do texto de reforma constitucional no referendo de dezembro de 2007 poderá ser lida pelos ideólogos de plantão em defesa da “democracia”, como o atestado do importante papel conferido a esse conceito pelos venezuelanos, que teriam rejeitado a proposta de implantação de uma autocracia. É necessário, entretanto, avaliar o evento em perspectiva. Em primeiro lugar, a rejeição ocorreu por uma margem muito pequena, além de ter havido um comparecimento às urnas abaixo da média. Mais importante do que os fatores conjunturais do referendo, ainda, é a análise dos acontecimentos contemporâneos que marcaram a política venezuelana, principalmente entre 2002 e 2004: as dezenas de mortos em combates de grupos opositores, e a radicalização extrema dos pólos políticos rivais indicam que o recurso à força continua fazendo parte do horizonte referencial do venezuelano em relação à política, como nas eleições no México na passagem do século XIX para o XX, ou a disputa pelo poder no Brasil na década de 1930.

Não há aqui uma proposta normativa de democracia, mas a avaliação de que, apesar de o conceito ser polissêmico, comportando várias formas possíveis de estruturação política concreta, existe um núcleo que pode ser a base do conceito de democracia: a renúncia do recurso às armas, e portanto ao poderio militar, como instrumento de resolução de conflitos políticos internos e das disputas entre os diferentes projetos políticos,¹⁰³ e o compartilhamento da crença na validade das regras do jogo, independentemente de quais sejam essas regras, com a exceção do recurso à força. Não faz diferença para um estudo das estruturas fundacionais do pensamento político de uma sociedade, se o modelo vigente é presidencialista ou parlamentarista, socialista ou liberal, se permite ou não a reeleição e por

¹⁰³ Bobbio, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

quantas vezes, se existem ou não estruturas de participação direta, ou se o legislativo é unicameral ou bicameral. O limiar no caso de um estudo de cultura política é a existência ou não da alternativa ao recurso à força, seja ela utilizada ou não.

A partir dessa avaliação e do conhecimento da história política da Venezuela, podemos chegar à conclusão de que Chávez não é um fenômeno isolado e apartado da cultura política venezuelana. Seu projeto de Estado é diferente daquele dos líderes do *Pacto de Punto Fijo* e também daquele de Juan Vicente Gómez, e está calcado nas teses marxistas, mas suas estratégias de ação guardam muito das estruturas de pensamento, da mentalidade, da cultura política historicamente constituída. O pretorianismo e o culto à Bolívar podem não ter estado presentes nos discursos dos líderes da AD e do Copei, mas estavam difundidos na sociedade. A radicalização dos discursos, as práticas personalistas, a dependência para com as rendas do petróleo. Todos esses fatores podem ser identificados na prática política venezuelana ao longo de sua história. A expansão do poder político pessoal aos membros da família, como o clã dos Monagas, não sumiu durante o período “democrático” (o pai de Rafael Caldera, por exemplo, era senador), tampouco na era Chávez (que tem um irmão como ministro, outro como prefeito da capital de seu estado natal, Barinas, que é governado por seu pai, que tem filho como secretário de governo). Algumas críticas ao governo identificam Chávez como um populista autoritário, por recorrer ao uso de instrumentos como a lei habilitante, mas esbarram no fato de o objeto da crítica ter sido usado também no período democrático, como o recurso à lei habilitante, colocado em prática por quatro dos cinco presidentes daquele período.

A cultura política, entretanto, é uma realidade em constante transformação, ainda que lenta. Dois fatores têm potencial de indicar essa mudança no país atualmente. O primeiro é a expressão de contrariedade ao texto de reforma constitucional de vários dos aliados de Chávez. O segundo diz respeito aos altos investimentos do governo na área social, o que pode acarretar mudanças estruturais profundas e acelerar mudanças na cultura política do país, principalmente no que diz respeito à dependência do país frente à indústria do petróleo.

O risco de ser apenas um falso prenúncio de mudanças também existe. A rejeição de alguns líderes políticos à tese da reeleição ilimitada pode provir de um sincero desejo de que o país passe a ter alternância no poder, mas também de um desejo de tomar o lugar do governante e tentar também

perpetuar-se, a exemplo de Joaquín Crespo em 1892, que assaltou o poder, logo depois de liderar a Revolução Legalista e destituir Raimundo Palácio, que tentava – como tantos governantes fizeram no país – estender o próprio mandato. Já os altos investimentos na área social correm o risco de decrescerem à medida que caírem as rendas do petróleo, ou que os recursos forem demandados para o investimento na própria indústria do petróleo. Além disso, tal volume de investimento pode ser apenas o necessário para fazer frente à extrema pobreza a que grande parte da população está submetida, em termos relativos e absolutos, não interferindo na estrutura existente, ou ainda, ser apenas o instrumento para aprofundar a dependência da população em relação à renda do petróleo. Caso seja essa a opção do governo, o risco de uma explosão social ainda maior do que o *Caracazo*, caso as rendas do petróleo diminuam, é altíssimo.

A posição do Brasil frente à Venezuela e ao fenômeno Chávez é pragmática e prudente: evita-se a crítica direta ao mesmo tempo em que é expresso com firmeza o posicionamento brasileiro quando acionado. Os principais objetivos dessa abordagem são o estímulo ao processo de integração em curso e a priorização das relações comerciais em detrimento das questões de ordem política, para evitar que atritos que a Venezuela crie no âmbito internacional afetem a credibilidade do Brasil. A defesa do governo brasileiro da entrada da Venezuela no Mercosul baseia-se no corolário de que quem fará parte do Mercosul é o Estado Venezuela e não seu presidente. Do ponto de vista da análise contida neste trabalho, a sentença é, contraditoriamente, verdadeira e falsa ao mesmo tempo: de um lado, o presidente é um elemento transitório e o Estado é o ente permanente; de outro, o presidente Chávez é o resultado da interação de vários fundamentos da cultura política da Venezuela, isto é, ele é, de certa forma, a Venezuela. Ainda resta uma alternativa semântica: a cultura política está em constante transformação. A cultura política também é transitória.

Bibliografía

Acosta, M. Urbanización y clases sociales en Venezuela. In: *Revista Interamericana de Planificación* (Bogotá), vol. 7, n° 26, junio/1973.

Allende, I. *Meu país inventado*. São Paulo: Bertrand, 2004.

Almão, V. P. La Democracia en la Conciencia Política del Venezolano. In: *Memoria Política* (Valencia, Venezuela), vol. 1, n° 4, 1995.

_____. La democracia mínima de los venezolanos. In: *Politeia* (Caracas), vol. 21, 1998.

_____. A consistência democrática na Venezuela em tempos de mudança política. In: *Opinião Pública* (Campinas), vol. 11, n° 1, março/2005.

Almela, H. *Cartas em la batalla: Desde la razón a la desilusión*. Caracas: Alfadil, 2004.

Almond, G. A. & Verba, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

Almond, G. A. & Verba S. (eds.) *The civic culture revisited*. Boston: Little, Brown and Company, 1980.

Alvarado, L. *Historia de la Revolución Federal en Venezuela*. Caracas: Oficina Central de Información, 1975.

Álvarez, A. (coord.) *El sistema político venezolano: Crisis y transformaciones*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1996.

Amorim Neto, O. De João Goularte Hugo Chávez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira. In: *Opinião Publica* (Campinas), vol. 8, nº 2, 2002.

Apter, D. E. (ed.) *Ideology and discontent*. New York: The Frie Press, 1964.

Aranda, S. *La economía venezolana*. Caracas: Ed. Pomaire. 1990.

Arenas, N. & Calcaño, L. G. Populismo autoritário: Venezuela 1999-2005. Caracas: Cendes/UCV, 2005.

Arias Cárdenas, F. J. *La revoulicón Bolívariana: de la guerrilla al militarismo, revelaciones del comandante AriasCárdenas*. Caracas: Editorial Venezolano, 2000.

Baloyra, E. A. & Martz, J. D. *Political Attitudes in Venezuela: Societal Cleavages and Political Opinion*. Austin: University of Texas Press, 1979.

Banko, C. Industrialización y Políticas Económicas en Venezuela. In: *Cadernos do PROLAM/USP* (São Paulo), ano 6, vol. 1, 2007, pp. 129-147.

Baquero, M. *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

_____. (org.). *Desafios da democratização na América Latina: debates sobre cultura política*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1999.

Barros, P.S. Chávez e o Petróleo: Uma análise da nova política econômica venezuelana. In: *Cadernos do PROLAM/USP* (São Paulo), ano 5, vol. 2, 2006.

- Beck, U. *World Risk Society*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- _____. *Cosmopolitan Vision*. Cambridge: Polity Press, 2006.
- Betancourt, R. *Venezuela: política y petróleo*. Barcelona: Seix Barral, 1979.
- Bigler, G E. La restricción política y la profesionalización militar em Venezuela. In: *Politeia* (Caracas), nº 10, 1981.
- Bobbio, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- Booth, J. & Richard, P. A Formação do Capital Social na América Central: violência política, repressão, dor e perda. In: *Opinião Pública* (Campinas), ano 7, nº 1, maio/2001.
- Borges, A. *Venezuela: Originalidade e ousadia*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2005.
- Borjas, B.; Rodríguez, J. & Romero, J. E. Las relaciones entre el poder civil y el poder militar em Latinoamérica: el caso venezolano, 1958-1998. In: *Revista de Historia de América* (Ciudad de México), nº 125, 1999.
- Boudin, C.; Gonzalez, G. & Rumbos, W. *The Venezuelan Revolution: 100 Questions-100 Answers*. New York: Thunder's Mouth Press, 2006.
- Briceño, G T. *El 4F - El espejo roto*. Caracas, Editorial Libros Marcados, 2007.
- Brewer-Carías, A. R. *Cambio político y reforma del estado en Venezuela: contribución al estudio del estado democrático y social de derecho*. Madrid: Tecnos, 1975.
- Caballero, M. et al. De la antimonarquía patriótica a la virtud armada: la formación de la teoría política del Libertador. In: *Episteme. Revista del Instituto de Filosofía* (Caracas), nº 5-6, 1986.
- _____. *Revolución, Reacción y Falsificación*. Caracas: Alfadil: 2002.

_____. *La Crisis de la Venezuela Contemporanea*. Caracas: Alfadil, 2003.

_____. *La pasión de comprender - Nuevos ensayos de historia (y de política)*. Caracas, Alfadil, 2005.

_____. *Por que no soy Bolivariano - Uma reflexión antipatriótica*. Caracas: Alfadil, 2006.

Canache, D. & Kulischek, M. *Democracy and political change in Venezuela*. Wesport: Greenwood Press, 1998.

Carbonell, D. *General Simon Bolívar, Libertador-Presidente de la República de Colômbia. Autobiografía*. Buenos Aires: Imprenta López, 1945.

Cárdenas, S. (coord.). *Empleo y distribución del ingreso en América Latina. Hemos avanzado?* Bogotá: TM, 1997.

Carrasquero, J; Maingón, T. & Welsch, F. *Venezuela en transición: elecciones y democracia 1998-2000*. Caracas: Red Universitaria de Estudios Políticos de Venezuela-CDB Publicaciones, 2001.

Carvalho, J. M. *Teatro de sombras. A Política imperial*. São Paulo: Vértice, 1988.

Catalá, J. A. & Rangel, E. D. *De Pérez Jiménez a Hugo Chávez, Censura y Autocensura a Médios de Comunicación em Venezuela: 1945 a 2003*. Caracas: Ed. Centauto, 2003.

Chávez, H. *Understanding the Venezuelan Revolution: Hugo Chávez Talks to Marta Harnecker*. New York: Monthly Review Press, 2005.

_____. *Palabras antiimperialistas*. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2006.

_____. *El discurso de la unidad*. Caracas: Ediciones Socialismo del Siglo XXI, 2007.

- Chossudovsky, M. *La miseria en Venezuela*. Ed. Vadell Hermanos, 1977.
- Coppedge, M. *Strong Parties and Lame Ducks: Presidential Partyarchy and Factionalism in Venezuela*. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- Comisión Presidencial para la Reforma del Estado (COPRE). *Venezuela, Democracia y Futuro*. Caracas: COPRE, 1991.
- Contreras, E. *Principios y valores del proceso Bolivariano: agenda para una discusión pendiente*. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2005.
- Córdova, A. & Garicochea, M. *Inversiones extranjeras y desarrollo económico*. Caracas: UCV/Faces, 1966.
- Covre, M. L. et al. *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Dalton, R. J. Citizen Attitudes and Political Behavior. In: *Comparative Political Studies* (Thousand Oaks, California), Sage, vol. 33, n° 6-7, August/September/2003.
- Damas, G. C. *Una nación llamada Venezuela*. Caracas: Monte Ávila, 1997.
- _____. *El culto a Bolívar*. Caracas: Alfadil, 2003.
- Díaz, A. A. & Antar, S. D. La ciencia política en Venezuela: fortalezas pasadas y vulnerabilidades presentes. In: *Revista de Ciencia Política* (Santiago), vol.25, n° 1, 2005.
- Dominguez, J. I. & Abraham, F. L. (org.) *Constructing Democratic Governance: South America in the 1990s*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.
- Dowse, R. & Hughes, J. A. *Political Sociology*. New York: John Wiley & Sons, 1972.

Easton, D. *The Political System: An Inquiry into the State of Political Science*. New York: Alfred A. Knopf, 1953.

Ellner, S. Recent Venezuelan Political Studies: A Return to Third World Realities. In: *Latin American Research Review* (Austin, Texas), vol. 32(2), 1989.

Ellner, S. & Hellinger, D. *Venezuelan Politics in the Chavez Era: Class, Polarization, and Conflict*. Boulder: Lynne Rienner, 2003.

Ellner, S. & Salas, M. T. (eds.) *Venezuela: Hugo Chavez and the Decline of an Exceptional Democracy*. Lanham, Massachusetts: Rowman & Littlefield, 2007.

Elster, J. Marxism, functionalism and game theory: the case for methodological individualism. In: *Theory and Society* (Dordrecht, The Netherlands), Martinus Nijhoff Publishers, vol. 11, 1982.

Esclusa, A. P. *Como salvar a Velezuela del Castro-comunismo*. Caracas: Fuerza Productiva, 2005.

Ewell, J. Venezuela in Crisis. In: *Current History* (Philadelphia), march/1993.

Ferrero, M. & Tremamuno, M. *Chávez y el movimiento sindical en Venezuela*. Caracas, Alfadil, 2002.

_____. *Chávez y los medios de comunicación social*. Caracas, Alfadil, 2002.

_____. *Cháves, la sociedad civil y el estamento militar*. Caracas, Alfadil, 2002.

Fuentes, E. *Vamos a darle 83 golpes contra um gobierno que da risa*. Caracas, Alfadil, 2004.

Gantaume, C. R. *Narvarte: un Presidente totalmente olvidado*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1993.

García, L. B. *Venezuela: investigación de unos medios por encima de toda sospecha*. La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2005.

Garrido, A. *Guerilla y conspiración militar en Venezuela: testimonios de Douglas Bravo, William Izarra, Francisco Prado*. Mérida, Ed. Venezolana, 1999.

_____. *El otro Chávez: Testimonio de Herma Marksman*. Mérida, Venezuela, Ed. Karol, 2002.

_____. *La guerra (asimétrica) de Chávez*. Caracas: Alfadil, 2005.

Geertz, C. *The Interpretation of Cultures*. London: Basic Books, 1973.

Gibbins, J. *Contemporary Political Culture. Politics in a Postmodern Age*. London: Sage, 1989.

Gilbert, A. *The Latin American City*. London: Latin America Bureau, 1998.

Giusti, R. *Los Años Duros: La realidad no contada 1989-2004*. Caracas, Editorial Libros Marcados, 2005.

_____. *Com la Frente em el Alto. Los Años Duros (2) 2005-2006*. Caracas, Editorial Libros Marcados, 2006.

Golinder, E. *El código Chávez, Decifrando la Intervención de los Estados Unidos em Venezuela*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

_____. *Bush vs. Chávez: La guerra de Washington contra Venezuela*. La Habana, Editorial José Martí, 2006.

Gómez, C. A. *José Tadeo Monagas*. Caracas: Biblioteca Biográfica Venezolana, Editorial Arte, Caracas, 2006.

Goodman, L. *Lessons of the Venezuelan Experience*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1995.

Gott, R. *In the shadow of the liberator: Hugo Chávez and the transformation of Venezuela*. London: Verso, 2000.

González, M. El petróleo como instrumento de política exterior en el Gobierno del Presidente Hugo Chávez Frías. In: *Revista Venezolana de Análisis de Conyuntura* (Caracas), vol. 9, nº 2, jul./dic./2003

González, M. et al. *¿Qué es la OPEP?* Caracas: Asamblea Nacional, 2000.

Guimarães, S. P. (org.) *Brasil e Venezuela: esperanças e determinações na virada do século*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, FUNAG, 1995.

Guimarães, S. P. & Cardim, C. H. (org.) *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, FUNAG, 2003.

Harrison, L. & Huntington S. *Culture Matters. How Values Shape Human Progress*. New York: Basic Books, 2000.

Hassan, M. F. *Economic growth and employment problems in Venezuela: an analysis of an oil based economy*. New York: Praeger, 1975.

Hellinger, D. C. *Venezuela: Tarnished Democracy*. Boulder: Westview Press, 1991.

Hillman, R. S. *Democracy for the Privileged: Crisis and Transition in Venezuela*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1994.

Hillman, R. S. & D'Agostino, T. J. Partidos políticos, opinião pública e o futuro da democracia na Venezuela. In: *Opinião Pública*, (Campinas), vol.6, nº1, abril/2000.

Hilman, R. S. & Silva, E. C. (eds.) *De una a otra gobernabilidad: el desbordamiento de la democracia venezolana*. Caracas: Editorial Tropykos/UCV, 1970.

Inglehart, R. The renaissance of political culture. In: *American Political Science Review* (Washington D.C.), v. 82, nº 4, 1998.

Inglehart, R. & Baker, W. Modernization, Cultural Change and the Persistence of Traditional Values. In: *American Sociological Review* (Columbus), n° 65, 2000.

International Bar Association – Human Rights Institute. *Venezuela: la Justicia en entredicho*. London: Foundation Open Society Institute, june/2007.

International Crisis Group. Venezuela: Hugo Chávez's Revolution. In: *Latina America Report* (Brussels), n° 19, february/2007.

International Labour Organization. *Key Indicators of the Labour Market Programme*. Geneva: International Labour Organization, 2007.

Irwin, D. Reflexiones sobre el caudillismo y el pretorianismo em la Venezuela del siglo XIX. In: *Tiempo y Espacio* (Caracas), vol. 2, n° 4, julio/diciembre/1985.

_____. *Relaciones civis-militares en el siglo XX*. Caracas: El Centauro, 2000.

_____. *Militares y Poder em Venezuela*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2005.

Izard, M. et al. *Política y Economía em Venezuela (1810-1976)*. Caracas: Fundación John Boulton, 1976.

Jiménez, I. D. *Los golpes de Estado desde Castro hasta Calderas*. Caracas: Corporación Marca, 1996.

Johnson, J. Conceptual Problems as Obstacles to Progress in Political Sciences: Four Decades of Political Research. In: *Journal of Theoretical Politics* (Thousand Oaks, California), Sage, vol. 15(1), 2003.

Karl, T. L. Petroleum and Political Pacts: The Transition to Democracy in Venezuela. In: *Latin American Research Review*. (Austin, Texas), vol. 22, n° 1, 1988

_____. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*. Los Angeles/Berkeley: University of California, 1997.

Karlsson, W. *Venezuela: studies on development and location*. Stockholm: Almqvist & Wiksell International, 1975.

Kolb, G. L. *Democracy and dictatorship in Venezuela: 1945-1958*. Hamden: Connecticut College, 1974.

Kornblith, M. & Levine, D. H. Venezuela: The Life and Times of the Party System. In: Mainwaring, S. & Scully, T. (orgs.) *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press, 1995.

Kozloff, N. *Hugo Chávez: Oil, Politics, and the Challenge to the U.S.* New York: Palmgrave MacMillan, 2006.

Krischke, P. Cultura política e escolha racional na América Latina: interface nos estudos de democratização. In: *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (São Paulo), n. 43, 1º semestre/1997.

Kuschnir, K. & Carneiro, L. P. As Dimensões subjetivas da política. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 24, 1999.

Lagos, M. Between stability and crisis in Latin America. In: *Journal of Democracy* (Washington, D. C.), vol. 12, nº 1, 2001.

Lalander, R. Democracia y Descentralización em Venezuela: consideraciones sobre nuevas tensiones y oportunidades para los partidos políticos (1989-2000). In: *Revista Venezolana de Ciencia Política* (Mérida, Venezuela), nº 17, 2000.

_____. La descentralización venezolana y el chavismo: Transformaciones del sistema político partidista. In: *Revista Venezolana de Ciência Política* (Mérida, Venezuela), nº 26, 2004.

Lares, R. C. *Copei: Ideologia y Liderazgo*. Caracas, Ariel, 1985.

Larsimont, C. Hugo Chávez, the Bolivarian Use of Petrodollars and the Oil Market. In: *European Strategic Intelligence and Security Center (ESISC) Background Analysis*. 10/05/2006.

Latorraque, E. F. *Síntesis de la Evolución Histórica de las Fuerzas Armadas Venezolanas*. Caracas: Ediciones del Instituto de Previsión Social de las Fuerzas Armadas, 1996.

Level de Goda, L. *Historia contemporánea de Venezuela, política y militar (1858/1886)*. Caracas: Oficina Central de Información, 1976.

Levine, D. *Conflict and political change in Venezuela*. Princeton: Princeton University Press, 1973.

Lijphart, A. *Democracies: Paterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-One Countries*. New Haven: Yale University Press, 1984.

Liscano, J. *Aspectos de la vida política y social de Venezuela, en 150 años de la vida republicana, 1811-1961*. Caracas: Presidencia de la República, 1963.

López, J. E. *Tendencias recientes de la Población Venezolana*. Mérida: Universidad de Los Andes, Mérida, 1968.

López-Maya, M. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas: Alfadil, 2005.

Lucca, R. A. *Venezuela en terapia intensiva*. Caracas: Alfadil, 2003.

Lucena, T. Las reformas del sistema electoral venezolano y sus consecuencias políticas: 1988-1998. In: *Alceu - Revista de Comunicação, Cultura e Política* (Rio de Janeiro), PUC, vol. 3, nº 6, jan/jun/2006.

Maingon, T. (org.) *Balance y perspectiva de la política social em Venezuela*. Caracas: Cendes/UCV, 2006.

Maingón, T. & Polanco, J. D. *Actitudes del venezolano frente a la democracia*. Caracas: Trabalho apresentado ao XXIV Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, em Dallas, 2003.

Malavé-Mata, H. *Venezuela, Economía y Dependencia*. Caracas: Fondo Editorial Salvador de la Plaza, 1974.

Maringoni, G. *A Venezuela que se inventa - Poder, Petróleo e Intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

Márquez, W. E. *La nación en armas: Venezuela y la defensa de su soberanía, 1810-1812*. Caracas: Ministerio de la Cultura, Consejo Nacional de la Cultura, 2005.

Marta-Soza, J. Venezuela 1989-1994: cambios, elecciones y balas. In: *Nueva Sociedad* (Buenos Aires), nº 124, Enero-Febrero/1993.

Martínez, A. R. *Diccionario del petróleo venezolano*. Caracas/Maracaibo: Ed. Ateneo/ Ed. de Corpozulia, 1984.

Martinez, A.R. (coord.) *Cronología del petróleo venezolano*. Caracas: Ed. CEPET, 1986.

Martz, J. D. & Myers, D. J. (eds.) *Venezuela: The Democratic Experience*. New York: Praeger, 1986.

Marx, K. *Bolívar y Ponte*. Ed. Sequitur, Madrid, 2001.

McCoy, J.; Serbin, A; Smith, W. C. & Stambouli, A. (orgs.) *Venezuelan Democracy under Stress*. Miami: University of Miami, Lynne Rienner Publishers, 1995.

Medina, M. & López, M. (ed.) *Confrontación Social y Polarización Política*. Bogotá, Ed. Aurora, 2003.

Méndez, M. *Conflicto y reconciliación em Venezuela*. Caracas: Alfadil, 2004.

Ministerio de Comunicación e Información. *Venezuela: Construyendo la inclusión social*. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2005.

_____. *Las Misiones Bolivarianas - Colección Temas de Hoy*. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2005.

_____. *La Educación Bolivariana - Colección Temas de Hoy*. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2005.

Ministerio para la Economía Popular. *Desarrollo endógeno bolivariano: Misión Vuelvan Caras*. Caracas: Ministerio para la Economía Popular, 2005.

Moisés, J. A. *Os Brasileiros e a Democracia*. São Paulo, Ática, 1995.

_____. *A desconfiança nas instituições democráticas*. In: *Opinião Pública* (Campinas), vol.11, nº 1, março/2005.

Moisés, J. A. & Albuquerque, J. A. G. (orgs.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Moisés, J. A. & Venturi, G. *A cultura política do povo brasileiro*. Brasília: Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal, vol. 1, nº 1, (Cadernos do Cedesen), 1990.

Mondolfi, E. *Páez visto por los ingleses*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 2005.

Moreno, A. A. *Breve historia de Venezuela: (1492-1958)*. Caracas: Italgrafica, 1974.

Morón, G. *História de Venezuela*. Caracas: Britannica, 1971.

Molina, J.E. & Pérez, C. Venezuela: ¿Un nuevo sistema de partidos?. Las elecciones de 1993. In: *Cuestiones Políticas* (Maracaibo, Venezuela), vol. 13, 1994.

Naím, M. & Ramón, P. *El caso Venezuela: una ilusión de armonía*. Caracas, Ediciones IESA, 1985.

Navarro, J. C. Pactos Políticos y Estilos Decisionales: Tres teorías frente al Pacto de Punto Fijo y al Pacto Social. In: *Politeia* (Caracas). nº 12, 1988.

Olavarría, J. *Historia viva – 2002-2003*. Caracas: Alfadil, 2003.

Ortiz, R. G. *La Historia Política de Venezuela: De Cipriano Castro a Pérez Jiménez*. Caracas: Imprenta Universitaria, 1960.

Palast, G. Entrevista a Hugo Chávez. In: *The Progressive* (Wisconsin, Massachusetts), July/2006.

París, E. T. *Venezuela y el Dios de los Borrachos: Semi-memorias*. Caracas, Editorial Libros Marcados, 2007.

Petkoff, T. *Dos Izquierdas*. Caracas: Alfadil, 2005.

Pereira, M. F. (org.) *La municipalización de la educación superior: la propuesta venezolana para erradicar la exclusión en la educación superior*. Caracas: Universidad Bolivariana de Venezuela, 2005.

Phelps, M. C. G. *El renacer del militarismo em Venezuela*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamenteo de Ciência Política da Universidad Simón Bolívar, Caracas, 2001.

Pisani, E. P. *Entre el pragmatismo y la utopia: un plan estratégico para Venezuela*. Caracas: Panapo, 1993.

Pisani, E. P. et al. *Venezuela: Opciones para una Estrategia Económica*. Caracas: Nueva Sociedad, 1993.

Ponce, A. G. *Adiós a lãs izquierdas*. Caracas: Alfadil, 2003.

Prieto-Soto, J. *El chorro. ¿Gracia o maldición?* Maracaibo: Universidad del Zulia, 1962.

Ramírez, G. C. *Orígenes ocultos del Chavismo: militares, guerrilleros y civiles*. Caracas: Editorial Libros Marcados, 2006.

Ramírez-Vera, D. C. Mene en Venezuela: El surgimiento del conflicto por la renta del petróleo, preámbulo histórico a la conyuntura actual (1917-1936). In: *Análisis Político* (Bogotá), n.º 59, enero-abril/2007.

Reisinger, W.M. The Renaissance of a rubric: Political Culture as Concept and Theory. In: *International Journal of Public Opinion Research* (Oxford), vol. 7, 1995.

Renouvin, P. & Duroselle, J. B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

Rey, J. C. La democracia venezolana y la crisis del sistema populista de conciliación. In: *Estudios Políticos* (Madrid), v. 74, 1991.

Reyes, G. (coord.) *Los dueños del poder em América Latina – Como amasaron sus fortunas los personajes más ricos e influyentes de la región*. Ciudad de México, Ediciones B, 2003.

Rodríguez, I. *Abril comienza em octubre*. Caracas: edição do autor, 2005.

Rojas, A. M. *Época de Revolución em Venezuela*. Caracas, Solar, 2001.

Romero, C. A. *Decadencia y crisis de la democracia: ¿A donde va la democracia venezolana?*, Caracas, Panapo, 1994.

_____. Venezuela: de um sistema político a outro. In: *Diplomacia, Estratégia e Política* (Brasília), IPRI – Projeto Raúl Prebisch, vol. 1, n.º 2, janeiro/março/2005.

Ross, M. Does Oil Hinder Democracy?. In: *World Politics* (Baltimore), Johns Hopkins University Press, n.º 53, 2001.

Rovai, R. *Midiático Poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo, Publisher Brasil, 2007.

Sachs, J. & Warner, A. Natural Resource Abundance and Economic Growth. *National Bureau of Economic Research* (Cambridge), Working Paper 5398, December/1995.

Sain-Upéry, M. *Le Rêve de Bolívar: Le défi des gauches sud-américaines*. Paris, Ed. La Découverte, 2007.

Salazar-Carrillo, J. *Oil in the economic development of Venezuela*. New York: Praeger, 1976.

Salcedo-Bastardo, J. L. *Visión y Revisión de Bolívar*. Caracas: Ediciones del Ministerio de Educación, 1960.

_____. *Historia Fundamental de Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1972.

Sarmiento, G. S. *Diagnóstico sobre las migraciones caribeñas hacia Venezuela*. Buenos Aires: PLACMI-OIM, 2000.

Schaposnick, E. *La Democratización de las Fuerzas Armadas Venezolanas*. Caracas: Fundación Nacional Gonzalo Barrios, 1985.

Serbin, A. Venezuela: Reversal or Renewal? In: *Hemisphere*, (Miami, Florida International University), vol.4, nº 3, Summer/1992.

Shifter, M. In Search of Hugo Chávez. In: *Foreign Affairs* (New York), May/June/2006.

Shugart, M. S. Leaders, Rank and File, and Constituents: Electoral reform in Colombia and Venezuela. In: *Electoral Studies* (Dallas, Texas), nº 11, 1992.

Soares, S. et al. *Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: Impactos sobre a desigualdade*. Brasília: IPEA-textos para discussão, 2007.

Street, J. Review article: political culture - from civic culture to mass culture. In: *British Journal of Political Science*, (Cambridge), vol. 24, 1993.

Taylor, W. C.; Lindeman, J. & Loez, V. R. *The creole petroleum corporation in Venezuela*. Washington: National Planning Association, 1955.

- Tugwell, F. *The politics of oil in Venezuela*. Stanford: Stanford University, 1975.
- Tulchin, J. & Bland, G. (eds). *Venezuela in the Wake of Radical Reform*. Boulder: Lynne Rienner Publishers/ Woodrow Wilson International Center for Scholars, 1993.
- Tulchin, J.; Goodman, L. W. & Bland, G. *Lessons of the Venezuelan Experience*. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 1995.
- Toribio, J. C. P. & Talavera M. E. (cord.) *La Cultura Política del Venezolano – I Coloquio Historia y Sociedad*. Baruta: Ed. Equinoccio, 2005.
- Torres, A. ¿Son los copeyanos distintos a los adecos? In: *Auténtico* (Caracas), nº 66, setembro/1978.
- _____. La experiência política en una democracia partidista joven: el caso de Venezuela. In: *Politeia* (Caracas), vol. 9, 1980.
- Trinkunas, H. The Crisis in Venezuela Civil-Military Relations: From Punto Fijo to the Fifth Republic. In: *Latin American Research Review* (Austin, Texas), nº 37, 2002.
- Turner, M. *Venezuela & the USA - The Bickering Siamese twins*. Newark: Hallgarten & Company, 2007.
- Uchoa, P. *Venezuela, a Encruzilhada de Hugo Chávez*. São Paulo, Globo, 2003.
- Urbaneja, D. B. *Pueblo y Petróleo em la Política Venezolana del Siglo XX*. Caracas: CEPET, 1992.
- Uslar-Pietri, A. *De una a otra Venezuela*. Caracas: Monte Ávila, 1980.
- Uzcátegui, L. J. *Recetas contra el fraude*. Caracas, Alfadil, 2004.
- Uzcátegui, L. J. & Bruzual, E. *Militares: héroes o cobardes*. Caracas: Alfadil, 2003.

Vallenilla, L. *Oil: The making of a new economic order*. New York: MacGraw Hill, 1975.

Valsalice, L. *La guerrilla castrista em Venezuela y sus protagonistas*. Caracas, Ed. Centaruo, 1979.

Vários. *Sociedad y Política. Temas de Sociología Política*. Madrid: Alianza, 1995.

Vários. *PdVSA y El Golpe*. Caracas: Fuentes, 2002.

Villa, R. D. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. In: *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 55, set./dez./2005.

Vizentini, P. G. F. A situação política da Venezuela e suas perspectivas. In: *Cadernos do IPRI* (Brasília), nº 13, Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI/MRE, 1994.

Welsch, F. & Carrasquero, J. ¿Desconsolidación de la democracia en Venezuela? Rendimiento y legitimidad normativa. In: *Cuestiones Políticas* (Maracaibo, Venezuela), vol. 16, 1996.

Wilpert, G. *Changing Venezuela: The History and Policies of the Chávez Government*. London: Verso, 2007.

Yergin, D. *The Prize: the epic quest for oil, money, and power*. New York: Free Press, 1992.

Zalazar, D. *Los últimos días de Pérez Jiménez*. Caracas: Ediciones los Heraldos Negros, 1998.

Zamora, A. *Memorias de la guerrilla venezolana*. Caracas: Síntesis Dosmil, 1974.

Zapata, R. *Los valores del venezolano*. Caracas: Conciencia 21, 1995.

Ziems, A. *El gomecismo y la formación del ejército nacional*. Caracas: Ateneo, 1973.



Formato 15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica 12 x 18,3cm
Papel pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)
Fontes Times New Roman 17/20,4 (títulos),
12/14 (textos)